



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Câmpus de Marília

Tomás Becker Correia

O Pensamento Político de Ruy Mauro Marini e Érico Sachs:
em busca de uma teoria da revolução brasileira

Marília
2025

Tomás Becker Correia

O Pensamento Político de Ruy Mauro Marini e Érico Sachs:
em busca de uma teoria da revolução brasileira

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao Conselho de Curso de Ciências
Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da
Universidade Estadual Paulista – UNESP -
Câmpus de Marília, para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Sociais

Financiadora: CNPq – Proc. 16783

Orientador: Profa. Dra. Angélica Lovatto

Marília
2025

B396p Becker Correia, Tomás
O pensamento político de Ruy Mauro Marini e Érico Sachs:
em busca de uma teoria da revolução brasileira / Tomás Becker
Correia. -- Marília, 2025
143 p.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Ciências
Sociais) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade
de Filosofia e Ciências, Marília
Orientadora: Angélica Lovatto

1. Ruy Mauro Marini. 2. Érico Sachs. 3. formação social
brasileira. 4. dependência. 5. revolução brasileira. I. Título.

Tomás Becker Correia

O pensamento político de Ruy Mauro Marini e Érico Sachs:
em busca de uma teoria da revolução brasileira

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Conselho de Curso de Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP - Câmpus de Marília, para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Financiadora: CNPq – Proc. 16783

Banca Examinadora

Prof^ª. Dr^a. Angélica Lovatto
UNESP – Câmpus de Marília
Orientadora

Prof. Dr. Leandro Galastri
UNESP – Marília

Prof. Dr. Leonardo Sartoretto
UNILA

Marília, 2025

AGRADECIMENTOS

Nesses três anos morando e estudando em Marília, muitas pessoas entraram e saíram da minha vida. Algumas com maior impacto e outras que nem me lembro mais o que se passou. Mas aqui, nessa reta final da minha formação, faço questão de agradecer àqueles que ficaram comigo e aos que chegaram recentemente, mas cumprem um papel na minha vida que faz parecer que estão aqui há anos.

Começando por ordem de chegada, agradeço primeiramente aos meus pais. Flávio e Vivi, sem a perseverança, o carinho e o amor que vocês sentem por mim, com certeza esse trabalho não seria realizado da forma como foi. Para agradecer de fato todo esforço que fizeram para me dar uma educação de qualidade e me manter com boas condições aqui na faculdade, a única coisa que posso lhes oferecer, no momento, é esse trabalho, que hoje é o resultado de uma primeira etapa que avanço e espero conseguir continuar dando o orgulho que dou para vocês nas próximas fases que vem pela frente!

Logo em seguida, não posso nunca deixar de agradecer ao melhor presente que ganhei quando era criança, que é meu irmão Lorenzo. Essa criança tem uma força e uma coragem que espero um dia conseguir ter para enfrentar os desafios impostos por esse tipo de mundo que estamos vivendo. Lo, meu camaradinha, talvez hoje você não entenda completamente como tudo que aconteceu fez hoje eu estar nesse caminho, na busca por uma nova forma de sociabilidade. Mas sei que mesmo não entendendo, você já sente isso, senão não ficaria cantando “Hasta Siempre, Comandante” quando sente minha falta. Eu amo muito você, e por fim agradeço por ter me obrigado a ver Naruto!

A todos meus familiares, sobretudo meu vô Tião e minha vó Zezé, que à sua maneira souberam contribuir nessa jornada, meus mais sinceros agradecimentos e carinho!

Agora, preciso dizer o quanto sou grato e feliz por ter um amigo que ocupa um lugar na minha vida que nenhum outro amigo consegue, e tenho minhas dúvidas se conseguirá ocupar um dia. À essa altura todo mundo já deve saber que estou falando do Ash. Sabe aquele tipo de pessoa que não importa quanto tempo passe, quanto tempo você

fique sem falar ou ver, mas quando se encontra de novo parece que tudo continua como antes?

Esse é o caso do Ash, um amigo que onde quer que eu veja ou quanto tempo eu fique sem dar um “Oi”, quando nos encontramos sei que estou no lugar que eu queria e precisava estar. Ash, não tenho dúvidas em afirmar que você é o meu melhor amigo!

Agradeço também ao meu querido amigo Zanardo, por todo companheirismo e carinho que sempre teve por mim. E pela motivação mútua que tivemos para irmos para Marília.

Todas essas pessoas conheci em Ourinhos e levarei para sempre aonde quer que eu vá.

Em 2022, quando cheguei na Unesp e em Marília, tudo era muito novo e tudo era muito intenso, foram momentos de muitos altos e baixos. Hoje vendo no retrovisor tudo que passou, consigo dizer que foram mais momentos altos do que posso imaginar.

Um desses momentos foi quando conheci minha orientadora. Na verdade, eu já a conhecia antes de ela me conhecer. Na pandemia, quando estava dando os primeiros passos na minha formação, por acaso me apareceu um vídeo de uma intelectual, que até aquele momento eu não tinha dimensão de quem era. O vídeo era de Angélica Lovatto, sobre a experiência do ISEB e dos Cadernos do Povo Brasileiro. Dali em diante, passei a consumir tudo que havia disponível dela no Youtube, e tomei a decisão de que meu lugar não era fazendo História em Assis, mas que tinha que arriscar começar outra graduação e ter a oportunidade de ser seu aluno.

E aqui, hoje, estou defendendo meu trabalho sob sua orientação. Muito mais que uma orientadora, eu conheci um ser humano incrível. Demorou a cair a ficha quando recebi uma mensagem dizendo que ela queria me conhecer porque tinha gostado da minha intervenção na assembleia que oficializou a refundação do Centro Acadêmico de Ciências Sociais. Depois disso o resto é história, além de professora, orientadora, mestre, ganhei uma valorosa camarada e uma grande amiga. Muito obrigado, Angélica Lovatto, por confiar em mim e no meu potencial.

Estendo meus agradecimentos também aos meus camaradas da Centralidade do Trabalho, pelo apoio e motivação que consigo encontrar em vocês. Quando não se luta sozinho, a luta fica um pouco mais leve. Espero continuar seguindo esse árduo caminho com vocês até a vitória final, porque sempre nos lembramos que estamos aqui pela humanidade.

Agradeço aos esforços do Centro Victor Meyer em manter um núcleo que preserve e resgate a memória da Política Operária e de Érico Sachs. Agradeço especialmente ao Pery Falcon que prontamente me ajudou no que precisei para o acesso as obras publicadas e aos documentos organizados.

Aos meus professores que contribuíram para minha formação intelectual, especialmente para o professor Leandro Galastri, que além de aceitar compor a banca que avaliou esse trabalho, me proporcionou aulas magníficas que sempre vou lembrar com muito carinho.

Agradeço ao Leonardo Sartoretto por também aceitar fazer parte da minha banca.

Aos meus queridos amigos, Clarinha, Vini, Laura, Leo Lanches, Porta, e Gelmi, muito obrigado por toda companhia, carinho, amparo e parceria que vocês me proporcionam. Sem a ajuda de vocês no âmbito acadêmico, mas principalmente por proporcionarem uma vida tão gostosa e divertida, esse trabalho não seria possível. A todos meus amigos que não citei aqui, vocês também são partes fundamentais dessa trajetória.

Mas ainda preciso agradecer a mais uma pessoa.

Por último, agradeço a pessoa necessária, a pessoa mais especial e mais importante da minha vida que é a Brunna. Mas para mim ela não é somente a Brunna, ela é muito mais do que eu e qualquer pessoa possa imaginar. Me lembro exatamente do dia que a vi pela primeira vez, ou melhor, no dia que eu a enxerguei de fato. Estava descendo as escadas do prédio novo e aquele cabelão vermelho me tomou por completo. Foram muitas idas e vindas na nossa amizade, e se hoje ainda nos falamos é por muita insistência dela. Na verdade, nunca tinha visto alguém insistir tanto em querer estar perto de mim, mesmo eu tentando afastar diversas vezes. Ainda bem que ela fez isso.

Falando diretamente com você agora, Kutita. Um agradecimento aqui é pouco, é quase nada, mas é tudo que eu posso oferecer nesse espaço. Então, muito obrigado por estar aqui! Muito obrigado por me fazer sentir acolhido de uma forma que nunca me senti antes, por me ajudar a ser quem eu realmente sou, sem ter que ficar procurando algum tipo ideal para me inspirar. Muito obrigado por dividir todos os dias da sua vida comigo, por aceitar passar por todas as situações complicadas desses últimos anos segurando minha mão. Com você eu não tenho pressa, o meu tempo é todo teu, porque no meio de tudo, você me salva da selva. Acima de tudo, no meio de tudo, você!

Agradeço ao CNPq pela concessão da bolsa PIBIC no edital 8/2024 para o projeto de número 16783.

*É que todos são percursores de novos tempos.
A rebeldia, o inconformismo, a ânsia de perfeição moral é o traço do caráter
da bela estirpe dos renovadores; a generosidade, a marca de sua delicadeza;
a doçura, o encanto de sua polidez; a firmeza, o timbre de sua energia; o
intrépido vigor, a força de sua decisão de luta,*

*- virtudes serenamente belas que, aliadas a intocada pureza de seus ideais e
à incomível solidez de sua vontade, são a calma e irrevogável garantia de
que as concepções pelas quais se empolgam, as convicções a que se dedicam,
neles encontrarão o combatente que não cessará o combate até que ideias e
ideais se transformem em pulsantes, vivas, palpitantes realidades, generosas
verdades sociais, magnânimas formas de convívio humano.
Não hesitarei em dizer que ser revolucionário é a missão dos jovens.*

Franklin de Oliveira

RESUMO

A presente pesquisa teve como objeto de estudo o pensamento político de Ruy Mauro Marini e de Érico Sachs, privilegiando as obras *Subdesenvolvimento e revolução* e *Caminho e caráter da revolução brasileira*, respectivamente. O objetivo foi tentar compreender como a análise da particularidade da formação social brasileira, desenvolvida pelos autores, redundou em uma teoria da revolução brasileira, na qual seu caráter socialista é afirmado e posto na ordem do dia. A pesquisa buscou também contribuir para o resgate desses pensadores, demonstrando sua importância nas ciências sociais. A pergunta que orientou a pesquisa é: Por que somente após a chamada redemocratização, mais precisamente ao final da década de 1990, autores como Marini e Sachs vieram a ser mais conhecidos e lidos no Brasil? A hipótese desenvolvida é a de que, no momento posterior à volta dos exilados, com a Lei da Anistia em 1979 e a chamada redemocratização em 1985, esses autores – apesar de estarem em solo brasileiro – ainda tinham suas obras desconhecidas, ou seja, continuaram exiladas, vindo a ser mais conhecidas e publicadas em português, mais de uma década depois. Suas obras sofreram inicialmente um silenciamento e, quando vieram a ser mais consideradas, demoraram a ser valorizadas dentro do quadro das Ciências Sociais, especialmente no âmbito da universidade brasileira, o que nos levou a indicar uma dupla razão para essa questão: pela repressão e censura derivada da ditadura militar, como também por autores progressistas que objetivavam fazer uma revisão da influência das ideias marxistas e seu impacto no Brasil.

Palavras-chave: Ruy Mauro Marini; Érico Sachs; formação social brasileira; dependência; revolução brasileira.

ABSTRACT

The object of this research was to study the political thought of Ruy Mauro Marini and Érico Sachs, focusing on their works *Underdevelopment and Revolution* and *The Path and Character of the Brazilian Revolution*, respectively. The aim was to try to understand how the authors' analysis of the particularity of Brazilian social formation resulted in a theory of the Brazilian revolution, in which its socialist character is affirmed and put on the agenda. The research also sought to contribute to the revival of these thinkers, demonstrating their importance in the social sciences. The question that guided the research is: Why was it only after the so-called re-democratization, more precisely at the end of the 1990s, that authors like Marini and Sachs became better known and read in Brazil? The hypothesis developed is that, after the return of the exiles, with the Amnesty Law in 1979 and the so-called redemocratization in 1985, these authors - despite being on Brazilian soil - still had their works unknown, in other words, they remained in exile, only to become better known and published in Portuguese more than a decade later. Their works were initially silenced and, when they came to be more widely considered, they took a long time to be valued within the framework of the Social Sciences, especially in the context of Brazilian universities, which led us to indicate a double reason for this issue: the repression and censorship derived from the military dictatorship, as well as progressive authors who aimed to review the influence of Marxist ideas and their impact in Brazil.

Keywords: Ruy Mauro Marini; Érico Sachs; Brazilian social formation; dependency; Brazilian revolution.

RESUMEN

El objeto de esta investigación fue estudiar el pensamiento político de Ruy Mauro Marini y Érico Sachs, centrándose en sus obras *Subdesarrollo y Revolución* y *Camino y Carácter de la Revolución Brasileña*, respectivamente. El objetivo era intentar comprender cómo el análisis de los autores sobre la particularidad de la formación social brasileña dio lugar a una teoría de la revolución brasileña, en la que se afirma y se pone a la orden del día su carácter socialista. La investigación también buscó contribuir a la revalorización de estos pensadores, demostrando su importancia en las ciencias sociales. La pregunta que orientó la investigación es: ¿Por qué sólo después de la llamada redemocratización, más precisamente al final de la década de 1990, autores como Marini y Sachs pasaron a ser más conocidos y leídos en Brasil? La hipótesis desarrollada es que, después del regreso de los exiliados, con la Ley de Amnistía en 1979 y la llamada redemocratización en 1985, estos autores - a pesar de estar en suelo brasileño - aún tenían sus obras desconocidas, o sea, permanecieron en el exilio, sólo para volverse más conocidos y publicados en portugués más de una década después. Sus obras fueron inicialmente silenciadas y, cuando pasaron a ser más consideradas, tardaron en ser valoradas en el marco de las Ciencias Sociales, especialmente en las universidades brasileñas, lo que nos lleva a indicar una doble razón para esta cuestión: la represión y la censura derivadas de la dictadura militar, así como los autores progresistas que pretendían revisar la influencia de las ideas marxistas y su impacto en Brasil.

Palabras-claves: Ruy Mauro Marini; Érico Sachs; formación social brasileña; dependencia; revolución brasileña.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 – O DEBATE SOBRE A REVOLUÇÃO BRASILEIRA ANTES DA POLÍTICA OPERÁRIA.	22
1.1 As duas fontes teóricas e as três organizações constitutivas da POLOP.	22
1.1.2 Em busca de renovação e rearticulação do movimento comunista, ou melhor, de <i>Novos Tempos</i> .	22
1.1.3 A Liga Socialista Independente e a Esquerda Socialista, agitando o debate no <i>Movimento Socialista</i>	26
1.1.4 Abram alas, pois a Mocidade Trabalhista quer passar!	30
1.2 A dualidade entre restos feudais e dominação imperialista: a estratégia democrático-burguesa do PCB em suas variadas formas	34
1.2.1 As idas e vindas do Partido Comunista do Brasil – PCB ao longo da década de 1950.	38
1.3 Os Cadernos do Povo Brasileiro, a revolução brasileira estava em pauta!	42
CAPÍTULO 2 - O PENSAMENTO POLÍTICO DE RUY MAURO MARINI E ÉRICO SACHS	48
2.1 A Formação social brasileira: dependência e integração	48
2.1.1 Breve balanço biográfico	53
2.1.2 O processo de industrialização	56
2.1.3 A face bonapartista da burguesia brasileira	59
2.2 Um deve morrer para o outro sobreviver: o suicídio de Vargas e o aprofundamento da dependência	63
2.2.1 A superexploração da força de trabalho	65
2.3 A volta dos que não foram: o reascenso do movimento da classe trabalhadora e a luta por uma Política Operária independente	68
2.3.1 Cheiro de golpe, gosto de golpe. Parece golpe! Mas de que lado ele virá?	78
2.4 Estratégia e tática da revolução brasileira	80
2.4.1 A dialética entre a formação da vanguarda e a transformação da “consciência em si”	81
2.4.2 O caráter de classe da revolução brasileira e do golpe militar	83
2.4.3 O Governo de Transição como possibilidade	87
2.4.4 Sobre a hegemonia proletária e o partido revolucionário da classe trabalhadora	89
CAPÍTULO 3 – DANÇANDO EM CAMPO MINADO: RUY MAURO MARINI E ÉRICO SACHS EM MEIO À CHAMADA REDEMOCRATIZAÇÃO E À “NOVA ESQUERDA” BRASILEIRA	95

3.1 O “bendito exílio”	95
3.1.1 Momentos de tensão e de coesão interrompida	95
3.1.2 Um revolucionário pela América Latina: os exílios mexicanos e chileno de Ruy Mauro Marini	98
3.2 O velho morreu e o “novo” conseguiu nascer	103
3.2.1 O caminho final de Raul Villa e a inédita trajetória de Eder Sader	106
3.2.2 O berço paulista da “nova esquerda”	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
REFERÊNCIAS	137

INTRODUÇÃO

Ao longo do século XX, o debate em torno da necessidade de uma teoria da revolução brasileira, como alternativa necessária para a superação do subdesenvolvimento da formação social brasileira, estava presente não apenas nos meios intelectualizados ou nas organizações partidárias, mas também permeava as discussões dos trabalhadores do país. O conteúdo de cada debate acerca da revolução guardava suas particularidades, abarcando desde mudanças de caráter institucional até as mobilizações e rebeliões populares que ocorriam no século XX. Há autores que indicam que a tematização marxista sobre a revolução brasileira foi inaugurada em 1924, quando da publicação de *Agrarismo e industrialismo*, de Octávio Brandão. A partir disto, teria sido iniciada uma série de produções teóricas, buscando formular uma teoria da revolução brasileira, sustentada pelo arcabouço marxista.

Dentre as diversas teorias da revolução brasileira que foram sendo desenvolvidas por autores que se debruçaram sobre a formação social do país, escolhi como objeto desta pesquisa o pensamento político de Ruy Mauro Marini e Érico Sachs, por conta do caráter contra-hegemônico, numa posição muito distinta que seus textos conferiam ao debate do período. Numa situação em que o caráter da revolução brasileira era dominado pela concepção considerada etapista da defesa de uma revolução democrático burguesa, formulada pelo Partido Comunista do Brasil, o PCB, os autores que foram centrais nesse trabalho traziam consigo a alternativa imediata do caráter socialista da revolução brasileira. Mas o que me chamou atenção não foi somente isso. Ao mesmo tempo que iam na contracorrente das propostas dominantes, Marini e Sachs desenvolveram uma análise da formação social brasileira num sentido mais original, ao passo que deram atenção, especialmente Sachs, ao debate sobre uma teoria da transição socialista, avançando ainda mais nas discussões sobre a revolução.

Entretanto, ao longo desta pesquisa, foi possível perceber que, em meados da década de 1970, a presença do debate sobre a revolução brasileira foi perdendo espaço até quase desaparecer por completo durante a década de 1980. É evidente que uma das causas dessa ausência se deve à derrota imposta à esquerda em 1964 com o golpe militar, que instaurou e manteve uma ditadura por 21 anos. Mas ao perceber que, quando a abertura política é estabelecida em 1979 (com o retorno efetivo de vários exilados),

diversos autores que propunham a revolução brasileira no período anterior ao golpe, conseguiram encontrar um espaço muito espremido, por assim dizer, na cena política que ressurgia como possibilidade de intervenção pública. Porém, mesmo essa curta brecha apareceu interdita para Ruy Mauro Marini e Érico Sachs.

A partir disso, surgiu a pergunta que orientou e motivou de fato esse trabalho: Por que as obras e o pensamento político de Ruy Mauro Marini e Érico Sachs, que tinham uma circulação no território brasileiro antes do golpe – e que mesmo no exílio percorreu os outros países latino-americanos – só vieram a ser conhecidos e publicados mais de dez anos após a chamada redemocratização?

A hipótese que foi elaborada e que ao longo deste trabalho busquei fundamentar, é a de que, para além da censura e repressão do regime ditatorial dos militares, foi efetivado, por uma parte de uma determinada esquerda progressista, um processo de silenciamento e desqualificação não apenas dos autores aqui estudados, mas de toda a possibilidade e discussão colocada a respeito de uma teoria da revolução brasileira.

Dessa forma, para compreender como se desenrolou esse processo, escolhi como objetos principais para permear minha pesquisa o livro *Subdesenvolvimento e revolução*, de Ruy Mauro Marini, de 1969¹, e o texto *Caminho e caráter da revolução brasileira*, de Érico Sachs, de 1970.² A escolha desses dois escritos se justifica pelo fato de comportarem as determinações principais do pensamento político desses autores, ao passo em que se encontra nessas obras a mais acabada proposta de uma teoria da revolução brasileira.

Um outro aspecto que justificou esse trabalho é o de que tenho plena consciência de que não é um pioneirismo trazer ao debate esses autores. No entanto, eles foram, muitas vezes, efetivamente esquecidos. Seu resgate, aqui feito, insere-se em um movimento que vem sendo desenvolvido, nos últimos anos, por poucos livros, monografias, dissertações e teses, que se propõem a tornar mais conhecido o pensamento político desses intelectuais militantes, seja concordando ou problematizando suas teses. Houve um esforço de minha parte, portanto, em inserir o pensamento político de Ruy Mauro Marini e Érico Sachs nas discussões sobre a formação social e sobre a revolução brasileira, porém, até o momento, não encontrei outras pesquisas, até o momento, que

¹ A primeira publicação data de 1969, entretanto, o livro só foi completado em sua quinta edição, no ano de 1974. Essa questão foi tratada ao longo deste trabalho. A edição que usamos aqui como referência foi MARINI, 2017).

² A edição que usamos como referência foi SACHS, 2024.

propusessem trabalhar no sentido de realizar uma comparação entre ambos e demonstrar sua complementariedade. A escolha por essa abordagem se explica não por existirem referências diretas ou produções conjuntas, mas pelo fato de que, como foi evidenciado nessa pesquisa, Marini e Sachs, durante um longo período, foram os principais referenciais da organização que fundaram, a POLOP. Mesmo após a separação de suas militâncias, permaneceram com o mesmo horizonte e com a mesma intenção de se pensar a transição socialista no Brasil, tendo a centralidade operária como o cerne de suas formulações.

No contexto dessa pesquisa, que coloca como objeto o pensamento de dois autores do campo do marxismo, procurei tomar como referência, no âmbito teórico-metodológico, os textos marxianos. Para os fins dessa pesquisa, parto da afirmação feita por Marx em sua *Introdução à Contribuição à crítica da economia política*, onde coloca que

O concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, a unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. (MARX, 2008, p. 258-259)

Essa referência é fundamental para aqueles que se propuserem a realizar um trabalho no âmbito do marxismo, pois, o que Marx quer dizer é que, o método consiste em elevar o movimento real do objeto ao nível da abstração, ou seja, sua eficiência está em “proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo mentalmente como coisa concreta” (Ibid.), entendendo que não é o pensamento que origina o real, como defendia Hegel.

Deve-se ainda ressaltar a importância do aspecto da totalidade, que deve ser apreendida e respeitada, pelo fato de que o produto do pensar, não é “de nenhum modo o produto do conceito que se engendra a si mesmo e que concebe separadamente e acima da percepção e da representação”, pelo contrário, ele é a “elaboração da percepção e da representação em conceitos” (Ibid.). Dessa forma, a compreensão da totalidade concreta se realiza pela atividade do cérebro pensante que se apropria do mundo tendo o conhecimento de que o “objeto estudado permanece em pé antes e depois, em sua independência e fora do cérebro ao mesmo tempo”, ou seja, o ato de pensar do cérebro “não se comporta senão especulativamente, teoricamente” (MARX, 2008, p. 260).

Assim como anteriormente na *Ideologia Alemã*, Marx e Engels alertavam sobre esse aspecto e o da aparente ilusão que esse processo pode causar, propondo que

A consciência [*Bewusstsein*] não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente [*bewusste Sein*], e o ser dos homens é o seu processo de vida real. Se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura, este fenômeno resulta do seu processo histórico de vida, da mesma forma como a inversão dos objetos na retina resulta de seu processo de vida imediatamente físico. (MARX; ENGELS, 2007, p. 94).

Isso significa que a produção das ideias está direta e indissociavelmente vinculada à atividade material e com as relações materiais entre os homens. Dessa forma, durante uma pesquisa, o pesquisador deve sempre permanecer firmado na história real e nunca “explicar a práxis partindo da ideia, mas explicar as formações ideais a partir da práxis material” (MARX; ENGELS, 2007, p. 43). Foi o que busquei realizar nesta pesquisa e espero ter conseguido realizar esses indicativos, a partir do arsenal marxiano e marxista.

Essa questão da ideologia aparece com maiores contornos na obra de um importante marxista do século XX, György Lukács, especialmente em seu *Para uma ontologia do ser social*, desfazendo uma confusão frequente de que ideologia significaria, necessariamente, falsa consciência. Para ele, “Correção e falsidade ainda não fazem, contudo, de uma visão uma ideologia” (LUKÁCS, 2018, p. 400). Na verdade, uma ideologia depende da função social que ela venha a desempenhar. A ideologia, sob a ótica lukacsiana, enquanto um fenômeno analisado no sentido ontológico-prático, significa “analisar este fenômeno essencialmente pela função social que desempenha, ou seja, enquanto veículo de conscientização e prévia-ideação da prática social dos homens” (VAISMAN, 1989, p. 421).

É de vulto ressaltar que, apesar de Lukács considerar a ideologia enquanto uma função social, não significa que ele descarte os impactos que aspectos falseadores da realidade causam na história. É nesse sentido que busquei compreender a função social do pensamento político de Ruy Mauro Marini e Érico Sachs, que, na hipótese de terem constituído uma ideologia, contribuíram no sentido da transformação da consciência em si numa consciência para si da classe trabalhadora, e não como uma falsa consciência.

Há três momentos, portanto, da análise de ideologias para Lukács, que aqui busquei adotar: a gênese, a função social e a análise imanente do discurso. A análise imanente tem como objetivo desvendar a lógica própria de um discurso a partir do que ele é, e não daquilo que lhe é atribuído externamente. Esse caminho é decisivo para que,

posteriormente, o restante do trajeto da pesquisa atinja a investigação da gênese e da função social. Sobre o tema, José Chasin³ escreve que a análise do discurso

Exige a captura imanente da entificação examinada, ou seja, a reprodução analítica do discurso através de seus próprios elementos e preservado em sua identidade, a partir da qual, e sempre no respeito a essa integridade fundamental, até mesmo em seu “desmascaramento”, busca esclarecer o intrincado de suas origens e desvendar o rosto de suas finalidades. (CHASIN, 1995, p. 346)

No que concerne à gênese do discurso, ela se constituiria na base material pela qual se constitui. Para elucidar essa temática, em conhecida entrevista, Lukács diz que “numa determinada situação de classe à qual naturalmente pertence a inteira cultura de seu tempo; não pode haver nenhum conteúdo de consciência que não seja determinado pelo *hic et nunc* da situação atual”, e prossegue ao tratar da atividade humana, constatando que “o homem constrói os problemas a serem resolvidos e lhes dá resposta com base na sua realidade. Mas uma consciência pretensamente livre de liames sociais, que trabalha por si mesma, puramente a partir do interior, não existe, e ninguém jamais conseguiu demonstrar sua existência” (LUKÁCS, 2014, p. 54). Disso decorre que, para que uma análise de discurso seja efetiva, é condição fundante a relação entre a ideologia e a situação concreta de quem a afirmou.

Na introdução de *A destruição da razão*, o filósofo húngaro esclarece e demonstra a efetividade prática da análise imanente do discurso ideológico considerando que “não existe visão de mundo ‘inocente’”, principalmente no que diz respeito ao seu sentido filosófico, pois, “a tomada de posição a favor ou contra a razão é decisiva” (LUKÁCS, 2020, p. 10). Nesse sentido, a própria razão não se apresenta como algo externo e nem mesmo figura acima do próprio desenvolvimento social, mas ela “reflete sempre a racionalidade (ou irracionalidade) concreta de uma dada situação social”, e no processo de lhe esclarecer mediante a análise imanente, “promove ou retarda esse desenvolvimento” (LUKÁCS, 2020, p. 11).

Em todas as condições sócio-históricas desses conteúdos e dessas formas, o caráter progressista de cada situação ou tendência de desenvolvimento é algo objetivo e com consequências que ocorrem, independentemente da consciência humana. Se aquilo que se move para adiante é considerado razão ou desrazão, se isto ou aquilo é afirmado ou rejeitado, constitui justamente um fato essencial e decisivo na tomada de partido, na luta de classes. (LUKÁCS, 2020, p. 11)

³ Chasin foi pioneiro no Brasil na análise de ideologias nos anos 1970 em sua obra *O Integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*. (CHASIN, 1978).

Assim, partindo de uma análise que busca a apreensão da totalidade dos fenômenos em pauta, pretende-se efetivar as mediações entre o todo e as partes, partindo do entendimento de que tal totalidade não se resume apenas pelas partes somadas, mas que configura “um todo coerente em que cada elemento está, de uma maneira ou outra, em relação com cada elemento”, ao passo que interno ao próprio processo, “essas relações formam, na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades ligadas entre si de maneira completamente diversa, mas sempre determinadas” (LUKÁCS, 1979, p. 240).

Por isso, nesse trabalho foi estabelecida uma relação entre a ideologia produzida por Marini e Sachs, com o seu momento histórico (gênese) e respectiva função social. Sabendo que a separação entre essas partes que se inter-relacionam só pode ser operada a partir do processo científico, pois em sua determinação ontológica aparecem indissociáveis, adoto a posição que Lukács defende em sua *Introdução a uma estética marxista*, que

O método dialético de Marx – no qual a história, a sociedade e a economia são representadas como um processo unitário indissociável (mantendo-se firmemente a prioridade da base da econômica) – é uma intensa polêmica, portanto, contra esta separação mental daquilo que na realidade é ligado contra esta unilateralização abstrata de setores parciais artificialmente divididos, contra a exclusão das reais mediações econômicas e sociais contra a dissolução artificial e sofisticada das contradições, etc. (LUKÁCS, 2018, p. 97)

Diante disso, no primeiro capítulo, realizei uma exposição dos antecedentes históricos que engendraram a formação do pensamento político de Ruy Mauro Marini e Érico Sachs, ao mesmo tempo que busquei demonstrar o processo de formação da ORM-POLOP dentro de um processo de renovação do movimento comunista. Para tal, precisei realizar uma investigação a partir da síntese bibliográfica acerca da história dessa organização para encontrar suas principais fontes constitutivas. Como já foi dito, o processo de produção do pensamento de Marini e Sachs se deu, sobretudo, diante de um debate público com o setor hegemônico da esquerda revolucionária brasileira naquele momento, o PCB. Assim, não pude me furtar a apresentar, nos limites deste trabalho, a análise da formação social brasileira desenvolvida pelo partido e consequentemente a teoria da revolução brasileira proposta, tendo como foco as discussões durante as décadas de 1950 e 1960. Por fim, trouxe para esse trabalho a importância da iniciativa da coleção dos *Cadernos do povo brasileiro*, pois seus volumes tinham como foco trazer os

problemas candentes do povo no Brasil, apresentando uma saída revolucionária naquele momento histórico.

Em seguida, no segundo capítulo tratei de entrar diretamente no meu objeto, isto é, o pensamento político de Marini e de Sachs, fazendo minha exposição a partir das duas obras fundamentais dessa pesquisa: *Subdesenvolvimento e revolução* e *Caminho e caráter da revolução brasileira*. No primeiro momento deste capítulo, fiz uma breve exposição da biografia desses autores para compreender como seus caminhos individuais se cruzaram e os levaram até o problema de se pensar a revolução brasileira. Em seguida, meu objetivo foi demonstrar as determinações principais de seus pensamentos, a partir da exposição da análise da formação social brasileira que realizaram e, assim, identificar as categorias fundantes de suas produções teóricas nas obras analisadas. Como o interesse dessa pesquisa foi de realizar uma comparação e encontrar uma possível interação entre a obra e o pensamento de Marini e Sachs, discorri sobre o papel conjunto que exerceram quando cerravam fileiras na POLOP.

Ainda no segundo capítulo, depois de desenvolver essas questões, me restava explicitar como suas formulações redundaram na busca de uma teoria da revolução brasileira. E, assim, encontrar seus elementos particulares, que permitiram que suas propostas se diferenciasssem por completo daquilo que a esquerda revolucionária hegemônica da época vinha propondo.

No que diz respeito ao terceiro capítulo, continuei desenvolvendo os aspectos decorrentes do capítulo anterior, mas com vistas a entender as dinâmicas de um novo momento histórico que se iniciava. Tive que entender e apresentar como se deram as relações entre a produção intelectual e organizativa de Ruy Mauro Marini e Érico Sachs dentro de um período de repressão imposto pela ditadura militar, e pelos rompimentos sucessivos que marcaram a Política Operária.

Diante disso, tentei seguir seus caminhos durante o período de exílio, sem perder de vista o que estava ocorrendo no Brasil. Assim, nesse momento é que encontrei espaço para apresentar minha hipótese de forma mais completa, que buscou responder por que o debate sobre a revolução brasileira estava saindo de cena, como também o porquê do pensamento de autores como Marini e Sachs estavam sendo obstaculizados naquele momento da chamada redemocratização. Para isso, utilizei como aporte fundamental para sua sustentação, a tese de José Chasin acerca de quatro teorias que deslocaram o debate da perspectiva revolucionária, e trouxe a hipótese de Angélica Lovatto a respeito das

teorias autonomistas como complemento fundamental para a compreensão desse processo.

Posto isso, finalizo essa introdução com a expectativa de que esse trabalho possa ter cumprido sua proposta de auxiliar os constantes esforços de jogar luz ao pensamento de autores como Ruy Mauro Marini e Érico Sachs, tantas vezes desqualificados e silenciados nas ciências sociais, bem como contribuir na tarefa fundamental de resgatar o tema e a necessidade de se pensar a revolução brasileira e seu caráter socialista.

CAPÍTULO 1 – O debate sobre a revolução brasileira antes da Política Operária.

Nesse primeiro capítulo, farei uma exposição acerca das diversas discussões sobre a revolução brasileira que antecederam as formulações nas principais obras analisadas na pesquisa. O recorte historiográfico estabelecido que irá abarcar desde as primeiras concepções estratégicas do PCB até o Congresso fundacional da ORM-POLOP. Em conjunto farei uma análise das primeiras intervenções de Marini e Sachs dentro do debate sobre a formação social brasileira e os rumos do movimento comunista brasileiro e mundial.

Aqui irei demonstrar aquelas que podem ser consideradas as maiores influências teóricas e aglutinadoras, e as organizações políticas que forneceram os principais quadros que trabalharam na fundação e na estruturação da Política Operária no começo da década de 1960. Logo em seguida, será desenvolvida um exame das concepções desenvolvidas pelo PCB, dando espaço para a investigação detida a partir de seus próprios documentos e intelectuais orgânicos.

1.1 As duas fontes teóricas e as três organizações constitutivas da POLOP.

1.1.2 Em busca de renovação e rearticulação do movimento comunista, ou melhor, de *Novos Tempos*.

A fundação da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária, ORM-POLOP, ocorreu no contexto do surgimento de uma nova esquerda⁴, que em decorrência das delações do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética e da crise do stalinismo, buscaram dar um novo sentido para o movimento revolucionário brasileiro. Das consequências desse congresso de 1956, o Partido Comunista do Brasil, PCB, passou a sofrer um processo de mudança e renovação em sua linha política, que será debatido no decorrer desse capítulo. Dentro desse contexto, destacamos a iniciativa de uma parte da chamada corrente “renovadora” ao fundar a revista *Novos Tempos*, no ano de 1957, com o objetivo de ampliar o debate marxista para além da dualidade stalinismo-trotskismo (NOBERTO, 2021). Abrindo espaço para a publicação de artigos fora do círculo

⁴ É preciso esclarecer que o uso do termo “nova esquerda” utilizado aqui não corresponde ao mesmo sentido que possui no debate brasileiro a partir da década de 1980, em que as organizações e partidos que se enquadram nessa terminologia a reivindicam como forma de combate as noções de vanguarda e revolução.

partidário, a revista foi abrigo para as primeiras publicações de maior destaque de Érico Sachs.

Sob o pseudônimo de Eurico Mendes, Sachs contribui no esforço de superar o reboquismo e o impasse que o movimento comunista brasileiro estava jogado sob a hegemonia do PCB. Os dois textos publicados na *Novos Tempos* merecem destaque pois colaboram para a posição desenvolvida pela POLOP frente às experiências socialista no leste europeu, da burocratização stalinista e da fusão da ideologia nacionalista ao comunismo. No primeiro texto, *O comunismo nacional nas democracias populares*, publicado no número dois da revista, Sachs perfaz uma análise da constituição das democracias populares, aglutinadas em torno do Bloco Soviético, e suas contradições com a burocracia do PCUS.

Após fazer uma consideração crítica sobre o processo de industrialização da União Soviética e a realização de uma “acumulação primitiva socialista”, imposto pelo fim do ciclo revolucionário em 1923, para superar o isolamento e os boicotes do mundo capitalista, a URSS teve de envidar esforços para conseguir criar as bases para uma democracia socialista. Entretanto, levar a cabo esse processo em um país majoritariamente agrário, com uma parca parcela de operários, significava jogar da noite pro dia, camponeses para as cidades e transformá-los em operários. Nosso autor destaca que para dar conta de gerenciar essa dinâmica, cada vez mais a democracia interna tanto do partido quanto das organizações operárias foi suprimida, dando lugar a um aparelho burocrático capaz de ordenar a produção “que de seu centro Moscou, determinava e regulava os mínimos detalhes de produção de uma empresa situada a milhares de quilômetros de distância, na Sibéria ou na Ásia Central” (SACHS, 2023, p. 33).

Mas mesmo depois de conquistada essa base material industrial e surgida uma nova tradição de operários e intelectuais, no geral, novos quadros para o país, que agora reclamavam pelo estabelecimento da democracia socialista em sua mais alta expressão, o PCUS liderado por Stalin não abandonou as práticas de conservação do regime e de preservação de seu *status quo*. Assim os métodos para amansar essa nova geração e derrotar a oposição da velha guarda bolchevique foi, segundo Sachs, à base de terror e de sangue. Foi sob essa política que o Exército Vermelho passou a fazer a revolução nos países que constituíram as democracias populares. Não importando a especificidade da formação social, tampouco o nível de desenvolvimento industrial e do movimento operário de cada país, àquele método de acumulação soviética passou a ser implantado.

A situação política se tornou insustentável devido a implantação de métodos políticos do stalinismo em países com um proletariado que, ao contrário do russo, contava com fortes tradições democráticas, sindicais e de cogestão obreira. Para completar o quadro, implantavam-se os métodos de expurgos e processos monstros para vencer a crescente resistência do proletariado e da própria vanguarda comunista em cada país, sob domínio dos stalinistas russos e locais. (SACHS, 2023, p. 35)

Diante dessa situação, argumenta Sachs, o comunismo nacional era composto por duas forças, a primeira sendo os comunistas opostos a dominação soviética e a segunda força, os elementos pequeno-burgueses e contrarrevolucionários que viam na vitória da oposição comunista uma oportunidade de restauração da dominação burguesa. O perigo residia nos bloqueios impostos pelos stalinistas às reformas exigidas pelo proletariado consciente, que colocava toda uma classe operária e o país na situação de antagonista. Sachs cita o caso húngaro que após terem destruído as bases de sua democracia popular, abriram espaço para a contrarrevolução. O comunismo nacional era, portanto, a “manifestação concreta das contradições criadas entre os métodos stalinistas surgidos na União Soviética e as necessidades do fortalecimento do socialismo nas democracias populares” (SACHS, 2023, p. 35).

O segundo texto foi publicado no editorial de número quatro da revista, em janeiro de 1958, ainda sob o pseudônimo de Eurico Mendes. Em *O movimento revolucionário brasileiro na encruzilhada*, o austro-brasileiro continua seu trabalho de crítica aos rumos da Internacional Comunista após a morte de Lenin, estendendo sua condenação a toda forma de bolchevização impetrado pelo stalinismo e pelo trotskismo. Todavia, esse escrito tem como foco principal as consequências que essas políticas geraram nas seções não europeias dos partidos comunistas, sobretudo a brasileira.

Para Sachs, as implicações da política da Internacional após seu VII Congresso tiveram resultados mais alarmantes no Brasil do que nos países europeus. Enquanto naquelas nações já existia uma tradição de organização do movimento operário desde o período da Segunda Internacional, no território brasileiro, era tarefa fundamental do partido comunista organizar e formar essa classe operária independente. Entretanto, o partido comunista que se formou no país não conseguiu dar conta dessa missão, ficando sempre a reboque de uma certa burguesia nacionalista o que o PCB conseguiu foi apenas entregar a classe operária cada vez mais nas mãos do chamado “populismo”.

Nesse texto, Sachs adianta a posição que será tão cara a futura POLOP e que constitui o elemento central da linha estratégica dessa organização, a transformação da

consciência de classe “em si” para uma consciência “para si”. Sem adentrar de fato na significação dessa posição que será exposta com maior detalhe no capítulo seguinte, o problema ainda residia na base ideológica do movimento comunista brasileiro. Pois enquanto não existir um proletariado independente no Brasil, que constitua a vanguarda de toda a massa dos explorados e oprimidos do país, arrastando consigo as camadas vacilantes da população, ficará refém dos “oscilantes e inconsequentes movimentos pequeno-burgueses e burgueses, que capitularão nos momentos decisivos” (SACHS, 2023, p. 47).

No decorrer do artigo, Eurico Mendes ainda faz uma ressalva sobre o nacionalismo no país. Declara que um movimento de tal tipo pode ainda cumprir um papel progressista e que em determinadas situações concretas podem se tornar aliados táticos dos comunistas, desde que fique sempre delimitado as fundamentais e irreconciliáveis diferenças estratégicas e ideológicas das duas forças. Em suas considerações, entende que o nacionalismo se enquadra enquanto um movimento defensivo e reformista, que não compreende que os problemas candentes do país e sua situação política internacional é reflexo também de sua estrutura interna.

Na conclusão de sua intervenção destaca o problema do partido revolucionário a ser constituído no Brasil. Esse partido só poderia surgir dentro de um processo orgânico e umbilicalmente vinculado com as necessidades da classe operária. Qualquer tentativa de fundá-lo por mero capricho subjetivista, estará condenado ao fracasso. Mesmo naquele período em que o autor escrevia, onde o movimento comunista passava por uma renovação, Sachs acreditava que dificilmente dali sairia de fato esse partido revolucionário. De todo modo, conclui Sachs,

O que influirá, decisivamente, a estrutura de um partido revolucionário no Brasil é sua atitude frente à classe operária. O PC fez política à custa da classe operária e dos seus votos eleitorais. Temos de nos identificar com a classe e vencer o abismo que ainda existe entre o intelectual comunista e o operário de fábrica. Temos de criar grupos, compostos de intelectuais e operários comunistas, que encontrem uma linguagem comum e que assegurem laços entre a classe e sua vanguarda. Temos de criar o tipo de revolucionário para o qual a hegemonia da classe operária na luta política é mais do que um postulado teórico ou uma reação sentimental. (SACHS, 2023, p.52)

É válido mencionar que Luiz Alberto Moniz Bandeira, outro membro fundador da ORM-POLOP contribuiu, ao lado de Sachs, com artigos para a revista *Novos Tempos*. Seu breve texto *O caráter socialista da revolução no Brasil*, publicado também no segundo número da revista, colocava na ordem do dia a atualidade e a maturidade da

revolução socialista no país. Naquele tempo, eram poucos que ousavam pontuar a estratégia revolucionária já em termos socialistas, essa questão só irá ganhar de fato robustez na década seguinte, com a fundação da Polop e com a publicação de um livro do próprio Moniz Bandeira, em 1962⁵.

1.1.3 A Liga Socialista Independente e a Esquerda Socialista, agitando o debate no *Movimento Socialista*

Nesse período, Érico Sachs e Moniz Bandeira eram membros do Partido Socialista Brasileiro (PSB), pode parecer estranho ao leitor de primeira viagem que dois revolucionários escolheram se abrigar em um partido que, em seu projeto, não tinha a revolução como seu horizonte. Contudo, a escolha por se instalar dentro do PSB se dava pelo fato de ali não existir uma estrutura interna rígida que fizesse com que o debate ficasse preso à dicotomia do PCB. Sobre esse assunto, no capítulo seguinte que irei tratar especificamente do pensamento político dos dois autores objetos desse trabalho, farei maiores exposições a respeito desse tema. O que preciso mencionar, no momento, é que apesar de estarem vinculados ao PSB, nem Bandeira e nem Sachs ficaram restritos ao próprio partido. Moniz Bandeira, sobrinho de um respeitado trotskista, Edmundo Muniz, fez parte da organização da Liga Socialista Independente (LSI), um pequeno grupo que não ultrapassava vinte militantes organizados em São Paulo (NOBERTO, 2021).

Fizeram parte do grupo o experiente Hermínio Sacchetta, Mauricio Tragtenberg, Alberto da Rocha Barros e alguns futuros membros da Política Operária, como Michael Löwy, Paul Singer, Gabriel Cohn e os irmãos Eder e Emir Sader. O grupo, apesar da forte influência do pensamento de Trotsky, buscava superar o stalinismo e o próprio trotskismo, tendo em Rosa Luxemburgo o seu refúgio teórico. Segundo Lineker Noberto, a LSI constitui a primeira organização fora da dualidade stalinismo versus trotskismo, se opondo ao dilema de escolher o lado da burocracia soviética ou do imperialismo, viam a sociedade burguesa Ocidental e o capitalismo de Estado soviético como os maiores inimigos da classe trabalhadora mundial (NOBERTO, 2021, p. 76).

Como se percebe, o centralismo não era algo tão forte e presente entre os grupos revolucionários opostos à hegemonia do PCB, isso fica ainda mais claro na iniciativa de Érico Sachs e Moniz Bandeira de fundar a “Esquerda Socialista”, dessa vez enquanto um grupo interno do PSB, mesmo Bandeira já pertencendo a LSI, que no caso reivindicava

⁵ Ver BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O caminho da revolução brasileira**. Florianópolis: Editora Insular, 2021.

uma independência política do partido. A curta experiência da Esquerda Socialista, surgida entre os fins de 1957 e o começo de 1958, tem maior relevância pois pode ser considerada o núcleo inicial daquilo que viria a se tornar a ORM-POLOP. Isso pode ser percebido na declaração de Aluizio Leite Filho sobre a atuação do grupo na mobilização pelo primeiro de maio em 1959, à Leovegildo Leal em seu *História da Polop*:

Aquele Primeiro de Maio pode ser considerado a primeira ação de massa, de agitação e propaganda, da Polop. Cobrimos várias ruas do Centro da cidade de bandeiras vermelhas e faixas com palavras-de-ordem propugnando a independência político-ideológica do proletariado, denunciando a apropriação da data pela burguesia empenhada em transformar a luta em festa de confraternização de classes. Fizemos vários comícios relâmpagos durante o dia e, à noite, fechamos com um ato comemorativo na sede do PSB. (LEAL, 2011, p. 71)

Mas o que mais se destaca na atuação militante desse agrupamento foi a publicação da revista *Movimento Socialista*. Começando a circular em 1959, a revista contribuiu para se tornar o aglutinador do debate e da unidade que se estabeleceria para a organização da Política Operária. É por conta dessa experiência que de fato os caminhos de Érico Sachs e Ruy Mauro Marini passam a se entrelaçar. Não me deterei aqui na descrição de toda a trajetória da circulação dessa publicação, sobre esse assunto, a tese de doutorado de Lineker Noberto⁶, já muito citada nesse trabalho, contribui fortemente para o delineamento do tema. O que de fato será evidenciado a seguir é a importância das intervenções de Marini e Sachs nessa revista e como isso colaborou para o desenvolvimento de uma original teoria da revolução brasileira.

No primeiro número da revista, logo após o manifesto editorial sobre o projeto e as intenções do *Movimento Socialista* aparece o primeiro texto de Ruy Mauro Marini, assinado com o pseudônimo de Agripino Soares Thomas. Intitulado *Verso e reverso do desenvolvimento*, Marini buscava com esse texto influir no debate acerca da crítica ao nacionalismo desenvolvimentista seja na sua expressão burguesa ou comunista. Já nesse artigo de 1959, procede uma análise, ainda que menos robusta, sobre o caráter dependente da burguesia brasileira e a incapacidade dessa classe conduzir qualquer movimento progressista:

A burguesia brasileira, apesar de suas reivindicações de liderança nacional, na realidade, permanece débil e dependente da burguesia imperialista americana. Aceitar sua direção é atar a sociedade brasileira,

⁶ NOBERTO, L. **Nova senda socialista**: a história da Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (ORM-PO).

pés e mãos, na sua luta nacional contra o domínio imperialista. (MARINI, 1959, p. 31)

Mas o que chama muita atenção nessa publicação de dez anos antes de *Subdesenvolvimento e revolução*, é a ácida e dura crítica que Marini faz ao PCB e especialmente a Luís Carlos Prestes. Para aqueles que acompanharem de perto a obra de Marini, perceberão que o tom das críticas ao PCB e ao próprio Cavaleiro da Esperança mudam, não no conteúdo e na radicalidade da oposição ao marxismo pessebista, mas na forma em que o autor as expõe. Provavelmente essa postura que Marini adota no futuro, de certa forma mais “amena”, se justifica pelo contexto repressivo e de isolamento que todas as forças comunistas passaram a sofrer após o golpe militar. Situação completamente diferente da época da revista, onde a efervescência da luta de classes no país ia ganhando contornos mais vultosos e a disputa política mais acirrada.

Na primeira página, Marini já declara que a tentativa do PCB e de Prestes de enquadrar a luta de classes no Brasil em uma disputa nação versus imperialismo, retardava em muito o desenvolvimento de uma consciência de classe do proletariado e contribuía substancialmente para atender as exigências e necessidades da burguesia industrial. O autor ainda chega a colocar em termos de “traição política ao proletariado e ao socialismo” a posição do Partido.

Verifica-se, assim, que a defesa e a propagação dos pontos-de-vista da burguesia industrial estão sendo realizadas com o mais completo êxito e penetração, ganhando, inclusive, umas tinturas marxistas na sua formulação, graças aos inestimáveis serviços do prestismo, enquanto os pontos-de-vista e os interesses de classe do proletariado estão sendo relegados, desmoralizados e negados. (MARINI, 1959, p. 12)

Esse “marxismo prestista” do PCB, segundo Marini, mesmo em sua tentativa de renovação e superação do stalinismo, estava imbuído pela ideologia nacionalista. A capitulação completa do Partido pela ideologia burguesa significava que, para eles, o nacionalismo tinha a “missão de parteiro do socialismo”. O próprio stalinismo foi remodelado e acomodado às novas circunstâncias, sob um “new look prestista”, assimilando na essência essa linha política a adequando na luta pelos “objetivos da ‘nação em desenvolvimento’” (MARINI, 1959, p. 14).

Na mesma edição, aparece o artigo de Sachs, mantendo a assinatura de Eurico Mendes, intitulado *Marxismo ou apologética nacionalista?*, nele vai desdobrar sua crítica a importância concedida ao nacionalismo pelo PCB, agora impactado pela declaração política do Partido, conhecida como “Declaração de março de 1958”. Essa revisão da

política do PCB será tratada com maior cuidado na parte desse capítulo dedicada às concepções do Partido sobre a revolução brasileira.

Retomando os textos de Marx e Engels, Sachs busca demonstrar o caráter de classe do nacionalismo e como a opção por essa forma de luta acaba por entregar a tutela ideológica do movimento operário à burguesia. Para ele, era fundamental enfrentar a tentativa do PCB e dos intelectuais do ISEB de apresentar um “Marx subdesenvolvido” que justificasse os interesses imediatos de sua concepção de luta política. Na verdade, o que está por trás dessa postura dos marxistas nacionalistas, é procurar uma forma de encaixar as elaborações de Marx e Engels nas suas concepções estratégicas. Ou seja, é uma tentativa de transformar a particularidade do Brasil enquanto um país subordinado ao imperialismo em uma virtude, no sentido de que a aparente oposição nação versus imperialismo lhes parece mais fácil para o enfrentamento do que de fato colocar os termos na contradição principal de qualquer país capitalista, a relação capital-trabalho.

As causas principais para essa apologética nacionalista se encontravam na revisão stalinista das teses da Internacional, sobretudo as de seu segundo congresso que colocam a posição sobre o internacionalismo proletário. Nessas teses, a luta proletária de cada país deveria ser subordinada à luta proletária mundial e que aqueles países que efetivaram a derrubada de sua burguesia, não podiam economizar esforços para a derrubada do capitalismo a nível internacional. Como aponta Sachs, ao chegar ao posto principal do partido, Stalin passou a inverter essas resoluções subordinando “os interesses da luta do proletariado internacional aos interesses imediatos da União Soviética”, isto é, “sacrificou a Revolução Europeia e Mundial às conveniências da diplomacia soviética” (SACHS, 2023, p. 66). Nesse sentido,

A causa fundamental da crise do movimento operário em escala mundial é o abandono do internacionalismo proletário pela própria Rússia Soviética e a submissão da classe operária nos países capitalistas à política externada de Moscou. (SACHS, 2023, p. 67)

Voltando sua discussão para a situação brasileira especificamente, Érico Sachs questiona o significado do enquadramento do Brasil enquanto um país subdesenvolvido. Sem negar o evidente atraso que a formação social brasileira possui em relação aos países centrais do capitalismo, o autor indaga sobre a precisão dessa classificação que parte da aproximação da estrutura social brasileira com a de outros países “recém-saídos de um *status colonial*” (SACHS, 2023). Em seu entendimento, o grau de desenvolvimento industrial e do proletariado brasileiro, o aproxima muito mais da situação de alguns países europeus. Essa afirmação de Sachs serve para combater a permanência de noções políticas

ultrapassadas, entendendo que a constituição de um proletariado industrial no Brasil, coloca as condições de analisar a situação concreta do país em termos marxistas.

Fazendo uma analogia com a física, o autor alega que assim como “não pode haver uma teoria atômica ‘subdesenvolvida’”, não há espaço para um marxismo subdesenvolvido. A ciência, considera Sachs, é universal em todos os seus aspectos, o que os físicos e os marxistas brasileiros devem fazer é levar em consideração “as condições concretas, dentro das quais têm de agir, tanto as condições econômicas como do nível técnico existente no país.” (SACHS, 2023, p. 69). Prossegue então Sachs:

A nossa tarefa e a nossa única razão de ser é levar ao proletariado brasileiro a consciência do seu papel social e político, e isso só pode ser feito mediante um combate incessante dos preconceitos – do pensamento pequeno-burguês que ainda o domina. Pois a emancipação ideológica é a condição do surgimento de um movimento operário independente no Brasil. (SACHS, 2023, p. 70).

Podemos considerar que a revista *Movimento Socialista* conseguiu, em partes, atingir seu objetivo. Não se tornou um órgão com difusão de enormes proporções, mas atingiu seu alvo principal, o PCB, de tal modo que o Partido não pôde ignorar as contundentes críticas e partiu para a resposta pública em seu jornal *Novos Rumos*. A tarefa ficou a cargo de Rui Facó, que, segundo Noberto, “questionou desde as pretensões ‘nada modestas’ da revista, até a sua posição ultra-esquerdista dogmática e anti-soviética, irresponsável e prejudicial ao movimento comunista, que fez apontar a bússola para um ‘MOVIMENTO SOCIALISTA...Para trás’” (NOBERTO, 2021, p. 120).

Esse extenso debate continua na edição seguinte e última do *Movimento Socialista*, com dois textos de Sachs, um sob o nome de Ernesto Martins e o outro de Eurico Mendes⁷, e um texto-resposta de Marini à crítica feita por Rui Facó, onde o mineiro retoma as posições do Manifesto Comunista para rebater o pessebista⁸. Não irei adentrar no cerne da discussão desses três artigos, entendo que pela dimensão desse tipo de trabalho, o caráter e o papel dessa revista já estão suficientemente esclarecidos.

1.1.4 Abram alas, pois a Mocidade Trabalhista quer passar!

Ainda nesse trajeto de identificar os núcleos formadores da ORM-POLOP, é fundamental mencionar a experiência da Mocidade Trabalhista, organizada por jovens

⁷ São os textos *Luís Carlos Prestes e seus aliados; Tendências da Política Internacional*. Ambos disponíveis em: <https://centrovictormeyer.org.br/acervos/arquivo-erico-sachs/>

⁸ O artigo de Marini, *Atualidade do Manifesto Comunista*, pode ser encontrado no seguinte endereço: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/revistas/movimento-socialista/pdf/02.pdf>

mineiros ligados a militância católica e outros mais afeitos ao marxismo, que se concentravam, majoritariamente, na Universidade de Minas Gerais, atual UFMG. Dentre seus principais membros católicos destaca-se Vinicius Caldeira Brandt, que viria a ser presidente da União Nacional dos Estudantes durante o período de 1962 a 1964, momento em que veremos adiante do capítulo de grande efervescência política e cultural da entidade, e a figura de Herbert de Souza, o Betinho, reconhecido pelo seu papel no combate a fome no país e o consagrado irmão do Henfil ansiosamente aguardado na música “O bêbado e a equilibrista”. Já na “ala marxista” figuravam aqueles futuros fundadores da Política Operária: Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Arnaldo Mourthé, Claudio Galeno, dentre outros.

Eram considerados e apoiados por Brizola e San Tiago Dantas, figuras de grande importância no trabalhismo e na política brasileira em geral, que chegaram a financiar as atividades do grupo, como um congresso em Porto Alegre (NOBERTO, 2021). Também eram muito próximos das Ligas Camponesas e de Francisco Julião, principalmente Vânia Bambirra⁹ e Vinicius Caldeira Brandt, esse último veio a ser um dos fundadores do Movimento Revolucionário Tiradentes.

É interessante citarmos um caso protagonizado pelo grupo, relatado por Leovegildo Leal, a partir de depoimentos de Vânia Bambirra e Maria do Carmo Brito, que revela o “espírito da época que empolgava a nova esquerda” (LEAL, 2011, p. 84). Entre abril e maio de 1959, Fidel Castro veio em visita ao Brasil e a ideia dos jovens trabalhistas era de convidar o revolucionário de Sierra Maestra para um discurso no Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Minas Gerais. Passaram a divulgar o evento pela cidade, chamando toda a população de Belo Horizonte para prestigiar o discurso de Fidel.

Para a infelicidade de todos, Fidel Castro não foi ao tão esperado evento, o que fariam então diante as mil pessoas que aguardavam ali ansiosamente o pronunciamento do líder do M-26-7? A ideia “genial” foi colocar Theotônio dos Santos, que achavam ser parecido com Fidel, para protagonizar o acontecimento e acalmar o público.

Arrumaram-lhe às pressas uma túnica verde-oliva e uma desajeitada barba conseguida junto ao pessoal da Escola de Teatro. E a arrumação até parecia ter dado certo: num “portunhol” meio atravessado, Theotônio vinha-se mostrando convincente no árduo papel, mesmo sem conseguir disfarçar o suor que lhe escorria pela testa apesar dos frios do

⁹ Ver FIGUEREDO, Gabriela “A questão agrária na práxis teórica e militante de Vania Bambirra: um estudo de duas conjunturas do capitalismo dependente brasileiro”. Trabalho de conclusão de curso, UFRGS, 2018.

outono mineiro. E tão convincente foi que à certa altura do seu inflamado discurso, um grupo de ex-integralistas que costumava reunir-se no Café Pérola, ao lado, famoso por sediar intermináveis bate-bocas políticos, achou que era demais, que era preciso dar um basta ao comunismo. O pau quebrou. Os galinhas-verdes tentaram invadir o DCE para, ali mesmo, justificar aquele assalariado de Moscou. (LEAL, 2011, p. 84).

Naquele caos, as pessoas que foram ver o falso Fidel se dispersaram enquanto a pancada continuava até a chegada da tropa-de-choque do DOPS, que colocou fim ao tumulto e no meio de tudo isso o “Fidel dos Santos” conseguiu escapar sem nenhum ferimento.

Aproveitando que Fidel Castro foi mencionado, é inegável que uma das inspirações principais dessa nova esquerda, marcadamente jovem, foi a vitória da Revolução Cubana em 1959. Pela primeira vez uma revolução socialista era levada a cabo no continente latino-americano, reacendendo as chamas do espírito revolucionário que estava abalado pelas consequências do período stalinista e da política de coexistência pacífica da União Soviética. Entretanto, ao mesmo tempo em que incendiou a esquerda revolucionária mundial e especialmente latino-americana, a experiência guerrilheira passou a ser generalizada e assimilada mecanicamente por grande parte de setores dessa nova esquerda. Sobre os problemas do foco guerrilheiro, vale apontar o excelente texto de Vânia Bambirra, *Los errores de la teoria del “foco”* e o livro *A revolução cubana: uma reinterpretação*.

Foi no caldo de todas essas movimentações que aconteciam no movimento revolucionário brasileiro que Érico Sachs redige a *Convocatória para o 1º Congresso da POLOP*, em 24 de julho de 1960, numa tentativa inédita de aglutinar em uma mesma organização essas forças revolucionárias dispersas, para contrapor o monopólio reformista do PCB.

Em todos os debates realizados até agora, chegamos à conclusão de que a tarefa principal dos marxistas brasileiros consiste na formação de um partido independente da classe operaria. Concordamos que os assim ditos “Partidos Operários”, ou a “esquerda”, como é popularmente chamada, não preenchem essa função no cenário político do país. O PC falhou na tentativa de se tornar o partido do proletariado brasileiro, o PSB nunca teve essa preocupação e o PTB não passa de uma agência da burguesia no meio dos trabalhadores. (SACHS, 2010, p. 21)

Esse primeiro parágrafo da *Convocatória* resume a intenção e o projeto pretendido pela organização em formação. A 16 de janeiro de 1961, se iniciava no Palácio da Uva,

em Jundiaí, o congresso de fundação da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária. Os aproximadamente vinte delegados ficaram reunidos até o dia 19 de janeiro, para discutir e estruturar a forma do novo grupo político, a partir de uma pauta comum e inegociável, o caráter imediatamente socialista da revolução brasileira. Estiveram nesse congresso fundacional a Juventude Socialista, do Rio de Janeiro, a Mocidade Trabalhista, de Minas Gerais, a Liga Socialista Independente, de São Paulo, além de outros grupos menores. Foram convidadas figuras para acompanhar o evento, mas que não compunham o projeto de fundar a POLOP. Dentre esses convidados esteve André Gunder Frank e Silvio Frondizi, membro do MIR - Praxis, grupo parte dessa chamada nova esquerda organizada na Argentina (LEAL, 2011).

Em seu chamado para o congresso, Sachs afirma que os dois pontos fundamentais que uma organização que pretende colaborar para a independência de classe do proletariado e formação do partido revolucionário da classe trabalhadora, deve responder a duas questões intimamente ligadas, a saber: “1) como chegar ao dito partido nas condições concretas das lutas de classes no país; e 2) qual é a forma que o partido tomará sob essas condições.” (SACHS, 2010, p. 22). Em seguida, ele esclarece que o partido é um órgão vivo da classe operária, só podendo existir de acordo com o desenvolvimento dos quadros operários e seus órgãos de base.

Portanto, estava claro para o núcleo formador da ORM-POLOP que eles não eram e nem viriam a ser de fato o partido revolucionário, seu papel era outro, o de fortalecer a construção desse partido operário independente. Por isso, o fortalecimento da organização deveria ir no sentido do “estudo e o esclarecimento dos problemas teóricos e a propagação da ideia do partido, principalmente no meio operário.”, buscando influir decisivamente na evolução da consciência da classe operária, ao “apoiar intransigentemente todas as lutas econômicas e todas as suas manifestações de amadurecimento de classe, e procurar acelerar o processo espontâneo com os recursos que possuímos” (SACHS, 2010, p. 26).

Para tanto, naquelas circunstâncias da luta de classes, para os fundadores da POLOP, o passo seguinte para a constituição do partido operário era a formação de um partido de quadros. As sucessivas falhas que as mais diversas tentativas de renovação do movimento comunista tentadas pelas cisões do PCB, que como observa Sachs, ocorreu pela incapacidade de “avaliar as relações de força e, conseqüentemente, as suas tarefas.”, dando continuidade na mesma “rotina de antes”, ou seja, com a mesma pretensão do Partido, “sem dispor de quadros apropriados para atingir as massas.” (SACHS, 2010, p. 27). Desse modo, para evitar seguir esse mesmo caminho, a POLOP compreendia que era

momento de dar um passo atrás para criar os quadros políticos indispensáveis para atingir as massas, para depois dar dois passos à frente.

Essa configuração organizativa se enquadrava como uma forma de, após separar o joio do trigo, combater primeiramente o joio ao invés de semear o trigo em pequenos vasos, como coloca Lenin em seu *O que fazer?*. Naquela situação, o bolchevique estava tematizando sobre como estruturar uma organização clandestina em um país autocrático, e em oposição as formas espontaneístas e economicistas da luta política. Nesse sentido, as considerações de Lenin são caras ao caso brasileiro onde o movimento operário estava hegemonizado e tutelado pelas tendências burguesas e pequeno-burguesas, e com a presença de um Estado que, diante de uma aparência democrática, estabelecia uma relação marcadamente antidemocrática como será evidenciado no capítulo seguinte. Esclarece então Lenin sobre os riscos de não seguir por esse caminho:

A moral aqui é simples: se começarmos por estabelecer de maneira sólida uma forte organização de revolucionários, podemos assegurar a estabilidade do movimento em seu conjunto e atingir, simultaneamente, os objetivos social-democratas e os objetivos propriamente trade-unistas, Mas se começarmos por constituir uma ampla organização operária com o pretexto de que essa é a mais “acessível” à massa...não atingiremos estes nem aqueles objetivos, não nos livraremos do caráter artesanal e, com a nossa fragmentação e os nossos fracassos contínuos, estaremos apenas tornando acessíveis à massa as *trade-unions* do tipo Zubátov ou Ózerov. (LÊNIN, 2020, p. 134-135, grifo meu)

Mas esses quadros cuja tarefa fundamental é “estudar, propagar, organizar”, não podem limitarem-se a debates a portas fechadas, devem concomitantemente com seu trabalho formativo estar “ligado estritamente à luta espontânea e penosa” (SACHS, 2011, p. 28). Tendo consciência de seu tamanho, a tentativa de influir e penetrar no movimento operário não podia ser dispersa, a organização tinha de encontrar as maneiras de divulgar suas posições no setor mais avançado e de maior importância do proletariado. Para definir isso, retornava a questão do estudo enquanto tarefa imprescindível de todo revolucionário: compreender a formação social brasileira e a dialética do desenvolvimento do capitalismo no país constituía, para eles, sua maior preocupação.

1.2 A dualidade entre restos feudais e dominação imperialista: a estratégia democrático-burguesa do PCB em suas variadas formas

Como já foi muito citado, o principal interlocutor das críticas da POLOP era o PCB, sendo assim, é incontornável para esse trabalho uma exposição da concepção da

formação social brasileira e suas teses sobre a revolução brasileira, a partir de suas próprias formulações.

Desde sua fundação em 25 de março de 1922, o Partido Comunista do Brasil, PCB, figurou durante toda a primeira metade do século XX como o principal representante da esquerda radical e até 1945 como principal partido operário do país, quando passa a rivalizar esse posto com o Partido Trabalhista Brasileiro. O que interessa aqui não é fazer um balanço historiográfico da trajetória do partido até o momento de fundação da Política Operária, mas apresentar as principais linhas que conduziram o PCB e a influência que o partido teve na luta de classe do país.

Em um primeiro momento, a concepção do PCB sobre a revolução brasileira girava em torno da tese do “terceiro golpe”, a partir da compreensão de que estava no horizonte próximo uma terceira forma de contestação social vinda do caldo deixado dos dois primeiros golpes, a saber, os levantes tenentistas de 1922 e de 1924. Nessa tese, a revolução se daria por duas etapas, a primeira onde a burguesia, apoiada pelo proletariado, tomaria o poder, imediatamente em seguida aparecia a outra revolução, agora a do proletariado. Essa posição secundária que o proletariado deveria aceitar era uma clara transposição mecânica da revolução russa de 1917, onde a revolução de outubro se deu como consequência da de fevereiro (SEGATTO, 1989, p. 30).

Na prática resultou na linha política de criação de um “Bloco Operário”, uma espécie de frente única com outras camadas sociais que não o proletariado, dando espaço sobretudo para a pequena-burguesia. A ideia era unificar as forças que diziam representar o proletariado no próximo pleito eleitoral sob uma mesma legenda. Na “Carta aberta” publicada no jornal *A nação*, o PCB fazia o convite a esses elementos representativos do proletariado, destacando as figuras de Maurício de Lacerda e Azevedo Lima. O que unificaria essa plataforma, era um programa mínimo de atendimento dos interesses do proletariado, unificando essas forças pelo bom senso:

As massas operárias e as classes laboriosas em geral estão entre si ligadas por uma afinidade básica de interesses que lhes são comuns. Toda a gente pobre – operários, empregados no comércio, pequenos funcionários, artesãos, trabalhadores agrícolas, pequenos lavradores, todos aqueles que vivem de seu trabalho pessoal cotidiano – toda essa grande massa sofredora e oprimida passa a mesma “vida apertada”, porque seus ganhos mal chegam, quando chegam, para fazer frente às dificuldades crescente da existência. A carestia dos gêneros, a crise de habitações, a falta de trabalho, a inflação, a baixa cambial, a política escorchadora dos impostos federais, estaduais e municipais, toda a sorte de gravames pesando principalmente sobre os pobres, tudo isso cria uma base comum de interesses que o bom senso indica deverem ser

defendidos pelo esforço comum dos interessados. (CARONE, 1982a, p.67)

Essa concepção era permeada por uma análise de que havia uma dualidade na situação econômica e na dominação brasileira, representada por “agrarismo” versus “industrialismo”. Aquela considerada a primeira obra marxista de análise da realidade brasileira, escrita por Octávio Brandão em 1924, buscava compreender justamente o caráter dessa disputa e qual o papel dos comunistas diante desse cenário. Em *Agrarismo e industrialismo*, Brandão explica que cada uma dessas vertentes tinha sua contrapartida no exterior, a saber, a disputa entre Estados Unidos e Inglaterra. Mas dentro dessa disputa, entendia que a burguesia industrial constituía um polo progressista em detrimento aos agraristas, expressão do feudalismo no Brasil. Desse modo, era preciso uma revolução democrática pequeno-burguesa, para desenvolver o capitalismo no país, pondo fim a estrutura arcaica feudal.

São dois mundos que se chocam: o feudalismo e o industrialismo. O industrialismo despedaça o feudalismo. E o socialismo despedaça o industrialismo burguês. (BRANDÃO, 2019, p. 106)

Essa linha política conduzirá o partido até 1928, quando ocorre o VI Congresso da Internacional Comunista, conhecido como o congresso em que a IC descobre a América Latina. Nesse congresso foi definida a concepção básica do caráter da formação social desses países e que marcou as definições do partido por quase todo o século XX. Aqueles países que estavam fora do tipo clássico de desenvolvimento capitalista europeu foram enquadrados como países coloniais e semicoloniais, a diferença de um para outro era que o último apesar de possuir independência política de sua metrópole, era dominado indiretamente pelo imperialismo.

Na apreciação de Marly Vianna, essa tese levava inevitavelmente a estratégia de libertação nacional a ser consumada por uma frente única, mas muito distinta daquela que era tocada pelo PCB. Nessa virada esquerdista da IC, a frente com elementos reformistas e pequeno-burgueses passou a ser completamente descartada e a linha política da Internacional passou para a tese do “social-fascismo”, entendendo que os social-democratas era o principal inimigo do movimento operário e dos comunistas, ainda pior que o fascismo.

A direita, que é francamente contrarrevolucionária, e que atua através de contatos e ligações diretas com a burguesia e a esquerda, que serve para enganar os operários de maneira refinada. (...) A função essencial da social-democracia consiste, hoje, em destruir a necessária unidade combativa do proletariado em sua luta contra o imperialismo e (...) é a

principal sustentação do imperialismo no seio da classe operária. (VIANNA, 2020, p. 95 apud Programma della Internazionale comunista, 1930)

Como consequência do VI Congresso da IC, realizou-se em 1929 na cidade de Buenos Aires, a I Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina. Nela o PCB, que já havia sido muito criticado no congresso, continuou sendo alvo de duras críticas por conta de sua política de colaboração com setores pequeno-burgueses na formação do Bloco Operário. Para livrar o partido desses elementos foi aprovado a política de proletarização do PCB, que historicamente ficou conhecido como fase “obrerista” marcada por uma tentativa forçosa de incluir mais quadros operários no partido, por uma censura e até repressão dos intelectuais, como o próprio Astrojildo Pereira que veio a ser expulso do partido nesse período. Em síntese, as considerações finais de Marly Vianna esclarecem bem o que significou essa mudança de rumo:

Deveríamos lutar por uma revolução agrária e anti-imperialista, de libertação nacional. Mas essa revolução seria, ao mesmo tempo, uma revolução democrático-burguesa, sem contar com a burguesia e desconfiando das camadas médias urbanas, tendo a hegemonia da classe operária. Conceitos mal explicados e que, com uma falsa base teórica, não nos ajudaram a avançar. (VIANNA, 2020, p. 105)

Logo em 1935, aquela concepção de classe contra classe da Internacional Comunista e seu rechaço as táticas de frente com setores reformistas e pequeno-burgueses, tiveram de ser abandonadas por conta do avanço incessante do fascismo no mundo. Dessa forma, as “Frentes Populares” começaram a ser formadas e mantidas pelos partidos comunistas vinculados ao Komintern. No Brasil essa política refletiu na criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), que sob a presidência de honra de Prestes, reunia liberais, comunistas, operários, militares, burgueses, era uma frente ampla sem um caráter de classe definido, composto pelas chamadas “forças democráticas”.

Dentre os oito pontos destacados no programa da ANL temos a definição de que essa frente tem como o objetivo libertar o Brasil da dominação imperialista e instaurar um “Governo Nacional Revolucionário” sob a liderança de Prestes, porque ele “representa para as grandes massas de todo o país a garantia de que tal governo lutará realmente, efetivamente, pela execução do programa da ANL; e a garantia de que tal governo não seguirá pelo caminho dos anteriores, pelo caminho trilhado por Vargas” (LÖWY, 2016, p. 132). Mas é de vulto citar o item quatro desse programa onde está

exposto qual seria a posição desse governo revolucionário diante da propriedade burguesa:

O Governo Popular Nacional Revolucionário não significará a liquidação da propriedade privada sobre os meios de produção, nem tomará sob seu controle as fábricas e empresas nacionais. O referido governo dando início no Brasil ao desenvolvimento livre das forças de produção não pretende a socialização da produção industrial e agrícola, porque nas condições atuais do Brasil só será possível, com a implantação da verdadeira democracia, liquidar o feudalismo e a escravidão, dando todas as garantias para o desenvolvimento livre das forças de produção do país. Mas, como os pontos estratégicos estão em mãos do imperialismo, o Governo Nacional Revolucionário, desapropriando e nacionalizando revolucionariamente tais empresas, terá desde o início grandes forças de produção em suas mãos, o que constituirá incontestavelmente um forte fator ao lado do desenvolvimento livre das forças de produção do país, que garantirá o ulterior desenvolvimento progressivo do Brasil. (Ibid., 134)

Estava claro que para a ANL o objetivo não era o socialismo e sim estabelecer uma luta de libertação nacional para livrar o país do imperialismo e de seu correspondente interno, o latifúndio, para poder promover um desenvolvimento nacional e superar os impasses “feudais”. Era uma concessão feita a burguesia chamando-a para ser uma das líderes desse processo, ainda que sob a direção de Prestes. O papel do ex-tenentista não era para demonstrar a hegemonia dos comunistas nesse processo, pelo contrário, sua figura deveria representar as reivindicações e necessidades de todo o povo brasileiro. Em suma, Prestes representava a encarnação do que poderia vir a ser chamado como uma “vontade nacional-popular”.

Não irei me deter nas vicissitudes da Aliança, desde sua passagem para a ilegalidade até a virada para a tentativa de insurreição comunista. O que devo registrar é que após esses acontecimentos e o golpe do Estado Novo, o Partido passa por um momento de refluxo, até seu retorno a legalidade em 1944 e a eleição da maior bancada de parlamentares do PCB na história. Mas logo em 1947, com o governo de Dutra, o PCB é posto novamente na ilegalidade e todos seus mandatos são cassados. Isso impactou diretamente na virada esquerdista do Partido no começo da década seguinte, expresso em seu *Manifesto de Agosto de 1950*.

1.2.1 As idas e vindas do Partido Comunista do Brasil – PCB ao longo da década de 1950.

Entendendo que o Brasil estava sendo comandado por um “governo de traição nacional” e entregue ao capital imperialista anglo-americano, o PCB afirmava que a cada

dia o país estava mais próximo de uma guerra que de um lado estaria o governo de Dutra e seus aliados, o latifúndio e o grande capital, que deseja a guerra e a colonização de todo o povo e de outro lado as forças democráticas composta pelos operários, camponeses e os pequenos industriais, em suma a maioria do povo. Conclamava o Partido para a solução revolucionária como única alternativa “viável e progressista dos problemas brasileiros”. Mas ainda não estava no horizonte o socialismo, eles lutavam pela instauração de uma democracia popular, que em suas palavras, seria “um governo do bloco de todas as classes e camadas sociais que lutem efetivamente pela libertação nacional sob a direção do proletariado”¹⁰.

Para o PCB era preciso unificar todas essas camadas oprimidas pelo jugo do grande capital e do imperialismo em uma “Frente Democrática de Libertação Nacional”. Percebe-se que mesmo conclamando pela revolução imediata o Partido permanecia com a concepção equivocada de que o caráter da dependência do Brasil ao imperialismo norte-americano enquadrava o país numa condição semicolonial e, por isso, a forma da luta revolucionária brasileira se daria aos moldes de uma libertação nacional. Dentro de seu programa, clamavam pelo estabelecimento de um “Exército Popular de Libertação Nacional”, conformado pelo armamento geral de todo o povo e por uma reorganização democrática das forças armadas. É interessante notar que nessa posição do PCB, mesmo que de modo formal, expunham que a liderança desse processo deveria ser do proletariado:

Nesse grande esforço de organização e unificação popular cabe ao proletariado um papel dirigente e fundamental. Mas a classe operária precisa simultaneamente, organizar-se e unificar suas próprias forças para que possa constituir a grande força motriz capaz de mobilizar e dirigir as demais camadas populares na grande luta pela libertação nacional do jugo imperialista e pela conquista da democracia popular.¹¹

No IV Congresso do PCB, realizado em fins de 1954, a linha política adotada no Manifesto sofre algumas alterações a serem mencionadas. Abalados pela comoção popular diante do suicídio de Vargas, o Partido propõe mudanças em seu programa procurando se adaptar a situação do momento. Diferentemente do que está expresso no Manifesto de 1950, o informe apresentado por Luís Carlos Prestes ao congresso expõe

¹⁰. **Nossa Política: Prestes Aponta Aos Brasileiros o Caminho da Libertação**, disponível em <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1950/08/01.htm>

* Os documentos citados que não se encontram compilados em livros ou que não possuem autoria definida serão referenciados em notas de rodapé

¹¹ Ibid.

que naquele momento deveria ser incluso no arco das forças democráticas a grande burguesia nacional. Concebendo que o povo brasileiro sofria uma dupla opressão, de um lado os imperialistas e de outro os restos feudais, as principais contradições naquele período seriam aquelas que contrapõe essa dualidade. Nesse sentido, a burguesia nacional, ainda que não consiga romper definitivamente com as expressões dessa opressão, ao mesmo tempo sente-se encurralada por ambos, assim, “deste ponto de vista, pode participar do movimento revolucionário antiimperialista e antifeudal.” (CARONE, 1982b, 132).

Segundo o informe, o programa do Partido deveria deixar claro que não ameaça os interesses dessa burguesia, como pelo contrário, deve defender suas iniciativas progressistas que colaboram para o desenvolvimento da indústria nacional. Portanto, era tarefa agora dos comunistas se unirem a Juscelino Kubistchek em sua campanha eleitoral, para “unificar todas as forças patrióticas e progressistas a fim de que possam vencer os inimigos do povo.” (Ibid., 138). Nota-se que na prática aquela virada radical de 1950 nunca se processou na prática, o recuo agora era tamanho que a revolução democrática que antes só poderia contar com os pequenos industriais, agora era convocada para completá-la a grande burguesia nacional.

Essa política reboquista e de colaboração de classes que marcou toda a trajetória do PCB atinge seu ápice na *Declaração sobre a política do PCB*, ou como é conhecida, Declaração de março de 1958. O documento começa por fazer uma descrição acerca do desenvolvimento econômico do país, em resumo, mantendo as bases da concepção de dualismo entre dominação imperialista e entravamento feudal. Em seguida começam a atestar sobre o processo de democratização contínua que ocorria no Brasil.

Considerando que no Estado brasileiro havia uma disputa entre os representantes dos interesses latifundiários e imperialistas, e a burguesia desenvolvimentista interessada na independência econômica do país. A contradição entre essas duas forças abria espaço para um constante processo de democratização, entendendo que o fortalecimento progressivo do proletariado unido com a burguesia nacional colocava em questão a influência dos latifundiários. Os comunistas do PCB viam com olhos otimistas esse processo gradual que podiam atestar em toda América Latina, pois, segundo eles, as políticas de chantagem das “ditaduras terroristas a serviço dos monopólios dos Estados Unidos”, vinham fracassando diante de uma conjuntura internacional de paz. Isso implicava em uma brusca mudança da concepção do Partido sobre o processo revolucionário no país.

As modificações na arena internacional criam condições mais favoráveis para a luta pelo socialismo, tornam mais variados os caminhos da conquista do poder pela classe operária e as formas de construção da nova sociedade. A possibilidade de uma transição pacífica ao socialismo se tornou real numa série de países. (CARONE, 1982b, 182)

Essa nova visão sobre o atingimento do socialismo é o que marca substancialmente a Declaração de março de 1958. Mais à frente colocam expressamente que as contradições principais do país, naquela etapa, não exigiam uma solução radical e nessas circunstâncias o desenvolvimento capitalista correspondia aos interesses não só da burguesia nacional, mas do proletariado e de todo o povo. A necessidade de uma frente democrática ainda se fazia presente em suas teses, porém, agora além da burguesia, estava incluso até mesmo setores latifundiários em contradição com o imperialismo norte-americano.

É a partir dessa nova postura do PCB que os debates em torno do nacionalismo ganham maior expressão no seio do movimento comunista brasileiro e que vai ser tema principal do combate feito pelos precursores da Política Operária, como já fora exposto. O movimento nacionalista era considerado pelo Partido como forma de luta mais importante a ser unificado nessa ampla frente democrática. Um possível governo nacionalista deveria ter apoio incontestado dos comunistas por ele abrir caminho para uma “nova correlação de forças, que possibilite completar as transformações revolucionárias exigidas pelo desenvolvimento econômico e social de nossa Pátria.” (Ibid., 191). A firmeza em seu apoio deveria ser de tal forma que mesmo não vindo a compor esse governo, os comunistas deveriam lutar por sua viabilidade.

O povo brasileiro pode resolver pacificamente os seus problemas básicos com a acumulação, gradual, mas incessante, de reformas profundas e consequentes na estrutura econômica e nas instituições políticas, chegando até à realização completa das transformações radicais colocadas na ordem do dia pelo próprio desenvolvimento econômico e social da nação. (Ibid., 192)

A confiança na democratização e na força do nacionalismo era tão forte para o PCB ao ponto de apoiar toda expressão desses componentes em todos os partidos, nesse bojo estava incluído, para além dos partidos reformistas como o PTB e o PSB, alas consideráveis do PSD, o que não surpreende dado o apoio que deram a Kubitschek, mas o que mais salta aos olhos é o otimismo em relação ao PSP de Adhemar de Barros, por sua “base popular nos centros urbanos”, e ainda mais espantoso afirmavam que a própria UDN deveria ser levando em conta por haver elementos contrários a direção nacional.

Antes de partir para o próximo ponto deste capítulo, é necessário esclarecer que essa reorientação da linha política do PCB era consequência direta do impacto que todos os partidos comunistas ligados à União Soviética sentiram após as delações dos crimes de Stalin no XX Congresso do PCUS. Essa tese de transição pacífica corroborava diretamente com as posições de Nikita Krushev e sua política de “coexistência pacífica”. Não irei arrolar aqui sobre as consequências dessa prática dos soviéticos, mas devo registrar que há um importante texto de Érico Sachs sobre o tema, publicado na revista *Política Operária* em 1963, com o título de *Coexistência pacífica e luta de classes*¹².

Podemos notar que essa nova concepção sobre a luta de classes no país e no mundo colaborou diretamente para a inércia do Partido diante do golpe militar de 1964. Em resumo, percebemos que o PCB era perpassado por um taticismo evidente, ou seja, a tática não era submetida a uma estratégia bem definida, pelo contrário, apesar de manter o caráter democrático-burguês, a cada nova brisa que soprava no país, o Partido procurava se readaptar às exigências de sua equivocada análise sobre a formação social brasileira. A consideração final de Anita Prestes em seu artigo *Duas táticas e uma mesma estratégia: do ‘Manifesto de Agosto de 1950’ à ‘Declaração de Março de 1958*, reflete com maestria esse quadro ideológico do PCB:

Uma falsa estratégia marcou tanto o “Manifesto de Agosto de 1950” quanto a “Declaração de Março de 1958”; ambos os documentos foram fruto da concepção nacional-libertadora da revolução no Brasil que permaneceu na história do PCB durante toda sua trajetória política. Ambos os documentos revelam a influência da ideologia burguesa na direção do PCB, criando dificuldades ao avanço do processo revolucionário no País.¹³

1.3 Os Cadernos do Povo Brasileiro, a revolução brasileira estava em pauta!

Ainda no bojo dessa discussão sobre o papel do nacionalismo na revolução brasileira surge, em 1962, uma importante e original iniciativa conduzida pela união do trabalho de três ferramentas políticas fundamentais na disputa ideológica da luta de classes no Brasil. Estou falando dos *Cadernos do Povo Brasileiro*, uma coleção de livros de bolso publicada entre 1962 e 1964, que sem nenhuma modéstia, agitou e propagandeou

¹² SACHS, Érico. Coexistência pacífica e luta de classes. In: STOTZ, Eduardo; WARTH, Samuel (orgs). **Conquistas e impasses do socialismo**: seleção de textos inscritos na tradição da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária. Rio de Janeiro: CVM, 2011.

¹³ PRESTES, Anita. **Duas táticas e uma mesma estratégia**: do ‘Manifesto de Agosto de 1950’ à ‘Declaração de Março de 1958. Disponível em: <https://lavrpalavra.com/2017/07/03/duas-taticas-e-uma-mesma-estrategia-do-manifesto-de-agosto-de-1950-a-declaracao-de-marco-de-1958/>

firmemente a necessidade de uma transformação social na realidade brasileira no período pré-golpe. A publicação dessa coleção foi efetivada a partir da atuação da editora Civilização Brasileira, dirigida por Ênio Silveira, do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), à época coordenado por Álvaro Vieira Pinto e Nelson Werneck Sodré, e do Centro Popular de Cultura, o CPC da UNE, órgão da entidade destinado a levar a agitação e propaganda por meio da cultura.

É incontornável falar sobre os *Cadernos* sem jogar luz na também original tese de Angélica Lovatto¹⁴, *Os Cadernos do Povo Brasileiro e o debate nacionalista nos anos 1960: um projeto de revolução brasileira*, onde a autora busca compreender a função social que coleção cumpriu naquele contexto e demonstrar como o debate acerca da revolução brasileira permeava não somente os círculos partidários e acadêmicos, como estava presente no cotidiano do povo brasileiro.

Como aponta Lovatto, a expectativa da publicação dessa coleção era de que ela servisse como “instrumentos para a elevação da consciência popular” (LOVATTO, 2010, p. 51), capaz de fornecer ao povo brasileiro os elementos teóricos necessários para o combate à dominação capitalista. Os 24 volumes reunidos na coleção possuíam títulos em formato de perguntas motivadas a responder as necessidades e questões candentes à época, enquadrando a revolução brasileira como a única alternativa progressista. Somase a esses volumes os 4 extras publicados, sendo 3 destinados a questão cultural, que levaram o nome de “Violão de Rua”, e o outro a inclusão de um livro de Franklin de Oliveira¹⁵ que havia sido publicado primeiramente antes do surgimento dos *Cadernos*.

É interessante notar que dentre os autores da coleção tinham intelectuais já experientes, como os já citados Vieira Pinto e Sodré, como também jovens intelectuais recém egressos da universidade e com uma militância aguerrida, como é o caso de Theotônio dos Santos, redator do caderno de número 6 *Quais são os inimigos do povo?*. Entretanto, o primeiro volume da coleção é escrito por uma figura marcadamente conhecida pelo seu papel de dirigente da principal organização da luta no campo daquele período. Com o título *Que são as ligas camponesas?*, Francisco Julião procurou

¹⁴ Angélica Lovatto traduziu em conjunto de Paulo Barsotti o texto de Subdesenvolvimento e Revolução, a partir da primeira edição mexicana de 1969, para compor o livro América Latina: história, ideias e revolução, organizado por Luiz Bernardo Pericás e Paulo Barsotti.

¹⁵ Trata-se do livro *Revolução e contra-revolução no Brasil*.

demonstrar a discussão dentro do movimento camponês sobre as questões de espontaneidade e vanguarda revolucionária (LOVATTO, 2010).

O que chama a atenção dessa brilhante iniciativa, para além de sua capacidade de circulação que culminou na venda de 100 mil exemplares de um único volume¹⁶, em um país em que o analfabetismo se fazia presente em boa parte da população, é a oposição sobre o caráter da revolução brasileira nas formulações dos autores do número 2 e 9 da coleção. O segundo volume, escrito por Sodré, levanta o seguinte questionamento, *Quem é o povo no Brasil?*, essa era uma questão basilar e não por acaso o conceito de “povo” figura no título da coleção. Já o nono volume, de autoria de Franklin de Oliveira, traz diretamente ao ponto o *Que é a revolução brasileira?*.

Acompanhando o estudo de Lovatto, Sodré divide sua análise na conceituação de povo em geral, para em seguida colocar essa questão especificamente no Brasil e concluir tematizando sobre a relação entre povo e poder (LOVATTO, 2010). Segundo o autor, o “povo” é constituído das diversas classes e grupos sociais interessados em solucionar as tarefas do desenvolvimento revolucionário e progressista no país, mas constar isso não responde a questão como um todo, para obter uma definição precisa desse conceito, primeiramente “é preciso encará-lo segundo uma situação histórica determinada” e trazendo essa problemática para dentro do arcabouço ideológico marxista, deve-se colocar em perspectiva “a divisão da sociedade em classes” (SODRÉ, 2019, p. 43). Para enquadrar esse conceito na situação brasileira e localizar “quem é o povo no Brasil”, o ex-general do exército brasileiro faz um breve balanço histórico de três momentos fundamentais e quem seria, a partir de sua definição, o “povo” nessas determinadas situações.

A primeira situação exposta é a da Independência, naquele contexto o papel progressista é figurado pela classe dos latifundiários, pelo seu papel de representante do seu interesse e das demais classes inseridas no processo (LOVATTO, 2010). O segundo momento analisado pelo autor é o da República, nessa quadra histórica a classe média assume o papel de agente progressista, tendo destaque o relevante papel da fração militar da pequena-burguesia. Como explicitado por Lovatto, nesses dois casos Sodré identificou “um processo de transformações sociais claramente dividido em duas fases”, em que num primeiro momento as classes que compunham o “povo”, trabalharam de modo unitário para a realização concreta das transformações necessárias, para em seguida, ao passar de

¹⁶ O caderno de número 4 *Por que os ricos não fazem greve*, de Álvaro Vieira Pinto, atingiu 100 mil exemplares vendidos. (Cf. LOVATTO, 2010).

classe dirigente para o de classe dominante, desloca seu papel progressista para “comandar as alterações necessárias a seus interesses específicos”, voltando-se agora para as “forças mais atrasadas da sociedade brasileira” (LOVATTO, 2010, p. 117), para consumir a aliança garantidora de seu poder.

O terceiro momento histórico seria, para Sodré, aquele em que a coleção estava sendo publicada, onde a efervescência da luta de classes era tanta que o autor chamou de “momento da revolução brasileira”, no qual as respostas para as contradições sociais no Brasil não se limitariam a alternativa progressista. Antes de elencar um “programa da revolução” e definir quem seria o “povo” naquela situação, Sodré apresenta uma breve análise da formação social brasileira, uma interpretação alinhada a de seu partido, o PCB – agora com a denominação de Partido Comunista Brasileiro – que identifica no período pré-industrial a permanência de relações feudais pelos motivos antes explicitados e suas dinâmicas de produção, o que impossibilitavam o desenvolvimento do país. Paralelamente, colocava de modo similar o problema da integração imperialista com setores da burguesia como outro entrave para o progresso autônomo do capitalismo brasileiro.

Sendo assim, a resposta revolucionária deveria ser de libertar o Brasil da dominação imperialista e das correntes retrógradas do latifúndio. Os agentes revolucionários capazes de dar conta dessa tarefa, ou melhor, o “povo”, seria constituído pela camada alta, média e pequena da burguesia em oposição ao imperialismo, o proletariado, o semi-proletariado e o campesinato. Dessa forma, para se consumir a revolução brasileira, deveria se formar uma aliança entre as classes para derrotar esses dois inimigos em comum. Daí que o caráter da revolução deveria ser democrático-burguês, mas de tipo novo, onde “as possibilidades de operar o desenvolvimento material e cultural do Brasil para proveito apenas da burguesia estão encerradas” (SODRÉ, 2019, p. 65).

De maneira direta, início a apreciação do caderno escrito por Franklin de Oliveira assim como Angélica Lovatto pontua: revolução socialista, sim; revolução democrático-burguesa, não (LOVATTO, 2010). O caderno de Franklin de Oliveira se constitui uma das poucas vozes dissonas de toda a coleção e que se juntava, apesar de substanciais diferenças, à POLOP nessa disputa à hegemonia da concepção do PCB.

Em *Que é a revolução brasileira?*, Franklin de Oliveira apesar de proceder a noção de que existe dois problemas fundamentais no país, a saber, o feudalismo e o imperialismo, isso não redundava numa concepção por etapas da revolução no Brasil.

Apesar de tratar os termos segundo a noção de feudalismo, o autor logo descarta a consideração de que o capitalismo ainda estava por se desenvolver, para ele, essa afirmação “implicaria em negar a presença em nossa Pátria da centralização e da concentração do capital”, que permitia a formação de monopólios tanto nacionais quanto estrangeiros e afirma categoricamente que a “persistência de segmentos feudais”, não implica em nada a linha estratégica a ser seguida, dado que a presença do capital financeiro só aparece em nações burguesas. Logo, apenas “o Estado Socialista é capaz de produzir o desenvolvimento homogêneo, harmônico e equilibrado” (OLIVEIRA, 1962, p. 21).

Ao pontuar que o problema do feudalismo no Brasil não constitui o central de sua análise, Oliveira não está descartando o problema agrário, pelo contrário, o que ele está buscando com essa afirmação é descartar a ideia de reforma agrária burguesa no campo, isto é, o parcelamento da propriedade rural e sua distribuição para formação de pequenos proprietários. Esse tipo de reforma, criaria tão logo “uma classe de proprietários refratários, resistentes e impermeáveis a toda e qualquer mudança social progressista”, desse modo a defesa da reforma agrária pela ideologia pequeno burguesa muito presente no movimento revolucionário do país, apenas contribuía para “permanecer prisioneiro de formas de vida social que, de revolucionário têm apenas a aparência” (OLIVEIRA, 1962, p. 25).

Para reforçar sua tese, Franklin de Oliveira faz uma análise das revoluções burguesas do século XVII e XVIII até a divisão do mundo em dois blocos antagônicos – capitalista e socialista – ao fim da Segunda Guerra Mundial. Os países que passaram pelas revoluções burguesas “clássicas” – Inglaterra em 1648, Estados Unidos com a Revolução Americana em 1776 e a França em 1789 – e os outros países desenvolvidos em que suas burguesias se consolidaram aos moldes da Via Prussiana, só puderam se desenvolver e expandir sua dominação por conta de sua acumulação primitiva de capital baseada no pacto colonial¹⁷, crescendo a base da pilhagem e do saque internacionais. (OLIVEIRA, 1963). Como essa é uma condição básica do desenvolvimento do capitalismo, como as nações subdesenvolvidas poderiam adotar o mesmo caminho se já não há mais colônias a explorar? (LOVATTO, 2010). Outro ponto caro ao autor, é a existência de um bloco socialista que punha em marcha um acelerado desenvolvimento econômico e influenciava em vários países a transição ao socialismo, mostrando que as revoluções do século XX,

¹⁷ O assunto é tratado de modo aprofundado por Marx em O Capital, especialmente Capítulo 24 “A assim chamada acumulação primitiva”.

em termos de transição do feudalismo para o capitalismo, não poderiam ser como as registradas dois séculos anteriores.

Por conseguinte, a revolução nacional, em países como o Brasil, deveria ser de novo tipo, semelhante ao “que Mao Tse Tung chama de a *nova democracia*: é a revolução democrático-socialista.” (OLIVEIRA, 1962, p. 84). Esse caráter democrático-socialista da revolução brasileira permitia que fosse combatido de modo conjunto o “colonialismo interno”, derivado da existência do latifúndio feudal ao lado do capitalismo, e ao mesmo tempo o “colonialismo externo” perpetuado penetração do capital imperialista no país. Mas ainda que coloque a revolução socialista na ordem do dia, Franklin de Oliveira acreditava na possibilidade de um caminho pacífico, pois, em um primeiro momento, o discurso pelas reformas poderia conduzir por esse caminho, entretanto, poderia também rumar para a descontinuidade do objetivo revolucionário (LOVATTO, 2010).

A partir da exposição do conteúdo desses dois *Cadernos do Povo Brasileiro*, pode-se afirmar categoricamente que, apesar das diferenças sobre o caráter e a estratégia, a questão da revolução brasileira como uma necessidade real estava colocada e se fazia sentir no debate público à época. Seja pelas fortes polêmicas públicas estabelecidas pelos partidos políticos em seus jornais e revistas, pela presença de círculos de estudos que se formavam na universidade com objetivo de interpretar a realidade brasileira pelas lentes do marxismo, e ainda mais claro pela efervescência do movimento operário e camponês, o período em que surge a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária, foi um momento de ebulição revolucionária sem precedentes na história brasileira.

No capítulo a seguir, o leitor encontrará as determinações gerais do pensamento político de Ruy Mauro Marini e Érico Sachs, tendo por base esses antecedentes históricos para poder destrinchar a gênese de suas ideias e a função social que cumpriram na luta de classes brasileira, bem como expor que a original análise sobre a formação social brasileira desenvolvida pelos autores redundou em uma inovadora estratégia da revolução brasileira.

CAPÍTULO 2 - O PENSAMENTO POLÍTICO DE RUY MAURO MARINI E ÉRICO SACHS

Ao partir do entendimento de que a conformação da história dos países latino-americanos se desenrola de maneira indissociável com a história da evolução do capitalismo mundial, é manifesto que “Seu estudo é indispensável para quem deseje compreender a situação que este sistema enfrenta atualmente e as perspectivas que a ele se abrem” (MARINI, 2017, p. 47). Essa advertência feita por Ruy Mauro Marini logo no início de *Subdesenvolvimento e revolução*, serve de aporte para explicitarmos a necessidade de expor a compreensão que ele e Érico Sachs desenvolveram sobre a formação social brasileira, para assim, dar os fundamentos para o estabelecimento de uma teoria da revolução brasileira. Logo, o sentido do resgate realizado desses autores vai de encontro com a afirmação feita por Lovatto e Corrêa em prefácio ao livro de Érico Sachs:

A relevância não consiste, cremos, em analogias forçadas entre a situação de antes e a de agora, a fim de tirarmos desse cotejo algum dogma interpretativo da realidade atual, e um modelo não menos dogmático de atuação política. Reside antes na insistente atualidade dos problemas e tarefas do movimento comunista identificados por Sachs; problemas que ainda hoje não foram resolvidos, e tarefas que até hoje não foram cumpridas. (LOVATTO; CORRÊA, 2024, p. 20)

Seguindo essa recomendação, iniciarei esse segundo capítulo demonstrando as referências fundamentais que Marini e Sachs tiveram para esclarecer o caráter dependente da formação social brasileira ao mesmo tempo em que assentam bases para a constatação do caráter socialista da revolução brasileira. As descrições sobre os momentos históricos acompanham o capítulo no detalhamento dos desdobramentos políticos e econômicos derivados da luta de classes no país. Ao fim do capítulo, irei demonstrar o caminho que Marini e Sachs apontam que o proletariado brasileiro deve trilhar rumo a efetivação da revolução socialista no Brasil.

2.1 A Formação social brasileira: dependência e integração

O trabalho desenvolvido em *Caminho e caráter da revolução brasileira* e em *Subdesenvolvimento e revolução*, não são obras do acaso, muito menos de um mero capricho de duas mentes pensantes buscando encontrar espaço em meio a um debate comum à época. Pelo contrário, o esforço empreendido pelos autores é o de apresentar alternativas possíveis para a organização e luta independente da classe trabalhadora

brasileira, mediante à uma exaustiva pesquisa sobre a formação social brasileira. Isto é, as obras de Marini e Sachs desempenham uma função social ao tomar uma posição em favor do proletariado brasileiro, ao fornecer, a partir das armas da crítica, as armas necessárias para a emancipação humana, correspondendo com as necessidades sociais do momento.

No arcabouço ideológico dos autores, encontra-se em sua gênese fatores em comum que estabelecem substancialmente o nexos central de suas obras. Para além da afiliação ao pensamento marxiano e marxista, é de vulto destacar a influência exercida por August Thalheimer e André Gunder Frank, coincidentemente dois intelectuais alemães que marcaram não somente Marini e Sachs, como toda a produção desenvolvida no âmbito da Política Operária.

O revolucionário August Thalheimer, antigo membro da Liga Espartaquista e fundador do Partido Comunista Alemão – Oposição (KPO), teve um papel relevante na Internacional Comunista, principalmente em seu IV Congresso, em 1922, compondo ao lado de Lenin, Clara Zetkin, Trotsky, Bukharin, Karl Radek e Zinoviev, uma comissão encarregada de elaborar um programa de transição, capaz de dar a linha de atuação para os comunistas em situações em que o apoio ou a participação em governos não socialistas contribuam para o avanço da luta revolucionária. Colabora para o entendimento que há momentos de uma situação revolucionária em geral, na qual o partido ainda não possui a maioria da classe operária, como também não configura uma situação revolucionária aguda. Desse modo, a palavra de ordem por um Governo Operário-Camponês se enquadra como forma de agitação para fazer avançar o processo em curso.

Entretanto, após a ascensão de Stalin no comando da União Soviética, Thalheimer e toda a oposição de esquerda foi sofrendo derrotas sucessivas e perseguições cada vez maiores, o que culminou em sua expulsão, juntamente de Heinrich Brandler, do Partido Comunista Alemão (KPD) comandado por Ernst Thälmann, por suas polêmicas em torno da discussão sobre como combater o fascismo e sobre a Frente Única, fundando então o KPO em 1928. Em 1932, emigrou para Paris, ficando lá até 1940, quando da dominação nazista no país, passando a refugiar-se em Cuba. É mister expor que no país caribenho, Thalheimer escreve, em 1946, o texto *Linhas e conceitos básicos da política internacional após a II guerra mundial*, apresentando sua categoria de “cooperação antagônica”, uma expressão emprestada da psicologia, para dar conta das relações entre potências imperialistas, que ao mesmo tempo em que convergem no sentido da

exploração e repressão da classe trabalhadora, competem na concorrência da partilha dos lucros e dos territórios.

Ambas, essa cooperação e essa concorrência, adquirem formas peculiares. Na repressão aos levantes coloniais e na opressão aos povos coloniais, a América forma o pano de fundo passivo, invisível, virtuoso, até mesmo “idealista”. O trabalho odioso, sujo e também dispendioso da repressão e da opressão ativas é deixado para os ingleses, que, além disso, têm longos anos de prática e dureza para a tarefa. A América pode se permitir ao luxo do “idealismo” de abdicar à conquista para si de grandes territórios coloniais, simplesmente porque participa como parceira do domínio colonial inglês ao velho estilo e sua superioridade militar, econômica e financeira lhe assegura crescentes participações. (THALHEIMER, 2013, p. 158)

Já o economista alemão, graduado nos Estados Unidos, André Gunder Frank, chega ao Brasil no início da década de 1960, após ter sido convidado a se retirar da Universidade de Chicago por discordar das ideias do grupo liderado por Milton Friedman (WASSERMAN, 2017, p. 30). Em 1962, quando é convidado por Darcy Ribeiro para lecionar na Universidade de Brasília (UnB), toma contato direto com o acalorado debate da época sobre o problema do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, – principalmente as teses da CEPAL (Comissão Econômica Para América Latina e Caribe) e do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) – impulsionado por uma conjuntura favorável pela chegada de João Goulart ao posto da presidência da república. É nesse contexto que André Gunder Frank encontra o terreno fértil para a embasar sua investigação sobre as questões que distinguem desenvolvimento e subdesenvolvimento. Seu alvo era precisamente a visão hegemônica no período de que no Brasil persistiam resquícios feudais, e que, por consequência, haveria espaço para um avanço progressista do capitalismo, colocando o subdesenvolvimento como mera etapa passageira. Em seus estudos, demonstrou que, “durante quatro séculos a função de nosso subdesenvolvimento dentro do capitalismo mundial como fornecedor de recursos para a acumulação nas metrópoles não mudou” (SACHS, 2024, p. 86). O impacto causado por sua obra em nossos autores, pode ser sentido nas palavras de Ruy Mauro Marini, ao destacar que:

absorvendo os elementos teóricos que surgiam no seio da esquerda revolucionária brasileira – amadureceu as teses que exporia, de maneira provocativa e audaz, em seu *Capitalism and underdevelopment in Latin America*, publicado em 1967, livro que representa um marco do que viria a se chamar de “teoria da dependência”. (MARINI, 2022, p. 84-85, grifos nossos)

A fim de formular uma teoria que rompesse com a esterilidade da tese hegemônica de uma revolução por etapas propugnada na estratégia democrático-burguesa do PCB,

que se fundamentava nessa equivocada compreensão de que se fazia sentir na formação social brasileira elementos feudais, e que, sendo assim, seria necessário primeiramente um espraio do capitalismo no Brasil, para somente a partir daí lutar por uma revolução socialista; os dirigentes da POLOP articularam a categoria de “cooperação antagônica” de Thalheimer, com a de “dependência”, engendrando uma ideia *sui generis*, que serviria de aporte inicial para o desenvolvimento da teoria marxista da dependência. Evidentemente que não foram Marini e Sachs, ou outros dirigentes da POLOP, que trouxeram a ideia de dependência na análise da formação social brasileira. A partir das teses de Lenin, expostas principalmente em seu ensaio popular *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*, onde explica que a particularidade dessa nova fase que o modo de produção capitalista entra no final do século XIX, é a ampliação da exportação de capitais das nações hegemônicas do sistema rumo às economias mais débeis, para se apropriar do mais-valor produzido nesses países e lograr uma nova e eficaz forma de dominação. Autores comunistas, até mesmo antes de Marini e Sachs, utilizaram dessa ideia para exemplificar que, diferentemente da antiga dominação colonial, esses países subordinados ao capital imperialista tendem a gozar de uma independência política que se torna relativa a cada aprofundamento da integração.

Contudo, o erro dessa interpretação corrente sobre a dependência residia na questão de compreenderem esse processo como algo exógeno à economia brasileira, ou seja, como se fosse uma relação imposta de fora para dentro e que só encontraria uma contrapartida na estrutura latifundiária herdeira do pacto colonial. Dessa forma, ficava liberada a burguesia industrial, podendo assim colocá-la como paladina na luta pelo desenvolvimento autônomo que liquidaria essa situação dependente e os elementos feudais presentes nas relações agrárias do país. Em contraponto, Ruy Mauro Marini e Érico Sachs vão afirmar que isso não encontra reflexo na materialidade brasileira, pois o que ocorre, na verdade, é um compromisso entre as duas frações da classe dominante pela direção do Estado e da economia brasileira, procurando na integração à expansão imperialista uma posição melhor para garantir suas taxas de lucros. A evolução do capitalismo no país foi o que estendeu a duração de um velho sistema semicolonial de exportações, como também aprofundou as relações de dependência, enquadrando cada vez mais a burguesia ao domínio imperialista e excluindo qualquer possibilidade de um desenvolvimento de capitalismo autônomo.

O uso por Marini e Sachs da categoria de “cooperação antagônica” é bem vinda ao evidenciar que a burguesia brasileira e suas frações de classe, não são passivas ou

meras expectadoras das exigências e dominação do capital imperialista, ao invés disso, tomam parte direta nesse processo, até mesmo tendo uma posição conflitante com o bloco imperialista ao buscar melhores espaços na repartição da mais-valia, mas que rapidamente voltam ao estágio de colaboração, para evitar que, nessas fissuras, o proletariado encontre possibilidades para tira-la do poder.

Por conseguinte, a ideia de uma revolução democrático-burguesa, enquanto necessidade histórica para o desenvolvimento autônomo do país, caía por terra. A chegada tardia da burguesia brasileira e latino-americana na dinâmica do capitalismo mundial, impedia que houvesse espaços para que se alcançasse no país e no continente, revoluções burguesas ao molde francês ou inglês.

O que sucedeu foram revoluções burguesas pelo alto, ou melhor, reformas pelo alto, onde a classe trabalhadora deveria se manter excluída do processo, pois como já havia sido exposto por Marx nas *Lutas de classes na França*, após 1848, onde se deu o primeiro embate entre as duas classes que cindem a sociedade moderna, a burguesia abandona sua fraseologia revolucionária, sua cultura ilustrada (NETTO, BRAZ, 2012) e passa para sua fase contrarrevolucionária.

A “revolução burguesa”, na medida em que se deu, não foi tanto uma luta contra o feudalismo, mas sim uma luta entre a burguesia industrial nascente contra a antiga estrutura mercantil rural. A facção rural da classe dominante ganhou tempo para se transformar em industrial e para adaptar o primitivo capitalismo rural às novas necessidades. Isso quer dizer que a revolução burguesa no Brasil (e em geral na América Latina), em termos de transformação social, não se deu como “negação” de uma sociedade pré-capitalista, mas sim “como transformação de quantidade em qualidade, à base da ordem social existente. (SACHS, 2024, p. 86, grifos nossos)

Até o momento, expus aquilo que conforma a ideia geral sobre a formação social brasileira presente na elaboração intelectual de Marini e Sachs. Certamente, há muito a ser apresentado partindo das obras desses autores, para que se possa sustentar a pretensão desse trabalho. Contudo, antes de dar continuidade na explanação, é imperativo uma demonstração da trajetória biográfica de Ruy Mauro Marini e Érico Sachs, para a compreensão não somente de como seus caminhos se cruzaram, colaborando para a justificativa da escolha dos dois autores como tema do trabalho, mas evidenciar de que modo se inseriram como figuras atuantes dentro daquele processo histórico.

2.1.1 Breve balanço biográfico

O austríaco Eric Czaczkes, nascido em Viena a 11 de março de 1922, proveniente de uma família judia ligada a social-democracia austríaca e ao partido bolchevique. Em entrevista feita pelo Centro Victor Meyer, Elke Stichs, companheira de Sachs, declara que o pai, David Czaczkes, foi secretário na administração municipal de Viena enquanto um membro ativo da social-democracia local. Já a mãe de Sachs, Sina Ida Weintraub, possuía ascendência russa, tendo seu irmão lutado e morrido na guerra civil nas trincheiras do Partido Bolchevique¹⁸. No ano de 1934, um levante operário e o embate dos comunistas e social-democratas contra a Frente Patriótica, partido com características fascistas que dominou a Áustria de 1933 a 1938, aumentou cada vez mais a perseguição contra os membros da esquerda revolucionária e dos judeus. Érico Sachs e sua mãe partem no mesmo ano para o exílio em Moscou, onde tinham familiares e amigos para lhes dar apoio. O pai permaneceu na Áustria por mais tempo.

Em território soviético, Sachs estuda na escola de língua alemã que homenageava o revolucionário assassinado junto de Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht. Nos quatro anos que ficou em Moscou, Sachs foi marcado profundamente ao estudar, pela primeira vez o marxismo, e pelo seu íntimo contato com a oposição ao stalinismo, muito por conta da proximidade da família com Nikolai Bukharin. Ainda segundo Elke Stichs, quando visitou pela primeira vez a mãe de Sachs em um asilo no Rio de Janeiro, em 1981, lembrou de tê-la visto em foto em uma autobiografia de Ana Bukharina, o que reforçava a ideia de Sachs e Bukharin serem da mesma família, apesar de isso nunca ter sido confirmado expressamente por Érico.

Essa proximidade com Bukharin, os levou a se retirarem do país, em 1938, por não se sentirem mais seguros em Moscou com o início dos processos de perseguição contra a oposição à Stalin. Voltaram a Viena, contudo, logo tiveram de deixar o país mais uma vez. Em abril de 1938, Hitler domina a Áustria tornando de vez impossível a permanência de judeus no país. O pai de Sachs permaneceu mais alguns meses em solo austríaco, enquanto Érico partiu para seu segundo exílio, aos 16 anos de idade. Motivado a ir para a França, onde sabia que residiam alguns importantes revolucionários exilados,

¹⁸ Entrevista de Elke Stichs ao Centro Victor Meyer através de carta em 30 de outubro de 2014. PAIVA, Sérgio (Org). **Érico Sachs/Ernesto Martins**: um militante revolucionário entre a Europa e o Brasil. 1 ed. Salvador: Centro de Estudos Victor Meyer, 2016

Sachs cruza a pé a fronteira alemã com a Bélgica, onde fica algumas semanas e parte rumo a Paris.

Os poucos meses que passou na França são de total importância para a compreensão da bagagem intelectual e experiência revolucionária que Sachs trouxe para o Brasil. Tendo tomado conhecimento do KPO ainda em Moscou, ao chegar em Paris, estava decidido a encontrar Thalheimer e poder acompanhar de perto a vida e militância desse importante comunista.

A admiração e amizade que estabeleceu com o revolucionário alemão foi de tamanha consideração que passou a morar na casa da família de Thalheimer durante seu primeiro período. Além de ter a oportunidade de conviver com aquele que constituía sua maior inspiração militante, Sachs se torna o membro mais jovem do KPO. Nesse período, conheceu Heinrich Brandler e pôde ter contato com o Partido Operário de Unificação Marxista (POUM), organização fundamental durante o período da guerra civil espanhola.

A situação para os judeus na Europa estava cada vez mais complicada, e mais tarde, a França se tornaria um lugar insustentável para seu refúgio. Ao final de 1938, o pai de Sachs consegue duas passagens para o Rio de Janeiro, onde seu tio já morava e possuía uma empresa de rádio. Embarcam Érico e sua mãe, enquanto seu pai permaneceu na Itália até o começo de 1939, quando com ajuda de amigos, consegue fugir para o Marrocos e partir para o Brasil. Apesar de não ter mais se encontrado com Thalheimer, Sachs manteve contato com essa figura até sua morte, em 1948. Assim como o camarada do KPO, ele desejava regressar logo que fosse possível a Alemanha, mas devido sua morte, decide então requerer a cidadania brasileira, que é obtida em 1950.

Durante os anos iniciais, trabalhou como gráfico no Rio de Janeiro, até 1948. Nesse ofício, conhece e mantém amizade com Antônio Candido, e é com ele em conjunto com um grupo de gráficos do sindicato que, pela primeira vez, surge um jornal com o nome de “Política Operária”, no ano de 1945. O autor de *Os parceiros do Rio Bonito*, ao relembrar dessa época, se refere a Érico Sachs como um “leninista revolucionário mesmo” e um “marxista estrito”¹⁹.

Entre 1957 e 1958, Sachs decide ingressar nas fileiras do Partido Socialista Brasileiro, não por convicção ao programa do partido, mas justamente por não possuir uma linha política consolidada, abria uma margem de manobra para fazer sentir uma

¹⁹ SADER, Eder; BUCCI, Eugênio. Antonio Candido: a militância por dever de consciência. Teoria e Debate, [S. l.], n. 2, 29 mar. 2006. Disponível em: <https://teoriadebate.org.br/1988/03/01/a-militancia-por-dever-deconsciencia/>. Acesso em: 7 ago, 2024

influência revolucionária nos debates internos. Dentro do partido, foi parte da “Ala Jovem”, que tinha uma posição à esquerda da direção partidária, o que levou nas eleições de 1960 a defenderem o voto nulo, enquanto a decisão do partido foi de apoio à candidatura do Marechal Teixeira Lott. Depois desse episódio, Sachs sai do partido e a próxima organização que faz parte é aquela que ajudou a fundar, a ORM-POLOP. É nesse quadro histórico que Sachs publica seus primeiros artigos de maior relevância na revista *Novos tempos*, e em seguida, na revista *Movimento Socialista*.

O mineiro, nascido em 1932 na cidade de Barbacena, Ruy Mauro Marini, não carrega uma herança familiar de militância revolucionária. Sua mãe era de uma família de latifundiários, que aos poucos foi perdendo seu prestígio e fortuna devido a abolição da escravidão, o que fez a família deixar as posses que tinha próximo a cidade de Livramento e mudar-se para Barbacena. O pai de Marini, filho de um alfaiate italiano, era professor de matemática na Escola Agrícola da cidade, mas após o casamento e por estímulo de sua esposa, graduou-se em direito e ingressou no serviço público, mediante a concurso, como fiscal do imposto de consumo. Como dito por Marini em suas *Memórias*, seu pai foi um homem liberal na juventude, apoiador do Estado Novo e depois do Partido Social Democrático.

Em sua formação escolar básica no Colégio Estadual de Barbacena, Marini teve a oportunidade de ter uma graduação erudita. Fizera quatro anos de latim e sete de língua portuguesa, sendo dois dedicados à literatura brasileira, como também aprendeu a ler em inglês, espanhol e francês (MARINI, 2022). No ano de 1950, Marini se muda para o Rio de Janeiro para fazer um cursinho preparatório para o vestibular de medicina. Entretanto, o que chamou a atenção do jovem mineiro não foram as ciências biológicas, e sim o novo mundo de experiências que a então capital brasileira lhe apresentava.

Encantado com a vida boêmia, com os teatros e cinemas, e com a independência financeira adquirida trabalhando como recenseador do Censo Demográfico daquele ano, e em seguida com a aprovação em concursos no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, ao mesmo tempo em que fazia traduções e revisões de textos para matérias em jornais, afastou-se dos estudos pré-vestibulares resguardando seu tempo livre para a sua “maior paixão – os livros”.

Após esse período longe de se preocupar com a formação acadêmica, volta a se dedicar em 1953, quando a Faculdade Getúlio Vargas (FGV) inaugura a Escola Brasileira de Administração Pública (Ebp), que oferecia amplo espaço para o desenvolvimento das ciências sociais, área que muito interessava Marini. Ao ser aprovado em primeiro lugar e

obter uma bolsa de estudos, Marini se dedica integralmente à sua formação intelectual, e logo no segundo ano de graduação se torna assistente, na própria Ebap, de um grande intelectual brasileiro, Alberto Guerreiro Ramos.

Essa oportunidade o marcou profundamente e o concedeu, com o apoio do sociólogo, uma bolsa de estudos para estudar ciência política na França, em 1958, no Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Paris, a SciencesPo. É lá que Marini realiza seu primeiro sistemático estudo da obra de Hegel e de Marx, e se aprofunda em autores marxistas, como Lenin. Nesse intercâmbio de dois anos, a França passava por um momento de efervescência política consequente do processo de descolonização nos países africanos, da derrota na Indochina e da radicalização da guerra na Argélia. Ali, tomará contato com o grupo ligado à revista *Movimento Socialista*, onde publica um artigo seu sob o pseudônimo Agripino Soares Thomás, com o título *Verso e reverso do desenvolvimento*. Dessa revista, como citado acima, participava Érico Sachs, com o qual “viria a estabelecer, a meu regresso, uma grande amizade e cuja experiência e cultura política me influenciaram fortemente” (MARINI, 2022, p. 81).

2.1.2 O processo de industrialização

Feita essas observações, retorno à descrição do panorama histórico desenvolvido pelos autores para demonstrarem suas análises da formação social brasileira. No último quartel do século XIX, é possível perceber com maior nitidez o impulsionamento das relações de produção capitalistas nos países dependentes, sobretudo no caso brasileiro. Nesse espaço histórico, se enquadra o início da segunda revolução industrial, ocasionando uma nova fase de expansão do capitalismo mundial, o que encaminhou uma readaptação profunda nas estruturas desses países dependentes para atender as necessidades dessa nova etapa.

Como assevera Vânia Bambirra, era preciso uma modificação na organização social da produção para que se disseminasse relações tipicamente capitalistas. Sendo assim, se tornava indispensável que se encerrasse o emprego do trabalho escravo e o substituísse pelo trabalhador livre assalariado, principalmente o imigrante. (BAMBIRRA, 2019). Com essa modificação, se resolvia a questão da mão de obra a ser utilizada no setor exportador, como também alargava as bases do mercado interno a partir do consumo dos trabalhadores.

Nesse período, verificou-se uma maior modernização do transporte no país possibilitando aumentar a capacidade de capitalização. Se servindo do crédito oferecido pela Inglaterra, o Brasil começa a desenvolver suas primeiras rodovias e a modernizar os portos, o que impactou no surgimento de setores complementares ao setor exportador. Esses setores secundários da economia, são deixados sob controle das classes dominantes nacionais, que atendendo às exigências do mercado interno, e mesmo que subordinados à expansão do setor exportador, acabam por desenvolver uma dinâmica própria que irá impactar no desenvolvimento industrial urbano (BAMBIRRA, 2019).

Os créditos externos que antes cumpriam uma função compensatória nas transações comerciais, agora, ao serem destinados ao setor mais rentável da economia dependente, se transformam em um mecanismo de apropriação do mais-valor produzido em cada país. Podemos notar que os países de capitalismo tardio se encontram em uma situação em que se veem coagidos pelo momento histórico, pela força da imposição expansionista do mercado mundial, a se integrarem aos saltos, amalgamando em suas relações de produção formas arcaicas e modernas, corroborando com a tese do desenvolvimento desigual elaborada por Trotsky²⁰.

Diferentemente dos países centrais do capitalismo, onde a relação entre taxa de mais-valor e de investimento que ditam a atividade econômica, Marini ressalta que nos países dependentes, é a dinâmica exportação-importação que dá o tom do processo econômico. Ainda que seja criado internamente, esse mais-valor só se realizará na esfera do mercado externo (MARINI, 2017)²¹. Essa consideração feita por Marini é de fundamental importância para o desenvolvimento de sua categoria de “superexploração” da força de trabalho, que será exposta no decorrer do capítulo. Então, é assim que

o curso do desenvolvimento do capitalismo na América Latina passa de uma formação socioeconômica dependente colonial-exportadora para uma formação socioeconômica dependente capitalista-exportadora, até finalmente chegar a uma formação socioeconômica dependente capitalista-industrial. (BAMBIRRA, 2019, p. 78)

Adentrando o século XX, a expansão imperialista ganha novos contornos na segunda década com a guerra de partilha colonial, iniciada em 1914. Ainda no contexto

²⁰ Leon Trotsky desenvolveu a ideia do desenvolvimento desigual no primeiro tomo de sua obra sobre a História da Revolução Russa. (TROTSKY, 2007)

²¹ Ver *O ciclo do capital na economia dependente*. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (orgs). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.

da Primeira Guerra Mundial, ocorre, em 1917, a revolução bolchevique, a primeira revolução socialista exitosa na história. Dessa forma, ao mesmo tempo em que a dominação imperialista ia se potencializando cada vez mais, chefiada pelos Estados Unidos, estava surgindo na cena histórica um campo opositor, que aos poucos ia se consolidando.

A formação do estado soviético em 1922 abria novas possibilidades para a luta pela emancipação da classe proletária, ao tornar visível e real aquilo que antes só era tentado. Entretanto, isso acarretou uma maior agressividade por parte das potências imperialistas, agora tendo que evitar que as ideias comunistas ganhassem mais força e mobilizassem os trabalhadores e povos oprimidos de todo o mundo.

As consequências da primeira guerra imperialista não se encerram quando seu fim é decretado em 1918, permanecendo e se aprofundando em 1929, com a quebra da bolsa de valores e o início de uma grande crise do capital, que terá um desfecho de fato com o fim da segunda guerra imperialista, em 1945, com uma nova configuração mundial estabelecida. O que nos importa nesse processo, é a oportunidade aberta aos países dependentes, no nosso caso, o Brasil, para a estruturação de seu complexo industrial, na fase conhecida como substituição de importações. Limitada não apenas pela retração do mercado mundial na crise, mas por conta de novas regiões produtoras de produtos similares aos latino-americanos ou mesmo nos países centrais, a já consolidada dinâmica primário-exportadora necessitava ser alterada.

Nesse sentido, as dificuldades impostas pela crise mundial, impossibilitando maiores investimentos no setor exportador, fez com que fosse fluindo esse montante para o setor industrial que até então era complementar. Segundo Ruy Mauro Marini, países como Brasil, Argentina e México conseguiram entre 1920 até o começo dos anos 1950, atingir um desenvolvimento da indústria leve que dava conta de satisfazer a demanda interna de bens de consumo não duráveis (MARINI, 2017).

Anteriormente foi dito que esse setor complementar, que ficou a cargo das classes dominantes nacionais, gerou uma dinâmica econômica própria, mas que ainda assim era subordinado ao setor exportador. Agora, com a crise, tinham a oportunidade de entrar em conflito com o até então grupo privilegiado, se apoiando numa classe média urbana ideologicamente protecionista, alçar ao posto de primeiro escalão do poder econômico e do Estado.

O setor agrário-exportador não ficou passivo e inerte aos acontecimentos do período, pelo contrário, souberam se defender ao adotar políticas de defesa do emprego,

mediante a compras da parte da produção pelo Estado, fazendo a atividade no setor se manter, e pela dificuldade que tinham de importar, acabavam por estimular e criar a demanda que a indústria viria satisfazer. Nota-se que abre aí uma oportunidade de uma aliança entre a burguesia agroexportadora e a burguesia industrial, o que estabelecerá, em seguida, o que Marini classificou como um Estado de compromissos ou de complementariedade (MARINI, 2017). Todavia, não significava que se consolidou um pacto harmônico, assim como em relação à dinâmica entre os países imperialistas e entre eles e os países dependentes, há também dentro da aliança burguesa uma cooperação antagônica.

Dentro do compromisso das classes dominantes, a hegemonia da burguesia da cidade foi assegurada pelo crescimento de seu poder econômico. (SACHS, 2024, p.86)

2.1.3 A face bonapartista da burguesia brasileira

Percebe-se que no Brasil, a revolução burguesa não se deu aos moldes clássicos, no qual a burguesia em luta contra a velha ordem feudal, apoiada nos camponeses e operários, impõe sua perspectiva de classe e se consolida como grupo dominante no poder econômico e de Estado. Entre as décadas de 1920 e 1930, o país passou por significativas transformações e agitações sociais, tendo o movimento tenentista e a Revolução de 1930 como símbolos dessa fase. Após a derrota da Aliança Liberal nas eleições, o movimento liderado por Vargas, com o suporte dos antigos tenentes revolucionários, recusa a aceitar mais uma vitória dos grupos oligárquicos paulistas, abrindo espaço para uma nova classe média, a burguesia industrial vinculada ao mercado interno, e de um novo proletariado com maior capacidade de fazer pressão política nos antigos grupos dominantes (MARINI, 2017).

Com a conjuntura econômica internacional desfavorável ao mercado externo, o grupo ascendente pôde se aproveitar da crise no setor agroexportador e as travas às importações de bens intermediários e equipamentos para fazer expandir a indústria leve que já existia no país. Surgia, assim, a oportunidade para a entrada em sua segunda etapa de industrialização, a criação de uma indústria pesada. Para viabilizar essa iniciativa, a burguesia industrial precisou se chocar diretamente com a burguesia latifundiária, ao primar por políticas protecionistas e demandar um maior fluxo dos capitais direcionados ao setor exportador. Se impôs que uma nova forma de organização do poder fosse

colocada em prática: o bonapartismo. A escolha pelo bonapartismo por parte da burguesia brasileira permitia que enfrentasse seus adversários, mediante o apoio de um movimento de massas da classe média e do proletariado, mas sem romper com o pacto de colaboração das classes dominantes.

É importante pontuarmos aqui, as observações feitas por Érico Sachs em seu texto de 1967, *Classe e Estado, democracia e ditadura*, que circulou entre os militantes da POLOP na ocasião da preparação do Programa Socialista para o Brasil. Retomando as ideias presentes em *O Estado e a revolução* de Lenin, ressalta a concepção central do pensamento marxista sobre o caráter do poder do Estado. Diferentemente do que preza a ideologia burguesa, de que o Estado seria um contrato entre os diferentes interesses presentes na sociedade e que sua função seria de ficar acima das classes, como um ente imparcial, o marxismo afirma categoricamente que o Estado é um instrumento de dominação e opressão de classe. Ele se torna a forma correspondente das exigências de uma determinada forma de divisão social e de suas relações de produção. No caso do capitalismo, é a classe burguesa que faz valer seus interesses e necessidades com o uso do Estado e de seu poder legitimado na violência. Dessa forma, a democracia burguesa sempre será uma ditadura em relação à classe trabalhadora. Enquanto para a classe dominante são garantidas todas as liberdades possíveis, aos trabalhadores, lhes restam a liberdade de vender sua força de trabalho, e em alguns casos, decidir mediante eleições quais serão aqueles que os irão explorar em um novo ciclo de governo.

Apesar de a república democrática constituir o “tipo mais avançado, mais perfeito do estado burguês” (LENIN, 2017), há momentos de crise em que a forma velada de ditadura da burguesia não garante mais a ordem existente e seus privilégios de classe, partindo, assim, para a forma de uma ditadura aberta. O fenômeno bonapartista, é caracterizado por uma autonomização do poder do Estado burguês, derivado da centralização e prevalência do poder executivo sobre o legislativo.

No caso francês analisado por Marx, a aristocracia financeira entrega o poder nas mãos de Bonaparte, que “sente-se chamado para assegurar a ‘ordem burguesa’” (MARX, 2011, p. 150). A burguesia prefere sacrificar seus mecanismos de decisão direta do governo, para salvaguardar a continuidade de seus negócios, e em contrapartida ter a garantia de que as massas permaneçam enquadradas, sem a capacidade de tomar de assalto o poder, e se for necessário, o uso da repressão violenta passa a ser generalizado. O que de fato significa essa autonomia do poder executivo, é sua utilização para impor sem maiores dificuldades os interesses históricos da burguesia. Nesse sentido, Sachs

retoma o conceito de Thalheimer para evidenciar que o bonapartismo se trata não somente de uma ditadura aberta da burguesia, mas uma ditadura aberta indireta.

A ditadura, apesar de ser exercida abertamente, não foi exercida diretamente pela classe dominante, e sim, por um Executivo que não precisava mais levar em conta os interesses imediatos e particulares das duas facções e podia se concentrar na tarefa da conservação do regime de exploração em si. Desse modo, o bonapartismo entrou na história como ditadura aberta, mas indireta, da burguesia, num momento em que o proletariado, apesar de assustar e intimidar a classe dominante, ainda não representava uma ameaça real à existência da sociedade. (SACHS, 2010, p. 77, grifo meu.)

Durante a primeira fase do governo de Vargas, houve um certo equilíbrio entre as forças em disputa no poder. Porém, a situação começa a se alterar com tentativa de derrubada do governo por parte da oligarquia paulista, em 1932, o que reforçou uma ala radical da pequena-burguesia e do proletariado que lutava para que a transformação revolucionária chegasse ao campo. Em 1935, ocorre a tentativa de insurreição desse grupo à esquerda, que rapidamente é suprimido, permitindo à burguesia consolidar seu poder de fato. Outro movimento que incomodava a governança de Vargas, eram os integralistas liderados por Plínio Salgado, que no ano de 1937 iniciam um levante contra Vargas, mas assim como os comunistas, o levante é sufocado. Tendo derrotado as forças opositoras radicalizadas, Getúlio Vargas volta-se para o interior da disputa entre as frações da classe dominante com a missão de solucionar o conflito entre elas.

Inspirados em seu interesse comum de classe, manter ou elevar sua taxa de lucro, a burguesia industrial passa a aliar-se com o setor latifundiário e com a pequena-burguesia de direita. Coligando seus interesses sob a figura de Getúlio Vargas, o período conhecido como Estado Novo, iniciado em 1937, representava um compromisso para solucionar as contradições entre os distintos grupos burgueses no interior da própria aliança.

O bonapartismo de Vargas, assume características peculiares em relação aos casos clássicos. A base material de sustentação de seu poder não foram os camponeses pequenos proprietários, mas a recente classe operária de origem agrária que ainda não havia obtido sua maturidade política (SACHS, 2010). Outro aspecto marcante de sua política foi o estabelecimento de uma organização sindical corporativa, que enquadrava a luta operária à tutela do Estado. Isso marca uma distinção clara entre o caráter do proletário brasileiro das duas primeiras décadas do século XX, marcado pelos imigrantes de tradição anarquista, e o operariado que se desenvolve sob a égide do Estado Novo.

Essa descontinuidade do amadurecimento político da classe trabalhadora, refém da repressão do estado bonapartista que destruiu o sindicalismo livre e a iniciativa paternalista de legislação trabalhista, somada à incapacidade política do Partido Comunista de oferecer uma alternativa viável à classe trabalhadora, resultou que esse novo operariado “ficou durante quase uma década sob a influência unilateral da demagogia governamental, sem que a esquerda tivesse força material ou ideológica para se opor a isso e quebrar o monopólio burguês” (SACHS, 2024, p. 110).

Fica nítido no desenrolar desse processo, que o Estado Novo, além de expressar a consolidação da burguesia no poder, exprime seu caráter contrarrevolucionário. Sua chegada tardia, enquanto protagonista da política e da economia brasileira, o faz optar pela coalizão com as forças retrógradas do latifúndio contra as massas operárias e camponesas, ao invés de investir em uma luta revolucionária e democrática, o que contribuiu para a afirmação por parte de Marini e Sachs, de que o caráter da revolução brasileira só pode ser socialista. A cada fato exposto sobre a nossa formação social, deixa claro a incompatibilidade da tese que estabelece uma colaboração do proletariado com uma burguesia nacional anti-imperialista, como colocada na estratégia democrático-burguesa.

Cedendo às pressões do movimento de massas e com a alteração da correlação de forças devido ao fim da Segunda Guerra, Vargas é destituído do poder em 1945. Entretanto, assume o cargo da presidência, com seu apoio, o marechal Eurico Dutra. O governo forte de Dutra marca uma reaproximação maior do Brasil com os Estados Unidos, na recém iniciada Guerra Fria. Aliado à essa tomada de posição e à crescente força do Partido Comunista que elegeu uma bancada expressiva para a Assembleia Constituinte de 1946, no ano seguinte, com a decisão do Tribunal Superior Eleitoral, o governo consegue cassar seus mandatos e o partido é posto na ilegalidade mais uma vez.

Até 1950, o pacto estabelecido entre as frações burguesas da classe dominante se mantém em pé com poucas alterações, mas os termos da aliança começam a se desgastar quando a crescente expansão industrial leva a burguesia urbana a se autonomizar, e a crise agravada no setor exportador levou a uma ruptura no estado de complementariedade. Essa crise se traduz no retorno de Getúlio Vargas ao posto da presidência da república, agora eleito democraticamente, sustentado pelo crescente movimento de massas impulsionado pela burguesia industrial. Surge na cena histórica uma aliança entre a classe trabalhadora, as classes médias urbanas e a burguesia industrial, o que à primeira vista pode parecer

uma base de sustentação para a estratégia democrático-burguesa dos comunistas, mas no decurso dos acontecimentos, será evidenciado o contrário.

Essa aliança era possível pois, ao propor um amplo programa de expansão econômica, a burguesia abria perspectivas de emprego e de elevação do nível de vida para a classe operária e para as classes médias urbanas, criando desta maneira uma zona de interesses comuns que tendiam a expressar-se politicamente em um comportamento homogêneo. (MARINI, 2017, p. 76)

2.2 Um deve morrer para o outro sobreviver: o suicídio de Vargas e o aprofundamento da dependência

O novo governo varguista é identificado pela adoção de políticas nacionalistas e de um certo progressismo. Nos anos em que esteve conduzindo o país, colocou em prática uma série de iniciativas, sobretudo infraestruturais, que permitiu ao Brasil dar um salto qualitativo em relação aos demais países dependentes. Nessa política autônoma, fez parte a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, em 1952; a criação da Petrobrás, no de 1953, que estabeleceu o monopólio estatal do petróleo, concluindo a luta do “petróleo é nosso”; como também instaurou as bases da futura Eletrobrás. Essas práticas davam maior robustez às medidas executadas por Vargas em seu primeiro governo, a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a mineradora Companhia Vale do Rio Doce.

Embora essas políticas nacionalistas contribuíssem para desafogar a dependência do país em relação ao capital imperialista, o que incomodou de fato a oligarquia e o imperialismo, foi o projeto de lei para limitar a remessa de lucros e os lucros extraordinários, e o aumento de cem por cento do salário-mínimo. O Ministério do Trabalho que à época estava sob comando de João Goulart, inflamou ainda mais o descontentamento da classe dominante opositora ao governo, com suas declarações contra as oligarquias e a exploração imperialista, no I Congresso Nacional da Previdência Social, onde esteve no palanque rodeado de comunistas (MARINI, 2017).

Na tentativa de acalmar a fúria da direita, Vargas emite uma série de medidas, dentre elas a Lei de Segurança Nacional, que “criava o marco jurídico para a repressão do movimento popular”, e ampliou o acordo militar com os Estados Unidos, colocando as “Forças Armadas brasileiras definitivamente sob a influência direta do Pentágono” (MARINI, 2017, p. 77). Essa política conciliatória de Vargas lhe custaria muito caro, quando a alta inflacionária do ano de 1954 jogou o movimento operário e os comunistas contra o seu governo.

Pressionado agora por ambos os lados, no dia 24 de agosto, para evitar ser deposto mediante um golpe de Estado, Getúlio Vargas se suicida com um tiro no coração, colocando fim a um período de explosão de contradições no país. Segundo Marini, o término desse ciclo marca uma trégua e não uma solução à ruptura da complementariedade, isso se expressa na política econômica do sucessor de Vargas, Café Filho (MARINI, 2017).

Ainda que o governo de Café Filho tenha sido breve, é mister destacar o projeto econômico comandado pelo então ministro Eugênio Gudin. Abandonando o caráter nacionalistas e os projetos elaborados no governo anterior, o mandato de Café Filho representou uma íntima colaboração com o capital estrangeiro. A execução da Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), estabeleceu que as importações de maquinários e equipamentos não sofressem cobertura cambial, o que facilitou a entrada de capitais estrangeiros no país.

Essa iniciativa merece especial atenção, pois contribui fundamentalmente para o aprofundamento da dependência do capitalismo brasileiro. Na medida que as importações estão facilitadas, paulatinamente vai se reduzindo a produção nacional da mesma mercadoria, colaborando para a desindustrialização do país e a tentativa nunca concluída de internalizar o primeiro departamento, isto é, a produção de bens de capital, produção de tecnologia. Além do mais, essa abertura auxiliou na amortização de mercadorias que não completaram o ciclo do capital em seus respectivos locais de produção. Aspecto marcante dos países de capitalismo dependente, é ser receptor de mercadorias já obsoletas no centro da produção mundial, e que não seriam vendidas naqueles países. Dessa forma, um desenvolvimento capitalista passa a ser cada vez mais integrado às exigências do imperialismo.

Essa opção pelo desenvolvimento integrado tem duas contrapartidas diretas para a burguesia. Primeiramente, a penetração do capital estrangeiro no país contribui para o processo de exportação da mais-valia nacional. Mediante investimentos externos, a maior parte do mais-valor produzido internamente é direcionado para a economia central que investiu naquele ramo de produção. Em segundo lugar, a afluência de tecnologias poupadoras de mão de obra passa a reduzir a oferta de trabalhos, aumentando assim o exército industrial de reserva. Está aí, ao mesmo tempo, a sina e a salvação para a burguesia dependente manter suas taxas de lucro.

É nesse sentido que Ruy Mauro Marini coloca a sua categoria de “superexploração” da força de trabalho. O que será exposto aqui merece especial atenção,

pois, o que foi apresentado até o momento tem como objetivo dar fundamento para os elementos centrais dessa que constitui uma das mais relevantes categorias que moldam a Teoria Marxista da Dependência.

2.2.1 A superexploração da força de trabalho

Como sabemos, a inserção latino-americana no mercado mundial capitalista é marcada por um intenso investimento do capital estrangeiro no setor exportador produtor de matérias primas e alimentos, para contribuir no processo de transformação da produção de mais-valor absoluto e mais-valor relativo. De modo elucidativo, é válido retomar a apresentação feita por Marx no capítulo 14 do volume um d'O capital, onde demonstra a relação entre o mais-valor absoluto e o mais-valor relativo. Primeiramente, o prussiano faz um esclarecimento sobre o trabalho produtivo, sendo aquele tipo de trabalho que produz mais-valor para o capitalista ou contribui para a autovalorização do capital, ou seja, o simples fato de transformar um valor de uso em outro, entre atividade e efeito útil, não constitui uma forma de trabalho produtivo (MARX, 2017). Para que se possa aumentar a proporção apropriada pelo capitalista desse mais-valor produzido, o autor nos revela que há dois modos fundamentais, aquele que corresponde à duração da jornada de trabalho, e o outro à uma revolução dos processos de trabalho.

A primeira forma, identificada como mais-valor absoluto, demanda que, permanecendo constante o tempo de trabalho necessário – aquele correspondente à reprodução do próprio valor da força de trabalho –, ocorra um prolongamento da parcela da jornada de trabalho correspondente ao trabalho excedente – fatia da jornada em que o valor produzido pelo trabalhador é apropriado pelo capitalista, ou melhor, corresponde a um prolongamento da jornada de trabalho. Enquanto a segunda forma, o mais-valor relativo, deriva de uma modificação na proporção das duas partes constitutivas da jornada de trabalho. Para que se obtenha o mais-valor relativo, é exigido que a parte referente ao trabalho necessário seja reduzida para que essa parcela seja transferida para o trabalho excedente. Supondo uma jornada de trabalho de 8 horas, em que 6 horas correspondem ao trabalho necessário, e 2 horas ao trabalho excedente, para que o capitalista possa aumentar a fatia de mais-valor apropriado sem se alterar a duração da jornada, é preciso que haja uma redução dessas 6 horas de trabalho necessário, e esse tempo de trabalho passe a ser adicionado às 2 horas excedentes. De modo que, mantida a jornada de 8 horas,

apenas 4 horas repõem o valor da força de trabalho, enquanto o trabalho excedente corresponde a 4 horas, tendo incorporado as 2 horas deslocadas da outra parte.

O que possibilita a redução da quantidade de trabalho necessário, segundo Marx, é um aumento das forças produtivas em determinado ramo da produção de mercadorias. Em um dado momento, em que um segmento implementa uma nova tecnologia que permite que no mesmo tempo de trabalho seja produzida uma maior quantidade de mercadorias, parte do trabalho que antes era feito em tantas horas, será feito em menos. Mas nesse sentido, o valor da força de trabalho permanece o mesmo, pois apesar de alterada a proporção entre trabalho necessário e trabalho excedente, o mais-valor agora é distribuído em mais mercadorias, o que implica que nenhum novo valor foi criado. O problema, nessa situação, é que no momento em que essa nova tecnologia se generalizasse, essa vantagem desapareceria. Por isso, o ponto chave para a extração do mais-valor relativo, consiste em uma redução do valor da força de trabalho.

Ao falar de redução do valor da força de trabalho, Marx não está considerando seu rebaixamento de maneira arbitrária, por imposição do capitalista, mas por um barateamento dos bens de salário, ou seja, aquelas mercadorias que compõe a cesta de produtos necessários para a reprodução da vida do trabalhador. Sendo assim, o revolucionamento principal do processo produtivo deve ocorrer nos setores produtores desses bens de salário.

É nesse sentido que a América Latina exerce um papel crucial na dinâmica do capitalismo mundial. Em seu texto *Dialética da dependência*, Marini escreve que o papel que o continente cumpre de elevar quantitativamente o crescimento dos países imperialistas, contribui para que ocorra uma mudança na lógica da acumulação e desloque a produção de mais-valia absoluta para mais-valia relativa (MARINI, 2022).

Como já dito anteriormente, a exportação de mercadorias dos países dependentes rumo às economias centrais constitui-se de produtos primários com um baixo valor agregado, enquanto as importações feitas pelos primeiros são de produtos de alta complexidade tecnológica. Segundo Marini, esse intercâmbio de mercadorias aparece como uma troca desigual, onde a economia dependente, para obter as mercadorias demandadas para seu desenvolvimento, acaba por transferir uma fatia maior da mais-valia internamente produzida.

Nesse caso, a alta capacidade produtiva das economias imperialistas permite que ocorra uma dupla transferência de valor para as economias centrais. Ao mesmo tempo que se apropriam da mais-valia daqueles setores em que investiram seus capitais,

abocanham uma parte maior desse montante quando os países dependentes importam suas mercadorias. As nações imperialistas têm esse poder justamente por produzirem mercadorias com maior valor agregado, e que não são encontradas no país dependente. Para que a burguesia latino-americana, especialmente a brasileira, não saia em total desvantagem dessa relação e tenha sua taxa de lucro cada vez mais comprimida, ela se vale da superexploração da força de trabalho, a fim de compensar essas perdas.

A acumulação de capital nas economias dependentes se deu, em maior medida, a partir da mais-valia absoluta. Por muito tempo, a falta de regulamentação do trabalho nesses países e o constante fluxo de mão de obra vinda do campo, permitiu que fossem aplicadas no país jornadas de trabalho extenuantes e uma remuneração inferior ao necessário para o trabalhador repor suas forças vitais, permitindo a burguesia elevar suas taxas de lucro. Sucede-se que, mesmo após a promulgação das leis de trabalho e as leis de salário-mínimo, a partir do governo de Vargas, a correlação de forças na luta de classes permitiu que a burguesia continuasse superexplorando o trabalhador.

O emprego de maquinários poupadores de mão de obra contribui para manter elevado o exército industrial de reserva, e assim manter os salários em níveis abaixo do seu valor real. O caráter autocrático do Estado brasileiro de manter os movimentos de trabalhadores sob constante repressão e sua tutela, junto da incapacidade dos partidos de esquerda apresentarem uma alternativa viável a essa forma de dominação, corrobora com o que Marini diz:

O desenvolvimento capitalista integrado reforça o divórcio entre a burguesia e as massas populares, intensificando a superexploração a que estas estão submetidas e negando-lhes sua reivindicação mais elementar: o direito ao trabalho. (MARINI, 2017, p. 62)

Os anos seguintes à morte de Vargas foram marcados por uma forte investida do imperialismo estadunidense, e conseqüentemente, de maior aprofundamento da dependência. Com a eleição de Juscelino Kubitschek e de seu vice João Goulart, em 1955, apesar da tentativa de golpe por parte dos setores à direita da classe dominante, em um contragolpe comandado pelo Marechal Henrique Teixeira Lott, o projeto econômico de desenvolvimento se baseava majoritariamente no investimento público e estrangeiro. O conhecido Plano de Metas, tinha como horizonte um rápido desenvolvimento infraestrutural e industrial no país, plano marcado pelo slogan do governo “cinquenta anos em cinco”. Os investimentos internacionais desse período se aproximavam de 2,5 bilhões de dólares (MARINI, 2017), reforçando não somente o papel do capital

imperialista na economia brasileira, mas também o da burguesia nacional, ambos se aproveitando das facilidades encontradas a partir da Instrução 113.

A despeito de um maior compromisso com o imperialismo, o governo de Kubitschek é permeado por um discurso ideológico nacionalista. Ao mesmo tempo em que se subordinava às exigências do capital, fazia concessões aos setores nacionalistas que sustentavam o governo. É no seu governo que o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o ISEB, é criado, e apesar de ser vinculado ao Ministério da Educação, possuía uma autonomia em suas pesquisas e administração.

Ainda durante o mandato de Kubitschek, há um novo ascenso do movimento de massas entre os anos 1957 e 1958, o que Sachs classificou como um “novo marco no desenvolvimento do proletariado como classe” (SACHS, 2024, p. 112). A política inflacionária no país e a constante desvalorização da moeda para um maior acúmulo de capitais pela burguesia, foi uma das formas de impulsionar a industrialização às custas da deterioração das condições de vida da classe trabalhadora (SACHS, 2023). Apesar de ter se mantido na casa dos 20% entre a 1951 e 1958, sobe para 52% no ano de 1959 (MARINI, 2017).

2.3 A volta dos que não foram: o reascenso do movimento da classe trabalhadora e a luta por uma Política Operária independente

Esse novo período da luta de classes brasileira é marcado pela criação da primeira liga camponesa em Pernambuco, sob a liderança de Francisco Julião, no ano de 1958. No ano seguinte, a já citada revista *Movimento Socialista* é fundada, em um momento de crise na hegemonia do Partido Comunista com os constantes rachas e renovação dentro do partido, motivado, sobretudo, pelo XX Congresso do PCUS. A revista, como explica Noberto,

tornou-se um elo importante para a junção de inúmeros intelectuais e militantes marxistas contrários ao reformismo, ao nacionalismo e à ideologia do desenvolvimentismo, servindo como espaço de elaboração e de aproximação de posições políticas que, poucos anos depois, apareceriam organizadas na forma-partido. (NOBERTO, 2021, p. 97)

A organização em questão seria ORM-POLOP, que tendo sua fundação no início de 1961, a convocatória para seu congresso de formação foi escrita por Érico Sachs, no dia 24 de julho de 1960. Nesse breve documento, como já apresentado no capítulo anterior, Sachs esboça as linhas gerais de qual seria o objetivo da fundação dessa

organização. Retomando de modo conciso, na *Convocatória para o 1º Congresso da POLOP*, a tarefa principal a ser tomada pelo grupo deveria ser a da formação de um partido independente da classe operária. Contudo, o próprio documento alerta que a Política Operária não seria de fato esse partido, pois sua realização “não se dará por um ato meramente formal” (SACHS, 2010, p. 22), ele corresponde a um organismo vivo da classe proletária que se desenvolverá de acordo com o estado de evolução da consciência da classe.

Citando Lenin, Sachs ressalta que o papel da organização enquanto vanguarda é estudar, conhecer e interpretar a realidade brasileira de tal forma que possa ser elaborado um programa que dê conta de fornecer metas mais claras ao movimento operário (SACHS, 2010). Dessa forma, a condição indispensável para a criação desse partido independente da classe operária é a formação de quadros.

Nós ainda estamos mais preocupados com o estudo, a análise, a aplicação do marxismo no Brasil, e estamos começando a propagar as conclusões. Eis a tarefa fundamental no momento, para nós. O problema é de quadros, capazes de levar a luta avante e de enfrentar os problemas políticos à medida que surjam. (SACHS, 2010, p. 28)

A fundação da POLOP coincide com o início do governo de Jânio Quadros e do novamente vice-presidente João Goulart. Dessa vez, presidente e vice correspondiam a setores diferentes da política brasileira, pois naquele período, a eleição de presidente e vice-presidente se davam separadamente. A vitória eleitoral de Quadros²² sobre o candidato do PSD, o Marechal Teixeira Lott, representou uma aparente derrota ao setor trabalhista e ao legado varguista expresso no PTB e no PSD.

Mesmo apoiado pelo principal setor de oposição ao trabalhismo, a União Democrática Nacional (UDN), que havia obtido o governo do então estado da Guanabara com a eleição da sua maior liderança, Carlos Lacerda, o mandato de Quadros foi marcado por uma dissimulada política autônoma e ambígua. Como coloca Marini, era um “ensaio de bonapartismo carismático”, um governo com um ligeiro grau progressista e livre de compromissos partidários, poderia “arbitrar os conflitos de classe” em nome do interesse comum nacional (MARINI, 2017, p. 90-91). Ao mesmo tempo em que obtinha uma forte adesão das massas, com sua política externa independente e estabilidade monetária, as utilizava para mascarar suas concessões ao capital nacional e imperialista.

²² O partido de Jânio Quadros, Partido Trabalhista Nacional, apesar do nome, não guardava relações com a tradição do trabalhismo varguista.

Em um boletim da Política Operária, de março de 1961, intitulado *Jânio Quadros define o caráter de seu governo*, Sachs faz objetivas colocações sobre aquele que representava “o Governo mais burguês que o Brasil já teve” (SACHS, 2023, p. 85). A preocupação fundamental de Quadros à frente do poder executivo, segundo Sachs, consistiu em modernizar o Estado, no sentido de racionalizar e moralizar sua administração, tal como apresentado nos seus slogans de campanha. Essa necessidade de modernização correspondia ao fato de que a burguesia não precisava mais de um aparelho estatal com os vícios de uma estrutura escravista, que servia aos setores da burguesia para facilitar e favorecer seu crescimento. Tendo o polo da hegemonia política retornado para São Paulo, a burguesia industrial não necessitava dessa primitiva forma de acumulação, pois:

No Estado capitalista, não são os grupos econômicos mais fortes que necessitam de favores especiais, pois eles impõem seus interesses. São justamente as escalas mais baixas da hierarquia do capital que mais necessitam de privilégios especiais e de corrupção direta para aumentar sua fatia no bolo. (SACHS, 2023, p. 86)

Com uma postura de déspota, detratando todas as pressões e irreverente a toda forma de organização, a medida mais relevante do governo de Quadros foi a promulgação da Instrução 204 da SUMOC, que permitia uma reformulação cambial (MARINI, 2017). Essa nova política permitia que a taxa de câmbio para importações e exportações fosse fixada livremente, substituída pela tributação interna, o que acabava por desvalorizar a moeda, beneficiando as exportações, ao mesmo tempo em que desafogava esse setor e aumentava os recursos do Estado para o pagamento da dívida externa. No caso do capital imperialista, não havia limite para sua entrada no país, a regulamentação da exportação de lucros baseava-se na tributação (MARINI, 2017).

Ainda no boletim de 1961, Sachs faz uma importante crítica ao que ele chama de “ideólogos da Velha Esquerda”²³, que acreditavam haver uma descontinuidade entre os governos Kubitschek e Quadros, quando, na verdade, ambos representaram da melhor maneira a burguesia em épocas distintas (SACHS, 2023). Enquanto o mandato de Juscelino Kubitschek correspondeu a uma fase de desenfreada expansão, aproveitando os resquícios de uma fase de prosperidade do mercado mundial, proporcionada pelo pós-guerra, mas que se encerrou em 1953; o governo de Jânio Quadros serviu para consolidar

²³ Conforme expressão corrente utilizada por Sachs em seus escritos para se referir ao PCB.

as conquistas do passado, “na qual a burguesia procura pôr sua casa em ordem” (SACHS, 2023, p. 89).

Como dito anteriormente, a política externa brasileira sofreu uma radical reorientação durante esse período. Captando os sentimentos anti-imperialistas presente nas massas trabalhadoras e populares, a aproximação de Quadros com a União Soviética e com as Democracias Populares contribuía, ao mesmo tempo, para um respaldo popular e abria oportunidades de novos mercados que contribuiria para a superação da crise do setor exportador. A burguesia brasileira, afirma Sachs, com o movimento de libertação nacional nos países africanos, encontrava nações ainda menos desenvolvidas que o Brasil para exportar suas mercadorias e, futuramente, seu capital.

Essa característica da burguesia brasileira de explorar os mercados de países com uma estrutura industrial menos desenvolvida e mais suscetível à investida de capitais exteriores, constituirá a marca do ciclo de governo iniciado pela ditadura militar com o golpe de 1964, retratada na categoria de Marini de “subimperialismo”, que será apresentada mais à frente.

O revolucionário austro-brasileiro conclui seu boletim apontando quais seriam as perspectivas da luta naquele momento. O que se apresentava era um “profundo aguçamento das lutas de classes”, onde se exacerbava as contradições entre trabalho e capital, conduzindo a uma radicalização não somente dos trabalhadores, mas de setores da pequena-burguesia assalariada. Isso porque

Quanto maiores as ilusões, mais fortes se tornarão as decepções, e a figura carismática de hoje facilmente se transforma no crápula de amanhã, quando os grandes gestos moralizadores só servirem para ressaltar a mesquinhez da perseguição de todos aqueles que se opõem aos sacrifícios materiais impostos pela burguesia, nossa e imperialista. (SACHS, 2023, p. 93)

Daí que o papel da POLOP, pontua Sachs, deveria ser o de denúncia direta do caráter de classe do regime, sustentado por uma análise marxista da realidade social e política do país, evitando os rodeios e a incapacidade da “Velha Esquerda” de compreender a situação política. Permitindo, assim, aglutinar as forças dispersas da esquerda e do movimento operário, para enfrentar a ofensiva do capital.

Apenas cinco meses após a publicação do boletim da POLOP, o governo de Quadros termina em 25 de agosto de 1961. Com uma política de contenção das emissões monetárias e a cessão de subsídios para importação de bens essenciais, aliado à liberdade cambial, implicou em uma elevação do custo de vida. Seu desprezo com as pressões

sindicais e com a oposição parlamentar, ao mesmo tempo que clamava a nação para um sacrifício pela política de austeridade, atacou os problemas estruturais agrários, mediante a uma política de preços mínimos e pela facilitação ao crédito, o que beneficiava o pequeno e médio produtor, mas incomodava o domínio do latifúndio e seus especuladores (MARINI, 2017).

Tendo incomodado tanto os setores comunistas quanto a extrema-direita, mas mesmo ancorado em sua própria força política e com sua popularidade atingindo patamares excepcionais, abandona o cargo da presidência. Por trás dessa renúncia, se escondia uma estratégia de Quadros para acalmar a ofensiva da direita contra seu governo. Sabendo do apoio que seu maior opositor, Carlos Lacerda, tinha dos chefes militares, Jânio confiou em sua capacidade política para voltar aos braços do povo, entendendo que seria mais seguro às classes dominantes seu retorno do que a alçada de seu vice João Goulart ao cargo máximo do país, que estava em viagem diplomática na China.

Imaginando poder se aproveitar do potencial caos que se instauraria no país, Quadros confiou que o movimento popular lhe restituísse os poderes. Entretanto, como bem expõe Marini, “o povo como tal não existe, o que existe são forças populares que se movem sempre sob a direção de grupos organizados” (MARINI, 2017, p. 96). De fato, as massas saíram às ruas contra a direita, mas não por sua figura e sim em defesa de João Goulart, que era claramente mais próximo das direções do movimento operário e popular.

Como aludido, Jango foi ministro do trabalho durante o segundo governo de Getúlio Vargas e foi durante sua gestão frente a pasta que a reivindicação pelo aumento do salário-mínimo encontrava espaço dentro do comando do Estado. Por conta dessa postura mais próxima à classe trabalhadora, Goulart não seria facilmente aceito pelos setores da classe dominante brasileira que, aproveitando de sua viagem à China de Mao Tsé Tung, tratariam de preparar uma investida para que o vice não viesse assumir o cargo da presidência.

Após uma nova tentativa de golpe por parte dos ministros militares de Jânio, impedido pela ampla mobilização dos setores operários e camponeses e da “Campanha da Legalidade²⁴” encabeçada por Leonel Brizola, à época governador do Rio Grande do Sul, João Goulart assume a presidência da república, porém, não em um regime presidencialista, mas em um compromisso para acalmar os ânimos da classe dominante,

²⁴ A Campanha da Legalidade foi uma mobilização organizada no final de agosto de 1961, liderada por Leonel Brizola. O grupo reuniu setores militares e destinou armas para os civis que se engajaram na defesa da posse de João Goulart como presidente da República.

chega ao cargo em um regime parlamentarista, tendo Tancredo Neves como primeiro-ministro. Nas afirmações de Marini, tratava-se mais uma vez de uma trégua que servia como justificativa para a campanha desmoralizadora contra o parlamentarismo que conduzia a um relativo imobilismo (MARINI, 2017). Mas segundo o mineiro de Barbacena, esse era apenas um dos aspectos desse imobilismo. O país estava em um momento de estagnação da expansão industrial, ao mesmo passo em que a classe trabalhadora ia amadurecendo na luta reivindicativa. Para ele, essa trégua piorava a situação, pois “não permitia que nenhuma classe impusesse uma solução” (MARINI, 2017, p. 97).

Com os poderes limitados, João Goulart alimentava as esperanças tanto da burguesia, devido sua influência no movimento sindical que poderia ser utilizada para conter a classe trabalhadora e utilizar dessa popularidade para atacar os setores que travavam a expansão da economia, isto é, a burguesia exportadora e a estrutura latifundiária; como contribuía para o “renascimento das ilusões reformistas-populistas, alimentadas pelo PCB” (SACHS, 2024, p. 114).

Nesse ínterim, a primeira greve geral nacional acontecia no país, em julho de 1962, motivada pela crise econômica e a elevação do custo de vida, que teve, dentre suas conquistas, a aprovação da lei que instituiu a obrigatoriedade do décimo terceiro salário. Dessa mobilização surgiu o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), um instrumento político da classe trabalhadora que caminhava para o rompimento dos obstáculos e do tipo de organização imposta pelo Estado Novo. A forte pressão da classe trabalhadora e o apoio de setores militares progressistas, sujeitou ao Congresso Nacional que um plebiscito fosse convocado, para decidir a permanência do parlamentarismo ou a volta do presidencialismo. A 6 de Janeiro de 1963, por uma ampla vantagem, foi decidido a devolução integral dos poderes presidências a Goulart.

Com a missão de lidar com os meandros da crise manifestada na diminuição da taxa de investimento e na alta inflacionária, o governo de Jango apresenta o seu Plano Trienal, um programa destinado a “reativar o crescimento econômico e promover progressivamente um regresso à estabilidade monetária” (MARINI, 2017, p. 98). Dentre as medidas do Plano, estava uma política de austeridade, marcada pela redução de 4% dos gastos governamentais, uma reforma tributária, a renegociação da dívida externa e uma contenção do aumento salarial em relação ao aumento da produtividade (MARINI, 2017). Incluía, nesse projeto, as diretrizes para as vultosas reformas de base tão aludidas pelos setores da esquerda.

É nesse contexto que a ORM-POLOP realiza o seu II Congresso, que para além de uma mudança tática e na forma organizativa do grupo²⁵, propõe a formação de uma Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo, capaz de colocar em prática a política operária para o Brasil que, a partir da unificação dos setores da classe trabalhadora e da esquerda revolucionária, constituirá as bases do Partido Revolucionário. Dessa diretriz principal do congresso, deriva a publicação de dois artigos, publicados no editorial de número sete da Revista Política Operária, um de autoria de Ruy Mauro Marini e o outro de Érico Sachs.

No texto *Uma política operária para o Brasil*, Marini esboça as contradições do fracasso da proposta de solução da crise levado a cabo pelo Plano Trienal do governo de traição de João Goulart e da atuação do PCB (Cf. Noberto, 2021). Citando uma declaração de Luís Carlos Prestes, Marini aponta que a noção que os reformistas do partido comunista tinham sobre o fracasso do Plano constituía uma falácia. Ao debitar na sua conta e na pressão das massas, dando a entender que Goulart estava desistindo de atender os interesses burgueses no Plano em benefício dos trabalhadores, quando, na verdade, as pressões do imperialismo e da classe dominante que travavam que a solução da crise contemplasse concessões aos trabalhadores.

Para a burguesia, alerta Marini, somente quando há garantias do controle ideológico e material dos trabalhadores, que se é possível um compromisso entre essas classes antagônicas em um momento de crise. Mas logo expõe que, mesmo demandando um governo de autoridade, está descartado, por parte da burguesia, utilizar da capacidade de Jango de amortecer o avanço da luta de classes para promover um golpe bonapartista, tendo em vista que as eleições estavam próximas e um candidato mais afeito e obediente a suas demandas poderia ser eleito. Entretanto, ainda coloca que caso o avanço do movimento classista prossiga e se Goulart puder oferecer uma contenção, a burguesia irá ao golpe.

A alternativa que a esquerda deveria optar naquele momento deveria ser o da independência política, e demarcar sua distância com o governo de João Goulart, apresentando para a classe trabalhadora uma perspectiva própria. De tal forma que apenas uma política operária, nos marcos de uma frente única de esquerda, que

marque posição no movimento de massas e desenvolva uma tática revolucionária, de assalto ao poder latifundiário-burguês, estaremos oferecendo às classes trabalhadoras do país: uma resposta às questões

²⁵ Ver Oliveira, Joelma. **Polop as origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista (1961-1967)**. Dissertação (Sociologia) – Universidade Estadual Paulista – Campus de Araraquara. 2007.

que elas começam dolorosamente a colocar. E estaremos abrindo o caminho para a revolução socialista no Brasil.²⁶

O artigo de Sachs, *Por uma frente dos trabalhadores da cidade e do campo*, assinado sob o pseudônimo de Eurico Mendes, começa com uma advertência muito cara à organização e já fora mencionado no decorrer do trabalho em uma citação de Marini. Trata-se da consideração de que não se pode entender os grupos em oposição à dominação burguesa como o “povo”, aquilo que Sachs denomina de “massa amorfa onde as fronteiras de classe não se delinearam ainda” (SACHS, 2023, p. 96). A definição objetiva do caráter de classe da luta deve ser sempre exacerbada para uma compreensão acurada e objetiva do momento histórico. O autor faz essa distinção ao analisar as forças em que se apoiam as reformas de base tentadas por João Goulart, afirmando que é o proletariado a única força capaz de fazer frente às investidas da burguesia e do imperialismo.

Mas esse proletariado mobilizado possui um caráter diferente daquele mobilizado pelos trabalhistas durante o período de Vargas. Nos anos em que sucedeu o Estado Novo, foi se formando um proletariado não mais afeito ao tipo paternalista da política e que vai encontrando na sua luta cotidiana as formas correspondentes para sua organização. O caso da fundação da CGT revela esse salto qualitativo da classe operária.

Dessa forma, diz Sachs, as forças sociais interessadas na objetivação das reformas propostas pelo governo de Jango, só poderiam se efetivar mediante a mobilização do proletariado se contarem com o apoio das forças de esquerda representadas na UNE e na CGT, pois

São essas forças que movimentam a parte organizada do proletariado, a parte que fala nas atuais circunstâncias pela classe inteira. (SACHS, 2023, p. 97)

Não guardando ilusões e nem expectativas com o governo de João Goulart, a POLOP entendia que havia duas facções da classe dominante em disputa no cenário nacional, ambas em colaboração com o imperialismo, mas cada uma representando uma ala da trégua entre as classes dominantes. No polo mais progressivo está o projeto reformador de João Goulart, enquanto no outro polo está Carlos Lacerda, mobilizador dos “instintos anticomunistas do capital norte-americano” e aliado às forças

²⁶ Disponível em <https://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2014/01/Revista-Politica-Operaria-Nr.-7.pdf>

contrarrevolucionárias da Aliança para o Progresso²⁷. O que esses grupos em oposição têm em comum, de acordo com Sachs, é que ambos estão organizados para romper o equilíbrio de forças dentro da cooperação das classes dominantes, para unificá-las sob o seu domínio (SACHS, 2023).

No entendimento da organização, estava no horizonte próximo da burguesia a solução da crise pela via golpista, o que ainda não estava definido era o caráter que esse golpe viria a ter. Mesmo com um rótulo de esquerda do governo, a situação econômica impunha que recaísse sobre as costas da classe trabalhadora o ônus da crise. Para a burguesia, não há alternativa a não ser o rebaixamento das condições de vida da classe trabalhadora e a repressão ao seu movimento. A POLOP não queria apenas vislumbrar um fim fatalista, mas como coloca Sachs, essa é a tendência que aparece com cada vez mais força a cada crise. Então, o que a esquerda deveria fazer para impedir que isso aconteça novamente?

O autor responde a essa pergunta afirmando categoricamente que somente um movimento da classe operária em aliança com os trabalhadores do campo pode fazer frente aos ataques da burguesia. Se existe uma ameaça aos limitados direitos democráticos por parte das classes dominantes, apenas um outro movimento de classe pode barrá-lo. Daí que a partir da mobilização do proletariado urbano, tendo consciência de seu papel e evidenciando aos camponeses que seus interesses são correspondentes, aparece a possibilidade de unificação das lutas em uma “Frente Única dos Trabalhadores da cidade e do campo”, capaz de enfrentar qualquer iniciativa contra a ofensiva burguesa.

Até aquele momento, diz Sachs, essa unificação classista estava sendo travada pela política da “velha esquerda”, que propunha uma frente única com a burguesia nacional, atando o proletariado aos desígnios de uma fração das classes dominantes. Entretanto, apesar de possível naquele momento a conformação dessa frente dos trabalhadores, ela não pode se limitar a uma ação defensiva, devendo colocar em questão o problema do governo. Tendo mobilizado a maior parte da população do país, essa frente terá de lutar para impor um governo próprio, que corresponda definitivamente aos interesses da maioria da população. Propõe então Sachs:

Um GOVERNO REVOLUCIONÁRIO DOS TRABALHADORES DA CIDADE E DO CAMPO se encarregaria disso, realizando todas essas reformas e pondo em prática todas essas medidas anti-imperialistas, que os nossos demagogos burgueses prometem nas horas

²⁷ Consistia em uma política criada no mandato do então presidente dos Estados Unidos, John F. Kennedy, que tinha como objetivo de combater a influência soviética e do comunismo na América Latina por meio de acordos e financiamentos externos para investir em setores débeis dessas economias.

das campanhas eleitorais, mas a que a nossa burguesia não está disposta, nem é capaz de fazer. Trata-se de tarefas burguesas ainda, é verdade, pois esse governo atuará ainda dentro dos quadros de uma sociedade burguesa, mas ele só poderá realizar essas tarefas apoiando-se nas massas e na sua ação revolucionária, nos sindicatos, nos comitês de empresa e de bairros, sindicatos rurais e Ligas e demais órgãos de representação que surjam durante a luta. (SACHS, 2023, p. 101)

Seguindo o turbilhão de acontecimentos, a radicalização do movimento popular e dos trabalhadores começa a romper de modo mais acelerado a alternativa burguesa-popular de sustentação do governo de João Goulart. A ruptura do monopólio pecebista do marxismo com o surgimento de organizações que propunham outro caminho do que o reformista, o avanço das Ligas Camponesas e os grupos formados em torno de Leonel Brizola e Miguel Arraes, contribuíram para que a burguesia e seu socio-maior, o imperialismo estadunidense, começassem a se organizar para fazer frente ao governo e ao movimento de massas. Dentre as armas da classe dominante, estava o Instituto Brasileiro de Ação Democrática, o IBAD, uma instituição que recebia apoio e financiamento direto do governo norte-americano para interferir no processo político brasileiro. Somado ao IBAD, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, IPES, formado pela burguesia industrial paulista e fluminense, que tinha como tarefa reunir fundos e material para ação contra o governo de João Goulart. Essas duas instituições são exemplos dentre outras várias organizações não só anticomunistas, mas em oposição a qualquer forma de avanço popular. Destaca-se ainda, o destino de verbas da Aliança para o Progresso para governadores que tivessem a capacidade de “sustentar a democracia”, apenas Lacerda recebeu 71 milhões de dólares entre os anos de 1961 e 1963, segundo conta Marini (MARINI, 2017).

Contudo, não somente a burguesia estava em oposição à Goulart, a classe média ia cada vez mais caminhando para o lado da reação de direita, muito suscetível à propaganda anticomunista, aceitando as teses de que o impacto na redução do seu nível de vida era consequência do movimento reivindicativo e suas sucessivas greves nos setores de serviços, principalmente o de transporte. A Igreja Católica cumpriu importante papel nesse jogo, ao aglutinar as manifestações e marchas pela “família, com Deus, pela liberdade”. Estava se mobilizando um movimento massificado conduzido pela direita.

O clima do país ia se aproximando de uma situação pré-revolucionária. Jango, notando que estava fora dos planos da classe dominante, tentou voltar-se para a esquerda, numa cartada de radicalização. Expressão maior desse giro à esquerda de Goulart, é o comício realizado na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, no dia 13 de março, onde,

cercado dos líderes da CGT, Brizola, Arraes, setores do grupo de sargentos e do movimento estudantil, anunciou para as cerca de 200 mil pessoas que ali estavam, uma série de decretos, como a nacionalização das refinarias de petróleo e a limitação dos aluguéis urbanos. Como diz Marini, naquele momento

Goulart aceitava o cabo de força com a reação. No dia 13 de março, as classes dominantes viram a esquerda unida, anunciando o fim de uma era. (MARINI, 2017, p. 104, grifo meu)

2.3.1 Cheiro de golpe, gosto de golpe. Parece golpe! Mas de que lado ele virá?

A acelerada alteração do jogo político e da relação de forças na luta de classes conduziu a POLOP a organizar o seu III Congresso na última semana do mês de março de 1964. As discussões principais do congresso giravam em torno da definição do caráter do golpe iminente. Ainda não havia consenso se viria um golpe bonapartista por parte de João Goulart ou um golpe com características fascistas. Também se pensou qual tática seria adotada frente ao horizonte golpista, e foi colocada a questão de um programa socialista da organização.

Sobre a questão do golpe, como aponta Noberto, a POLOP sentia o cheiro, mas não sabia identificar de qual lado vinha (NOBERTO, 2021). Tanto que, na historiografia sobre a organização, há algumas divergências no que diz respeito as teses apresentadas no congresso sobre o assunto e seus respectivos autores. Em alguns relatos, como de Maria do Carmo Brito, apontam para a defesa de um golpe de caráter bonapartista na tese apresentada por Theotônio dos Santos; enquanto por parte de Ruy Mauro Marini, Érico Sachs e Arnaldo Mourthé, a proposição de que o golpe viria da direita. Todavia, uma entrevista concedida por Theotônio afirma o inverso, de que ele apresentava a possibilidade de um golpe de direita, enquanto Marini insistia na tese do bonapartismo de Goulart (Cf. Noberto, 2021). O que se tem confirmado é que, por diferença de um voto, prevaleceu a tese que indicava um golpe bonapartista de João Goulart, porém, isso não constituiu um impedimento para as aproximações da organização com Brizola e seu Grupo dos 11.

No que se refere ao programa socialista, havia sido deliberado na II Conferência Extraordinária, de julho de 1963, que a partir dali deveria ser elaborado pelo Comitê Nacional uma proposta de “programa socialista para o Brasil” a ser enviado às bases, discutido e apresentado no congresso (NOBERTO, 2021). Entretanto, o programa não teve sua aprovação no congresso, pois foi considerado que não estava maduro o

suficiente, por isso, deveria voltar às bases para ser discutido e aprovado em um Congresso Extraordinário, que se realizaria em julho daquele ano (NOBERTO, 2021). Como se sabe, o golpe logo veio e o congresso marcado para o meio do ano não pôde ser realizado. O Programa Socialista para o Brasil, ou como muito referido por Sachs, o PSB, só viria ser aprovado anos mais tarde, no IV Congresso, em 1967.

O congresso se encerra um dia antes do encerramento do governo de João Goulart, no dia 30 de março. Dias antes, a revolta dos marinheiros e sargentos deram pretexto para a fração militar aliada à direita colocar seu bloco na rua. Pressionado por seus aliados a resistir, Goulart que não era afeito a um derramamento de sangue, tendo em vista a preponderância militar das forças reacionárias e sua base num movimento de massas de classe média, o então presidente deixa o país rumo ao Uruguai. Declarando na câmara federal que o cargo da presidência estava vago, o golpe há muito tentado pela direita finalmente se realiza. Após sete dias o primeiro Ato Institucional suspendia na prática a constituição (MARINI, 2017).

Logo nos primeiros acontecimentos seguidos ao golpe, a POLOP buscou constituir um grupo de resistência à intervenção militar. O caso que ficou conhecido como “Guerrilha de Copacabana”, aconteceu devido ao abrigo que a organização deu em seus aparelhos aos marinheiros e soldados que estavam sendo perseguidos por sua insubordinação aos militares golpistas. A ORM, que já possuía aproximações com os setores de baixa patente do exército antes do golpe, pretendia, com essa posição, ir conformando um braço armado contra a ditadura. Porém, dentro desse grupo acolhido, haviam infiltrados do CENIMAR, o que levou o aparelho a ser estourado em julho, culminando na prisão dos quadros mais destacados envolvidos nesse esquema. Dentre eles estavam Ruy Mauro Marini, Érico Sachs, os irmãos Arnaldo e Dirceu Mourthé, Guido Rocha e Cláudio Galeno²⁸. Ficaram cinco meses presos sofrendo tortura física e psicológica até serem soltos por um *habeas corpus* (NOBERTO, 2021).

Esse não foi o único caso em que nossos autores caíram para a repressão da ditadura. Marini foi ameaçado sucessivamente, inclusive sua família, durante seus três meses de clandestinidade após ter saído da prisão, até partir para o exílio no final do ano de 1964, rumo ao México. Apesar de ter permanecido por mais tempo no Brasil, Sachs parte para o exílio no ano de 1969, em um primeiro momento também no México, após o aumento da repressão com o Ato Institucional número cinco e de sua fuga da prisão no

²⁸ A título de curiosidade, Cláudio Galeno foi o primeiro companheiro daquela militante da organização que viria a ser a primeira mulher presidente do Brasil, Dilma Rousseff.

DOPS. É justamente no exílio mexicano que os autores objetos dessa pesquisa escrevem as obras principais aqui analisadas. Como comumente costuma-se brincar, o “bendito exílio” serviu para que pudessem se concentrar em desenvolver suas pesquisas e ampliar o contato com a militância revolucionária de outros cantos da América Latina e do mundo todo.

2.4 Estratégia e tática da revolução brasileira

Assim como já foi dito na introdução deste trabalho a escolha pela análise mais detida de *Subdesenvolvimento e revolução* e de *Caminho e caráter da revolução brasileira*, não se deu arbitrariamente ou por gosto pessoal, mas pela íntima relação que os textos possuem com o projeto teórico político derivado das formulações da Política Operária e a consonância entre os autores na elaboração de uma teoria da revolução brasileira.

A obra de Marini, apesar de ter vindo à luz primeiro, em 1969, só apareceu enquanto um livro finalizado em 1974 quando da sua quinta edição, completando os quatro artigos que o constituem. O primeiro texto escrito pelo mineiro que foi publicado em 1965, revela a intimidade supracitada. Com o título original em espanhol *Contradicciones y conflictos em el Brasil contemporâneo*, que segundo relata em suas memórias “se baseava, numa ampla medida, no relatório sobre a situação política brasileira que apresentara na última reunião do Comitê Central da Polop de que eu participara, realizado em março de 1965” (MARINI, 2022, p. 89). A importância do texto para a ORM foi tanta que se tornou uma das leituras obrigatórias de seu curso básico de formação²⁹.

O texto de Sachs foi escrito em 1970, sob o pseudônimo de Ernesto Martins e passou a circular entre a militância da POLOP em versão mimeografada, no mesmo ano. O destaque maior sobre o processo de escrita de Marini é relevante para entendermos o contexto militante em que o autor estava inserido. Quando o livro vem a público, em 1969, Marini já não estava mais nas fileiras da Política Operária, mas isso não significou um rompimento com o projeto revolucionário e muito menos com a militância. Ao partir para o Chile no final daquele ano, se organizou no *Movimiento de Izquierda*

²⁹ Curso básico da ORM-PO. Salvador: CVM, 2010.

Revolucionária, o MIR, onde também estava organizado um dos principais dirigentes da POLOP, Eder Sader.

Em consequência do aprofundado estudo sobre a formação social brasileira e seu caráter dependente, bem como as limitações e incapacidade da política reformista do PCB de dar conta da resolução das mazelas da classe trabalhadora brasileira, a conclusão sobre o caráter socialista da revolução brasileira lhes parecia óbvio. Contudo, a mera constatação desse caráter não é suficiente se não vier acompanhada de uma formulação teórica, estratégica e tática apontando não os caminhos, mas o caminho que o proletariado e seus aliados necessitam trilhar para atingir o objetivo da emancipação humana.

2.4.1 A dialética entre a formação da vanguarda e a transformação da “consciência em si”

Para definir essa linha política, é preciso que se tenha uma ampla noção sobre o papel que a consciência de classe joga nesse sentido. Já na sua *Crítica à filosofia do direito de Hegel – Introdução*, Marx está preocupado com as bases materiais de uma revolução radical, isto é, a revolução de necessidades reais. Ele mesmo afirma que essa base material é encontrada na classe que, para realização de suas necessidades reais, não reivindique sua luta por particularidades, mas que por sua condição de despossuído de sua humanidade, só pode emancipar a si mesmo mediante a emancipação da humanidade em geral. Eis que essa classe só pode ser o proletariado, que ao anunciar “a dissolução da ordem mundial até então existente, ele apenas revela o mistério de sua própria existência, uma vez que ele é a dissolução fática dessa ordem mundial” (MARX, 2013, p. 162).

Mas essa não é a derradeira palavra de Marx sobre o processo revolucionário e sobre a classe que constitui sua força motriz. Nos seus *Manuscritos econômico-filosóficos*, ele avança nessa proposição ao principiar seus estudos de economia política, o que o permite ter uma compreensão inicial sobre a relação do homem com o seu trabalho. Nessa obra, ele parte do conceito de alienação para determinar o processo de estranhamento que o homem sente em relação ao produto do seu trabalho, ao ser apropriado por um outro que o priva de suas liberdades, a não ser a liberdade de se submeter ao trabalho assalariado. Esse movimento conduz que a alienação do homem com o seu trabalho, produz uma alienação do homem com ele mesmo e com o outro homem, ou seja, um processo que o priva do seu ser genérico (MARX, 2015).

Podemos também observar a preocupação de Marx no seu texto de acerto de contas com o idealismo alemão, onde ele coloca que “a concorrência isola os indivíduos uns dos outros, não apenas os burgueses, mas ainda os proletários” e que, por esse motivo, “transcorre sempre um longo período antes que os indivíduos possam se unir” (MARX, 2007, p. 62). Em seguida, ele prossegue alertando que:

Os indivíduos singulares formam uma classe somente na medida em que têm de promover uma luta contra uma outra classe; de resto, eles mesmo se posicionam uns contra os outros, como inimigos, na concorrência. (MARX, 2007, p. 63)

Todavia, é na *Miséria da filosofia* que Érico Sachs busca refúgio para tematizar sobre o papel que o partido e a vanguarda desempenham no processo de transformação da consciência de classe. O revolucionário austro-brasileiro nos explica que, a forma que a consciência de classe que opera espontaneamente, ou seja, que existe “objetiva e passivamente”, mas que atua enquanto indivíduo em suas reivindicações, esta é denominada “consciência em si”. Enquanto uma consciência de classe que compreende seu papel na sociedade e se coloca na luta como classe, não mais como indivíduo, que corresponde ao nível político mais alto do proletariado, aparece como uma “consciência para si” (SACHS, 2024).

Esse salto qualitativo da consciência de classe do proletariado não se dá na luta cotidiana espontânea. Como Lenin já expressou em *O que fazer?*, “o elemento espontâneo da consciência, em essência, não representa nada mais que uma forma embrionária do caráter consciente” (LENIN, 2020, p. 46), o que lhes falta, segundo o bolchevique, é uma “consciência social-democrata”, que evidencie a oposição irreconciliável entre os interesses do proletariado e a ordem social existente (LENIN, 2020). Por esse aspecto que Érico Sachs diz que:

A criação da classe **para si** pressupõe a atuação consciente e contínua de um agente da história, a vanguarda revolucionária que, na medida em que o processo avança e é acelerado por ela, se transforma em partido político do proletariado. (SACHS, 2024, p. 119)

No começo do terceiro artigo de seu livro, Marini faz uma importante consideração no quesito da relação entre consciência e vanguarda. Valendo-se do referencial lukácsiano, aponta que a “consciência possível” e a “consciência real”, apenas convergem pela prática política. Em outros termos, aquilo que dado momento histórico torna possível, não corresponde à compreensão real que a sociedade e seus agentes têm desse processo. Se não fosse assim, argumenta Marini, “os problemas de estratégia e

tática não existiriam e as questões específicas da luta de classes não seriam assunto das próprias classes, mas apenas de suas ‘minorias ilustradas’, de suas vanguardas.” (MARINI, 2017, p. 164).

Dessa forma, o que determina a atuação da vanguarda se dá a partir da correspondência entre a consciência que possui do processo histórico e o grau de consciência que a classe que ela representa atingiu nesse momento. A prática da vanguarda se orienta não somente por seu estágio de compreensão da realidade, mas em elevar o nível de consciência da classe trabalhadora. Assim,

A relação que se estabelece assim entre a classe e sua vanguarda constitui a própria dialética do desenvolvimento de ambas, desembocando em sua fusão e afirmação como força social autodeterminada, capaz de levar a cabo uma prática política de acordo com seus verdadeiros interesses. (MARINI, 2017, p. 164)

2.4.2 O caráter de classe da revolução brasileira e do golpe militar

Além disso, é importante desvelar aquilo que Érico Sachs chamou de “caricatura de revolução”. Era corrente nas formulações dos partidos comunistas vinculados à III Internacional o entendimento de um caráter “democrático” e “popular” das revoluções naqueles países em que não conheceram o tipo clássico de revolução burguesa. É claro que o autor faz as devidas considerações sobre o processo revolucionário em que o proletariado não possui força física e política suficiente para levar a cabo o movimento de ruptura, como no caso chinês. Sachs esclarece que o aspecto popular desse tipo de revolução não foge do arcabouço marxista, pois trata-se de uma distinção dos modos de realização de uma revolução burguesa. O problema fundamental da leitura dos partidos comunistas, era a tentativa de substituição dos conceitos marxistas de revolução burguesa ou socialista, objetivando ocultar o sentido de classe que cada processo possui, abrindo brecha para as concepções etapistas e de aliança com determinado setor burguês. É nesse sentido que o fundador da POLOP observa:

A profissão de fé de adesão à doutrina dos fundadores do socialismo científico serve de “salvo-conduto” para as “teorias” e práticas mais absurdas. (SACHS, 2024, p. 77)

O que ocorria era uma transposição mecânica de modelos de revolução a serem adotados, independentemente os diferentes graus de desenvolvimento e composição de classe de cada país. No capítulo anterior, foram apresentadas as teses que a III Internacional

impôs, ao fim da década de 1920, aos países classificados, em sua leitura, como coloniais ou semicoloniais, implicando na adesão de táticas de “frentes de libertação nacional” ou de “frentes populares” mesmo em países já industrializados, como no caso do Brasil. É claro que, ao explicitar a contradição desse mascaramento do caráter classista do processo revolucionário, Sachs não perde de vista que há um aspecto popular dentro da aliança de classes hegemonizada pelo proletariado. Mas assim como coloca Lenin em seu texto de setembro de 1917, *O marxismo e a insurreição*, o apoio no “ascenso revolucionário do povo, figura em segundo lugar, enquanto o apoio fundamental para a vitória da insurreição, é se assentar na classe mais avançada, isto é, o proletariado (ULIANOV, 2023).

Essa desmitificação conduzida por Sachs, é de tal importância pois o “simples abandono da tese da revolução burguesa” não é suficiente para a elaboração de uma estratégia e tática marxista que possa ser exitosa. De outro modo, se escorar apenas na fraseologia revolucionária serve apenas para a “manutenção e práticas pequeno-burguesas” (SACHS, 2024, p. 74). Em consonância com a posição de Lenin³⁰,

Para os marxistas, as possibilidades históricas e, portanto, os objetivos de um determinado processo revolucionário têm que ser definidos com toda a clareza, para que se possa desenvolver uma estratégia correspondente. (SACHS, 2024, p. 78)

Assim como a simples recusa da tese da revolução burguesa e a condenação de seu caráter “democrático” e “popular”, o mero reconhecimento do caráter socialista da revolução não é suficiente para constatar que o momento histórico está maduro para o desencadeamento do processo. É preciso saber captar o movimento real da luta de classes para saber influir de modo objetivo e possibilitar a resolução vitoriosa do proletariado. Há lutas que não são propriamente socialistas, mas que visam o melhoramento da qualidade de vida da classe trabalhadora e acabam contribuindo para o alcance dos objetivos socialistas, bem como para o amadurecimento da consciência da classe em luta. No contexto da ditadura militar, as lutas parciais ganham contornos ainda mais especiais.

A intervenção militar, é considerada por Marini como uma “ratificação do compromisso de 1937” (MARINI, 2017, p. 154), ou, se preferir, nas palavras de Sachs, “um capítulo a mais da ‘revolução burguesa’” (SACHS, 2024, p. 94). A ditadura militar, ao mesmo tempo em que aprofundou a condição de socio-menor do imperialismo

³⁰ Ver Discutam sobre tática, mas forneçam palavras de ordem claras! In: ULIANOV, Vladimir Ilitch. **Estratégia e tática da hegemonia proletária**. São Paulo: LavraPalavra, 2023, p. 130-132.

estadunidense, contribuiu para transformar o país no centro propagador da expansão imperialista na América Latina (MARINI, 2017). A categoria de “subimperialismo”, proposta por Marini, expressa cabalmente esse processo transformador. Um dos pilares fundamentais de sustentação dessa política subimperialista, foi a estruturação de um complexo industrial-militar durante os governos militares.

O Plano Trienal de Castelo Branco, elaborado pelo então ministro do planejamento Roberto Campos, tinha como meta um ritmo descendente do crescimento do produto interno ao mesmo tempo que buscava conter o aumento geral de preços (MARINI, 2017). Na verdade, esses objetivos visavam atingir outros objetivos, o do equilíbrio da balança de pagamentos, redistribuição da renda e uma democratização do capital. Na análise feita por Marini, a partir dos dados da própria Confederação Nacional da Indústria (CNI), essa democratização servia para aumentar o controle e o acesso do capital estrangeiro no país. Isso era comprovado pelo Plano de Roberto Campos, ao definir a formação bruta de capital fixo em 17% ao ano. Em outras palavras, o investimento na ampliação da capacidade produtiva, enquanto para o capital estrangeiro, ficou na casa dos 28% em 1965 e dos 29% em 1966. Isso contribuía para uma redução da poupança nacional de 15,8% para 13% no mesmo período (MARINI, 2017).

A constante fluidez da disponibilidade de crédito e tecnologia do capital imperialista é o caminho mais fácil para a burguesia dependente enfrentar suas crises. É assim que a ditadura militar cumpriu sua tarefa de consolidar uma indústria de bens de consumo duráveis e de equipamentos, com uma alta composição técnica da produção, reduzindo a mão de obra e colocando o país no patamar de potência industrial. Nesse momento, se inicia um novo setor da economia brasileira, o da indústria bélica. Segundo Marini, iniciado ainda no governo de Goulart, quando seu ministro de guerra assina um contrato para a compra de 50 mil fuzis belgas, com a possibilidade de reprodução do material no país. Esse acordo foi continuado pelo governo militar, e no mesmo período, o novo presidente do CNI, o general Edmundo Macedo Soares e Silva, declarou que deveria preconizar por uma política de substituição de importação dos equipamentos militares (MARINI, 2017). Além do mais, o presidente do recém-criado Grupo Permanente de Mobilização Industrial, que reunia as regiões mais industrializadas do país, declarou que a indústria bélica brasileira fabricaria armamentos e veículos para a colaboração com os Estados Unidos na guerra do Vietnã, sob o argumento de que ocuparia a capacidade ociosa das fábricas e geraria milhares de empregos.

A partir de 1964, o Brasil passa a ocupar de longe o primeiro lugar na América Latina nos programas de investimento público e privado auspiciados pela Aliança para o Progresso. Contudo, o capital estrangeiro se recusou a promover o desenvolvimento de setores reservados aos países avançados - como a aeronáutica – e o governo estadunidense obstaculizou as pretensões brasileiras de ter acesso ao domínio da tecnologia nuclear. (MARINI, 2017, p. 258)

Nota-se que o subimperialismo brasileiro ainda se dá nos marcos da cooperação antagônica, pois apesar de atingir um patamar mais avançado em detrimento dos outros países do continente, continua subordinado aos interesses do imperialismo, muitas vezes se chocando com ele. Isso se explicita também nas relações do Brasil com seus países vizinhos. Com a alta produtividade alcançada pela indústria brasileira e sua diversidade tecnológica, o mercado interno não possuía a capacidade para absorver essa produção e realizar o ciclo do capital na própria economia. Desse modo, a exportação de mercadorias manufaturadas, e posteriormente do capital brasileiro, rumo as economias de outros países latino-americanos, foi a forma encontrada pela burguesia de garantir seus lucros.

Aquilo que antes era uma exceção para superar os pontos de estrangulamento da produção interna, passa a ser a regra da política econômica dos governos militares. O Brasil agora era dotado de capacidade de extrair das economias mais próximas parte da produção de seu mais-valor, contudo, não podia converter essa nova fonte em formas de elevação do nível de vida do país, por conta da necessidade de remeter lucros cada vez mais exacerbatantes aos Estados Unidos. Essa política acabaria por incomodar as burguesias mais fortes do continente, como no caso a Argentina. Entretanto, dado o perigo iminente das mobilizações operárias, a cooperação torna-se sempre a parte mais visível que o antagonismo. Esse papel mais ativo e preponderante que o estado brasileiro passa a ter, aliado ao poderio militar próprio que foi se conformando, o país se converteu no baluarte da dominação imperialista na Americana Latina, tendo uma considerável influência na propagação dos golpes que instauraram os vários Estados de Contrainsurgência ao longo das décadas de 1960 e 1970.

Dada essa constatação, conseguimos compreender com maior clareza a consideração de Sachs ao observar que existe um denominador comum na estrutura, na história e no futuro dos países latino-americanos, e que, por isso, o processo revolucionário é continental, pelo menos em sua parte latina (SACHS, 2024). Apenas em uma perspectiva socialista é que o processo revolucionário assume sua perspectiva

continental, dotado de capacidade de vencer o inimigo comum, o imperialismo, e assim, enfrentar os problemas herdados de uma burguesia subdesenvolvida.

Somente os objetivos socialistas e as classes que os encarnam podem desenvolver a solidariedade continental necessária à luta de emancipação e superar os particularismos “chauvinistas” e interesses locais, que caracterizam a fase das lutas burguesas. (SACHS, 2024, p. 74-75)

2.4.3 O Governo de Transição como possibilidade

A questão agora colocada não se restringia a definição de uma estratégia capaz de fazer o movimento da classe trabalhadora avançar na luta pelo socialismo, mas também em como dar forma a essa problemática no contexto de enfrentamento à ditadura militar. Isso não implicava em uma mudança no caminho seguido pelos revolucionários, porém, havia mediações táticas exigidas pelo contexto repressivo que eram distintas da forma de dominação dentro de uma ditadura velada da burguesia, ou, se preferir, em um contexto de democracia burguesa.

Para Marini e Sachs, estava descartado fazer coro com a tática pequeno-burguesa de redemocratização proposta pelos setores reformistas e pelo PCB. O que estes últimos propunham, era reestabelecer as condições de participação política das massas e acelerar o desenvolvimento do país. Tratava de remontar a política de colaboração de classes, assim,

baseada em sua concepção da Revolução Brasileira, essa esquerda não chega hoje a outro resultado que não o de assinalar, como saída para a crise atual, uma volta ao passado. (MARINI, 2017, p. 135)

Nessa perspectiva, o reestabelecimento do *status quo*, estabeleceria apenas um intervalo para que a classe dominante preparasse uma nova forma de ditadura aberta (SACHS, 2024). Embora, como já dissemos, a simples recusa ao reformismo pequeno-burguês e a constatação do caráter socialista da revolução brasileira não bastam para confirmar sua maturidade. Então, qual deve ser o caminho adotado para o enfrentamento à dominação da burguesia subimperialista e seu chefe estadunidense? Assim se coloca o problema do Governo de Transição.

Anteriormente, expus que a proposição por um Governo Revolucionário dos Trabalhadores, comumente chamada por GRT, figurava como uma das palavras de ordem centrais nas teses da ORM-POLOP, como uma alternativa possível para a transição entre

o domínio burguês e a ditadura do proletariado. Em *Caminho e caráter da revolução brasileira*, Sachs demonstra a tessitura de sua elaboração.

Os Governos de Transição, são formas de impor derrotas à burguesia e ao sistema capitalista, não por medidas reformistas, mas fazendo valer as demandas revolucionárias, ainda que o poder proletário não tenha se estabelecido. Por isso, esse tipo de governo não se estabelece por via eleitoral, mas se apresenta em um momento em que a rebelião do proletariado contra a dominação burguesa vai ganhando forma cada vez mais definida, ainda que não possua as condições de construção de uma nova sociedade. Mas ainda assim, esse governo não pode se apoiar nas estruturas legais do estado burguês, antes, deve encontrar sua força nas organizações das massas trabalhadoras e em suas próprias forças armadas. Essa é a característica que separa definitivamente o GRT dos ditos governos “populares” e “democráticos”, que “sob o rótulo radical procuram salvar e conservar o aparelho estatal burguês e governar com ele”, ou melhor, “serão ‘governos de transição’ da burguesia para a burguesia” (SACHS, 2024, p. 97).

A explicação dada por Sachs sobre o porquê esse tipo de governo, já nas mãos do proletariado e de seus aliados, não impõe diretamente a ditadura do proletariado, se deve ao fato de que sua realização se dá ainda dentro do quadro ideológico burguês. É no próprio Governo de Transição que as contradições se agudizam ao ponto de impulsionar a vanguarda revolucionária a elevar mais rapidamente a consciência da classe proletária no entendimento da necessidade do socialismo. Se é de transição, então não pode significar uma solução a longo prazo. Não é possível que a classe operária governe por muito tempo sob a ordem social burguesa,

Ou dá o passo decisivo para a ditadura do proletariado ou será vencida pelas leis econômicas sociais capitalistas e terá que ceder o lugar novamente às forças burguesas aliadas ao imperialismo. (SACHS, 2024, p. 99)

Todavia, para se manter e fazer avançar o processo revolucionário, atacando as bases da contrarrevolução, esse governo deve garantir uma democracia revolucionária capaz de permitir aos trabalhadores a tomada completa do poder. Para isso, há medidas que esse Governo de Transição deve tomar para desenvolver a luta de classes em melhores condições. Dessa forma, esse tipo de governo acaba por cumprir uma etapa democrática durante a transição socialista. Não significa, entretanto, que seja uma revelação de um etapismo democrático-burguês penetrado nessa perspectiva, mas ao

contrário, como diz Marini em seu prefácio ao livro de Vânia Bambirra sobre a revolução cubana, é a expressão

de uma determinada correlação de forças, na qual o poder burguês ainda subsiste, a classe operária ainda não demarca totalmente seu próprio poder para enfrentar definitivamente o poder burguês e a constituição da aliança revolucionária de classes segue seu curso mediante a incorporação a ela das camadas atrasada do povo. É nesse marco que a ideologia pequeno-burguesa começa a se ofuscar no seio do bloco revolucionário, como o presente estudo demonstra para o caso cubano. (MARINI, 2024, p. 24)

Prosseguindo no detalhamento de Sachs, o autor indica que a proposta do GRT está estreitamente vinculada à elaboração da já citada estratégia do IV Congresso da Internacional Comunista a respeito de um processo global da revolução mundial. Como sabemos, dentre os membros da comissão que viriam a elaborar um programa de transição estava August Thalheimer, que colaborou para o entendimento de que a reivindicação de um “Governo Operário-Camponês”, como forma de governo de transição, se enquadra como palavra de ordem quando existe uma situação revolucionária, onde o partido comunista ainda não possui a maioria da classe, servindo justamente para fomentar o avanço do processo em curso. É válido destacar que, um mês antes desse congresso, o autor de *A lenda do outubro alemão*, escreve um texto no qual declara:

O programa comunista que devemos escrever deveria voltar na sua forma (no plano básico), mas não em seu conteúdo, ao modelo do Manifesto Comunista, no sentido de que deve conter, ao lado da descrição e justificativa dos objetivos e princípios comunistas, as demandas de transição que, partindo da base da democracia burguesa e do sistema de produção e propriedade capitalista, ultrapassam a si mesmas. (THALHEIMER, 2015, p.14, tradução nossa)³¹

2.4.4 Sobre a hegemonia proletária e o partido revolucionário da classe trabalhadora

Foi citada brevemente a questão acerca da hegemonia do proletariado dentro do arco de alianças possíveis para o desencadeamento da revolução brasileira. É preciso agora que se esclareça melhor como se dá a hegemonia proletária dentro desse processo revolucionário e as implicações que o conduzem a ocupar esse papel histórico.

³¹ Do original: El programa comunista que debemos redactar debería volver en su forma (en el plan básico), pero no en su contenido, al modelo del Manifiesto Comunista, en el sentido de que debe contener, al lado de la descripción y justificación de los objetivos y principios comunistas, las demandas transicionales (Übergangsforderungen), las medidas políticas y económicas transicionales que, partiendo de la base de la democracia burguesa y del sistema de producción y de propiedad capitalista, "se sobrepasan a sí mismas." (THALHEIMER, 2015, p.14)

Recorrendo mais uma vez a Érico Sachs, colocar a questão da hegemonia já é raciocinar em termos de uma aliança de classes, que nos termos brasileiros, segundo ele, acabam por incluir os trabalhadores do campo e as camadas radicalizadas da pequena burguesia urbana. Ao assinalar a presença da pequena burguesia, Sachs é objetivo em colocar as camadas radicalizadas da pequena burguesia e não seu conjunto, justamente pelo caráter vacilante e ambíguo dessa camada da sociedade, que ao mesmo tempo que pode ser uma potencial aliada, serve como uma força reserva da burguesia (SACHS, 2024).

Ruy Mauro Marini é pontual ao enfatizar a derrota sofrida em 1968 pela esquerda revolucionária e pelo movimento de massas, que coincide com o ascenso da hegemonia pequeno burguesa em sua condução. Aceitando o confronto direto com o regime militar, ao invés de aproveitar possibilidades táticas possíveis de serem exploradas, como a mobilização operária que ganhava novo fluxo. Nessa escolha pela luta armada, se viu sozinha e isolada, contudo, essa constatação não significa que Marini rechace por completo a tática armada de enfrentamento, mas que de acordo com a situação concreta, nesta etapa, era preciso colocar em destaque o acirramento dos conflitos de classe e a mobilização em direção a um movimento de massas revolucionário. Se no contexto brasileiro a luta armada se faz necessária, deve ser entendida como um ponto de chegada e não de partida (MARINI, 2017).

A hegemonia do proletariado faz com que necessariamente sejam seus interesses os que primem no programa revolucionário, uma vez que o contrário implicaria a pretensão de mobilizar o proletariado em função de reivindicações que, não sendo as suas, correspondem às de outras classes, o que - independentemente de propor ou não o caminho armado - significaria reincidir no reformismo e na colaboração de classes. (MARINI, 2017, p. 268-268)

O proletariado é a única classe capaz de arrastar consigo todas as outras camadas exploradas e oprimidas da sociedade, ao apresentar, como já disse Marx, a possibilidade de emancipar não só a si mesma, mas a humanidade em geral. Contudo, na presente discussão, é de vulto esclarecer que, dentro de uma estratégia revolucionária, ao mesmo tempo em que não se pode trabalhar a partir de considerações abstratas como a noção de “povo”, também no que se refere a classe trabalhadora, é preciso destacar que há setores estratégicos em seu seio, e que, por isso, acabam por possuir um maior destaque e direcionamento da atuação revolucionária.

Quando Lenin redigiu, em fins de 1897, *As tarefas dos social-democratas russos*, tinha como objetivo direcionar a ação prática de seu partido na mobilização de classe do

proletariado, naquele momento, em suas manifestações socialistas e democráticas. Mesmo sabendo que o proletariado e sua expressão fabril constituía a menor parte do povo russo, Lenin foi categórico ao afirmar já nesse contexto, que o trabalho dos social-democratas, “dirige-se antes e acima de tudo aos operários das fábricas urbanas” (ULIÁNOV, 2023, p. 29), pois, dado o limitado contingente de quadros revolucionários, o partido não podia dissipar suas forças em todos os setores possíveis. Mas, isso não significa ignorar o trabalho com as outras camadas do proletariado. Lenin esclarece que, ao estabelecer uma organização revolucionária estável entre os operários, acabam por influir os outros setores, porque as condições de vida dos operários fora da fábrica os põem em contato com essas outras camadas, nas cidades, bairros e feiras.

A disseminação do socialismo e da ideia da luta de classes entre os operários urbanos vai inevitavelmente fazer com que essas ideias circulem entre os canais menores e mais dispersos. Isso requer que essas ideias criem raízes profundas entre os elementos melhor preparados e se espalhem pela vanguarda do movimento operário russo e da revolução russa. (ULIÁNOV, 2023, p. 30)

Isso corrobora diretamente com a crítica feita por Sachs aos setores da esquerda revolucionária, que colocavam o foco guerrilheiro, a luta armada e a mobilização camponesa como elemento fundamental da estratégia da revolução brasileira, partindo da tática de cercamento da cidade pelo campo. Destaca-se o grupo de Carlos Marighella, a Ação Libertadora Nacional (ALN), que a partir de uma concepção subjetivista da estratégia, partia da premissa de que era a ação revolucionária a criadora da situação revolucionária. Estava ignorando um elemento básico para Marx e Lenin, que a vanguarda revolucionária deve ter capacidade de discernir os mecanismos que conduzem a vida da sociedade e saber aproveitar as tendências de uma situação revolucionária criada pelo próprio movimento da luta de classes, na medida em que consigam mobilizar e dirigir a classe revolucionária, transformando essa situação em revolução (SACHS, 2024). E assim ele prossegue:

A população do campo, trabalhadores assalariados, meeiros, posseiros e pequenos camponeses, só vai se movimentar, organizar e intervir nas lutas de classe em escala nacional, em torno de um movimento proletário nas cidades, em torno de uma classe operária que defenda os interesses elementares dos seus aliados no campo e os ensine a lutar, dando o exemplo da própria luta. Por isso, no presente momento e por algum tempo, o “problema-chave” não é a “questão camponesa” e, sim, a situação do proletariado, sem o qual não resolvemos o problema do campo; e a “zona estratégica” é a cidade, onde essa classe operária tem de ser formada e mobilizada. (SACHS, 2024, p. 144).

Isto posto, para desvencilhar qualquer possível incompreensão, a referida possibilidade de um Governo Revolucionário dos Trabalhadores não era o que constituía a estratégia central dessa teoria da revolução brasileira. No entendimento marxista-leninista que sustenta o pensamento de Marini e de Sachs, a noção de estratégia e tática é derivada da teoria militar, que parte da consideração de que a tática se refere ao modo como as forças disponíveis serão mobilizadas em uma batalha específica, enquanto a estratégia se define pelo uso dessa batalha para o atingimento do objetivo final da guerra.

Partindo desse pressuposto, Érico Sachs pondera que a definição de uma determinada estratégia na luta de classes, só pode ser efetiva ao passo que exista um exército a ser conduzido na batalha. Sem essas condições, como já colocado por Lenin no citado texto de 1897, especular qual método uma organização utilizará para dar o golpe contra a dominação autocrática, além de ser um “doutrinarismo vazio”, seria “como generais chamarem um conselho de guerra antes de terem reunidos as tropas, antes de ter mobilizado uma campanha contra o inimigo” (ULIÁNOV, 2023, p. 41).

Por isso a escolha pelo uso do termo “linha estratégica” para esclarecer qual deve ser o propósito primordial de uma organização revolucionária naquelas condições. Essa linha estratégica, de fato, era *Formar a vanguarda proletária*, também título de um texto de Sachs, escrito em 1967, que nos permite retomar a questão da vanguarda revolucionária já muito mencionada ao longo do capítulo. Se sabe que a vanguarda é o destacamento mais avançado da classe trabalhadora, e que seu papel é conseguir dirigir essa classe rumo ao desfecho vitorioso da revolução brasileira; mas não foi colocado em termos como esse destacamento avançado se constitui. O que foi apresentado até aqui, foram “conceitos estratégicos para um exército em potencial, a classe operária, dizendo o que se deve fazer, e o que devia ter feito, no interesse do progresso revolucionário do país.” (SACHS, 2010, p. 88).

A penetração dos revolucionários no seio do proletariado, é o aspecto essencial capaz de formar os quadros necessários para a criação do exército revolucionário e da vanguarda competente que o lidere. A base da atuação desses quadros deve ser o local de trabalho, se inserir na dinâmica da luta cotidiana dos operários como forma de agitar e propagandear entre os trabalhadores a perspectiva e os objetivos socialistas. Essa mobilização não pode prescindir de se iniciar em situações não revolucionárias, ou em momentos que o movimento da classe esteja em refluxo. Como alerta Sachs,

Querer esperar que surja de novo um movimento de massa para enfrentar o problema da penetração na classe operária é confiar nas

soluções espontâneas que a luta política possa apresentar. Não negamos o papel da espontaneidade no movimento de massas, mas esse sempre reflete o grau de consciência e experiência já adquirida no passado. (SACHS, 2010, p. 93).

Uma das formas mais importantes de organização dos trabalhadores em seu local de trabalho, são os “comitês de empresa”. Esses comitês, configuram um instrumento básico de sustentação da luta econômica e política da classe operária. São organismos vinculados diretamente à classe, que possibilitam o início de sua atuação independente. Sua formação não é inédita na história do movimento dos trabalhadores, na verdade, a proposta pela palavra de ordem de formação desses comitês, tinha respaldo na realidade concreta daquele momento histórico.

Analisando as lutas de massas daquele período, Marini observou que a classe operária, privada dos seus sindicatos, forjou esse instrumento como forma de se “afirmar novamente na luta de classes” (MARINI, 2017, p. 178), logo após três anos do golpe militar. O elemento que aglutinava essa organização eram as lutas por reivindicações imediatas, mas que enquadravam a política econômica da ditadura ao mesmo tempo que a denunciava. Ainda, os comitês conseguiram combater tanto os sindicatos, intervindo pelo estado, quanto aqueles controlados pelo sindicalismo pelego. Estando os quadros revolucionários fazendo parte desse processo, surge a oportunidade de recrutar, dentre os operários mais avançados, novos quadros, o que possibilita ir se formando a vanguarda revolucionária e ir cumprindo seu papel de

Lutar ao lado dos trabalhadores, onde e como estes se lançam ao combate, esforçando-se em elevar o nível da consciência e desenvolver as formas de organização que eles mesmos encontram. Antes de tudo, seu papel é o de proporcionar às classes revolucionárias uma direção política através da qual as lutas parciais que agora têm lugar se encaminhem progressivamente para o assalto direto do bastião da burguesia. (MARINI, 2017, p. 201)

Partindo para a conclusão desse capítulo, o que apresentamos aqui foi como, a partir de uma leitura profunda da formação social brasileira e da dialética das lutas de classes no país, Ruy Mauro Marini e Érico Sachs puderam consolidar uma robusta teoria da revolução brasileira e afirmar, sem ressalvas, a atualidade da revolução socialista³² no Brasil. Essas considerações finais, expõem as condições fundamentais para a formação de um futuro “partido revolucionário da classe trabalhadora”, que surgido do

³² Ver LUKÁCS, Gyorg. **Lênin**: um estudo sobre a unidade de seu pensamento. São Paulo: Boitempo, 2012.

amadurecimento do conflito entre a classe operária e a burguesia, constitui o resultado da fusão da teoria marxista com o movimento operário vivo³³.

Esse partido revolucionário, do qual a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária e seus quadros tanto mencionavam, não significava a criação de mais uma legenda ou mais um agrupamento político onde aqueles identificados com a visão de mundo marxista-leninista pudessem se abrigar. Antes disso, o partido revolucionário que eles tanto lutaram para formar, se aproxima muito mais da noção de partido político da classe operária colocado por Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista*; como uma forma de que a classe trabalhadora se lance na luta política de forma independente, momento em que a transformação da “consciência de classe em si” para a “consciência de classe para si” ganha contornos definitivos. Por isso, conclui Sachs, “a colaboração mais efetiva que podemos dar ao movimento comunista internacional é prosseguir e avançar na luta pela formação do partido revolucionário do proletariado brasileiro” (SACHS, 2024, p. 181).

De modo geral, concluímos que o trabalho feito por esses intelectuais e revolucionários se destacava em relação ao que se tinha em debate e que foi se desenvolvendo ao longo da ditadura militar. Acompanhando a trajetória de Marini e Sachs, vemos que, em um dado momento, que procuraremos explorar no capítulo seguinte, a perspectiva socialista e a própria discussão sobre a revolução brasileira começam a perder espaço dentro dos debates não só acadêmicos, mas também das próprias organizações e partidos. E, mesmo assim, ambos permanecem convictos e munidos das “armas da crítica”, na colocação da revolução socialista brasileira como forma de resolução da superexploração dos trabalhadores brasileiros.

Se quisermos resumir essa incessante posição de Ruy Mauro Marini e Érico Sachs, para eles, “o problema fundamental das lutas de classes no país”, continuava a ser “o da formação dessa classe operária capaz de dar conta de sua missão” (SACHS, 2024, p. 106), pois, “o elemento central da estratégia leninista é sempre a formulação de uma política operária, de luta pelo socialismo” (MARINI, 2017, p. 206).

³³ Programa Socialista para o Brasil [1967]. In: **POLOP**: Uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil. Salvador: CVM, 2009. p. 97-128.

CAPÍTULO 3 – Dançando em campo minado: Ruy Mauro Marini e Érico Sachs em meio à chamada redemocratização e à “nova esquerda” brasileira

A nova década que se iniciava em 1970 pode ser caracterizada por um momento de transformação profunda e radical no seio da esquerda brasileira, em especial, do movimento comunista. Nesse período, quase a totalidade dos principais expoentes da Política Operária já estavam exilados. Uma fração significativa se abrigou no Chile, entusiasmados com o horizonte de oportunidades que a vitória da Unidade Popular abria, e alguns, como o caso de Érico Sachs, partiram para Europa. É evidente que esse exílio forçado provocou uma série de consequências na recepção do pensamento desses autores no país. Devido à intensa repressão e censura da ditadura militar, o contato entre os exilados e os militantes que ficaram no Brasil se tornou muito restrito, ainda mais por parte daqueles que rumaram para o exílio com sua prisão já decretada no Brasil, como o caso de Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra. Nesse capítulo, irei desdobrar a pergunta fundamental que orientou essa pesquisa: por que esses autores exilados, sobretudo Marini e Sachs, só vieram a ter seu pensamento político e suas obras conhecidas no Brasil a partir de mais de dez anos após o fim da ditadura militar?

3.1 O “bendito exílio”

3.1.1 Momentos de tensão e de coesão interrompida

Antes de adentrar especificamente na hipótese trabalhada, é importante elucidar os caminhos que Marini e Sachs tomaram a partir de sua separação política e pessoal por conta do exílio. Alguns anos antes, mais especificamente em 1967, a POLOP realizou seu IV Congresso, época em que Ruy Mauro Marini não estava mais nas fileiras da organização. O ponto principal desse primeiro congresso realizado na clandestinidade era a aprovação do Programa Socialista para o Brasil, que já vinha sendo debatido e desenvolvido desde a preparação para o III Congresso. O Programa era estruturado em seis partes, começando por uma análise do desenvolvimento da luta de classes em escala mundial e no Brasil. Em seguida, partem para a descrição da formação social brasileira para assim demonstrarem o caráter e a atualidade da revolução socialista no país. Ao final, são expostas quais seriam as tarefas da vanguarda proletária e a possibilidade de edificação de um Governo Revolucionário dos Trabalhadores como alternativa para a superação da ditadura militar dentro de um processo de transição ao socialismo.

Quando chegou para apreciação dos delegados, o Programa Socialista para o Brasil não foi o único apresentado. Havia outras duas propostas que, ao final, se aglutinaram em uma única para fazer frente à proposta principal. Já existiam, antes do congresso, algumas discordâncias fundamentais com as teses que estruturavam a organização. Assim, articulações internas foram surgindo em oposição à direção nacional. Isso era mais verificado nas secretarias regionais de Minas Gerais, São Paulo e Guanabara. Cada uma delas apresentou uma proposta para combater o “PSB”. A oposição mineira apresentou a tese “A tendência e o caminho da revolução”, considerando que o caráter da revolução era nacional-democrático, articulada pela estratégia da guerra popular prolongada e a defesa de uma Assembleia Nacional Constituinte. A da Guanabara apresentou “Libertemos o país do imperialismo”, propondo a mesma estratégia para sustentar uma revolução de libertação nacional. A ala paulista não obteve êxito para concluir um programa próprio para levar ao congresso.

Enfim, as três frações se unificaram em torno do programa de Minas Gerais, que passou a incluir posições foquistas do debrayismo³⁴. A votação acirrada terminou em 16 votos pelo Programa Socialista para o Brasil, e 14 votos para o programa da oposição. Estava evidente que a coesão da organização, que já estava abalada, acabava por ruir completamente. Os grupos opositores redigiram uma carta após o congresso, com o título “Carta aberta aos revolucionários”, exacerbando suas discordâncias acerca da afirmação de que o Brasil constituía um capitalismo industrial e que essa equivocada tese conduzia a organização a uma “visão deformada da correlação de forças existente entre as classes sociais que lutam pelas transformações revolucionárias no país” (NOBERTO, 2021, p. 652). Essas dissidências da PO viriam a formar três organizações que marcaram a luta contra ditadura militar, a saber: o Comando de Libertação Nacional (COLINA) fundado pela unificação do grupo de Minas Gerais e do Rio de Janeiro; a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) fundada pela oposição paulista. Dois anos mais tarde, as duas organizações se juntaram para a formação da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), conhecida pela ação do roubo do cofre do Adhemar³⁵.

³⁴ Concepção revolucionária que pressupunha o foco guerrilheiro como estratégia fundamental para a consolidação da revolução socialista na América Latina. A referência principal teórica dessa vertente é o livro **A revolução na revolução**, de Régis Debray (1968).

³⁵ O roubo do cofre do Adhemar, foi uma ação realizada pela VAR-Palmares em 18 de janeiro de 1969. O cofre ficava no Rio de Janeiro, na casa de uma ex-secretária do ex-governador de São Paulo. Segundo relatos de guerrilheiros da organização, o cofre possuía mais de 2,5 milhões de dólares.

A ORM-POLOP, tal como fundada em 1961, já não tinha condições de continuar existindo após o congresso. Os que permaneceram fiéis ao Programa Socialista para o Brasil se articularam com a “Dissidência Leninista”, composta por membros saídos do PCB do Rio Grande do Sul, para fundarem o Partido Operário Comunista (POC). Ressalto a importância dessa crise que gerou o racha da Política Operária, pois algumas características essenciais das discordâncias dentro da organização permaneceram ao longo de toda a década, gerando debates acirrados, sobretudo entre as bases da militância que permaneceram no país e parte da direção que estava no exílio, com destaque para Érico Sachs.

O velho revolucionário austro-brasileiro foi sempre o maior alvo dos ataques e críticas daqueles que discordavam dos rumos da organização. De certa forma era como se Érico encarnasse a figura do partido. Em *Mais uma vez a pequena burguesia*, um dos últimos escritos políticos antes de partir para o exílio, Sachs escreve uma resposta aos ataques diretos vindos da oposição de Minas Gerais. Ao longo do texto, Sachs desmonta toda a argumentação levantada por eles, destacando, em primeiro lugar, sua incompreensão sobre as reivindicações específicas da classe operária ao confundi-las com economismo³⁶; em segundo, a sobreposição das chamadas lutas legais em detrimento da organização do proletariado a partir dos comitês de fábricas; e, em terceiro lugar, o que mais me interessa, a ênfase dada pela oposição mineira para o papel da pequena-burguesia e da classe média no governo de transição.

Nesse último ponto, o SR de Minas Gerais afirma que as contradições entre o proletariado e a pequena-burguesia só podem ser resolvidas durante a fase socialista da revolução, isto é, enquanto não estiver consolidada a ditadura do proletariado, a pequena burguesia será parte fundamental na construção de um governo de transição, pois sua incompatibilidade com os interesses da grande burguesia imperialista, a aproxima do proletariado. A questão levantada por Sachs é a seguinte: se a resolução do conflito entre o proletariado e a pequena-burguesia deve ser um problema da “fase socialista”, no momento anterior, isso significa que esse conflito não exista? E, em existindo, o proletariado deveria abandonar suas reivindicações de classe e aguardar a chamada “fase socialista”?

O que fica evidente na argumentação da ala mineira, segundo Érico Sachs, é que propõem submeter a linha política da organização aos anseios pequeno-burgueses,

³⁶ O termo utilizado por Sachs é esse mesmo e não o economicismo, corrente reformista e pequeno-burguesa da esquerda muito combatida por Lenin e outros revolucionários.

quando, na verdade, o governo de transição, tal qual esboçado no Programa Socialista para o Brasil, é um momento de aguçamento de todas as contradições que permeiam a sociedade burguesa. É no decorrer desse processo que as partes pequeno-burguesas que aderirem ao governo de transição abandonam os seus interesses, no lugar de seus interesses futuros, e passam a adotar o ponto de vista do proletariado. E, enquanto isso não se concretiza, seria preciso uma “luta sem tréguas contra a ideologia – contra o ponto de vista da classe média” (SACHS, 2010, p. 61).

A parte do POC identificada com a Política Operária ficou pouco tempo no partido. Logo, em 1970, rumaram para a fundação de outra organização que buscava retomar as características da antiga ORM-POLOP, tanto que o nome do novo agrupamento era Organização de Combate Marxista Leninista – Política Operária (OCML-PO). A própria escolha pelo nome e o modo como a fundação dessa organização foi conduzida já demonstrava a permanência das debilidades e falta de coesão permanente entre base e direção. Não adentrarei nos pormenores dessas intensas discussões. O que quero deixar registrado é que, dentro desse quadro se dará um dos rachas mais significantes e polêmicos entre as duas figuras de maior expressão da organização, Érico Sachs e Eder Sader. Nesse período, Sachs estava morando na Alemanha, onde após trabalhar como tradutor na empresa Deutsche Welle, passou a lecionar a matéria de língua portuguesa na Universidade de Heidelberg. Ao longo do capítulo irei retomar esse caloroso debate público entre esses antigos camaradas, mas está aberta aqui a janela de oportunidade para já elucidar o caminho de Ruy Mauro Marini no seu exílio Mexicano e Chileno, onde esteve por muito tempo dividindo trincheiras com o próprio Sader.

3.1.2 Um revolucionário pela América Latina: os exílios mexicanos e chileno de Ruy Mauro Marini

Em seu primeiro exílio mexicano, Marini teve a oportunidade de aprimorar sua formação intelectual. Nesse período, seu aprofundamento teórico e sua prática militante se tornaram reconhecidos ao ponto de atingir proporções internacionais. Logo no primeiro ano, reencontrou André Gunder Frank, que estava lecionando na Universidade Autônoma do México (UNAM). Essa conexão com o antigo colega da UNB permitiu que Marini estabelecesse maiores contatos naquele país. Assim, rapidamente encontrou espaço para trabalhar no Centro de Estudos Internacionais do Colégio do México, e é ali que escreve

o já muito mencionado primeiro artigo de *Subdesenvolvimento e revolução*. O prestígio desse artigo lhe rendeu o convite para participar do corpo editorial da revista *Foro Internacional*, vinculado ao Colégio do México, onde permaneceu até 1969, como conta em suas memórias (Cf. MARINI, 2022). No final de 1965, no mesmo Colégio, passou para o cargo titular da disciplina “História Diplomática da América Latina”.

Seus cursos e artigos tiveram tamanha repercussão, principalmente entre os jovens engajados no movimento estudantil, que em 1967, o Colégio lhe concedeu a oportunidade de criar um seminário de pós-graduação. Eram convidados desses seminários intelectuais mexicanos e estadunidenses. Também Marini soube aproveitar que o México era um dos principais pontos de encontro dos opositores à ditadura militar, que na passagem de Celso Furtado, Octávio Ianni e Hélio Jaguaribe, os convidou para ministrar palestras para o curso. Em 1968, finalmente consegue uma cátedra na prestigiada UNAM para o curso de “História do Brasil e seus Antecedentes Portugueses”. A demanda pelo curso era tanta que para comportar o número de alunos, precisou se deslocar da sala de aula para um auditório. Como ele mesmo conta, um tanto tímido, era como ele tivesse se tornado uma espécie de celebridade entre os estudantes que o pressionaram a ponto de criar um seminário de leitura de *O Capital*, que ocorria em sua casa aos sábados, pela manhã, e reunia alunos e professores da universidade (MARINI, 2022). Porém, logo o clima da repressão começou a esquentar, e Marini se viu encurralado. Por conta de seus antecedentes militantes e o fervor que ele despertava na juventude, sua casa passou a ser vigiada e tudo piorou ainda mais com o Massacre de Tlatelolco³⁷.

Após falar com o subsecretário de Gobernación, viu que a situação estava insustentável quando o mesmo lhe disse que, apesar de estar sob proteção do governo mexicano, uma eventual partida do país seria vista “como um gesto de colaboração para que as coisas se normalizassem” (MARINI, 2022, p. 100).

Em uma primeira tentativa de sair do país, com destino à França, foi refreado pelo governo por um acordo que tinham com a ditadura brasileira de impedir que pessoas como Marini fossem para centros de reunião de exilados. Nesse bojo, estavam França, Chile e o Uruguai. Ficou mais um ano no México, e durante esse período, se encontrou com os jovens líderes do movimento estudantil brasileiro, entre os quais se destacam as figuras

³⁷ O “Massacre de Tlatelolco” é como ficou conhecida a brutal repressão militar mexicana às manifestações dos estudantes ocorridas no ano de 1968. No dia 2 de outubro, mais de 15 mil estudantes saíram às ruas e foram confrontados com a violência militar, o que resultou na morte de mais de 300 manifestantes e de pessoas que estavam pelo local.

de José Dirceu e Vladimir Palmeira. Em suas memórias, Marini conta uma “pequena anedota” desse encontro que serve de ilustração para se ter a dimensão que sua personalidade tinha nos círculos militantes, sobretudo da juventude. Quando esse grupo chegou ao México, estavam cercados por uma forte segurança, pois eles eram uma parcela dos presos políticos trocados pelo embaixador estadunidense sequestrado³⁸. Por conta disso, Marini não conseguiu contato direto e avisou a um deles, Vladimir Palmeira, que passaria depois no hotel em que ficariam.

Quando ele comunicou isso aos companheiros, Ricardo Villas, pouco mais que um garoto, caiu dos céus:

- “Mas o Ruy Mauro Marini existe, mesmo?” – indagou incrédulo, ante a inesperada materialização do que não fora, até então, mais do que um rótulo de textos de formação política. (MARINI, 2022, p. 102)

Outro fator marcante de sua notoriedade é a publicação de *Subdesenvolvimento e revolução*. O entusiasmo despertado pelo tema que Marini abordou e a novidade metodológica e expositiva que empregou no texto, rendeu-lhe uma disseminação sem precedentes de seu pensamento político. Havia edições em toda a América Latina. Apesar de no Brasil e na Argentina as remessas terem sido apreendidas e destruídas, na Europa teve a edição francesa editada em 1972, e em 1974, na Itália.

A vitória de Luís Echeverría nas eleições de 1969 encerrou de vez a oportunidade de Marini permanecer com segurança no país. Renunciando a seu asilo político e com o destino francês dificultado, parte para o Chile, onde desembarca em novembro na cidade de Santiago. Lá irá reencontrar seus antigos camaradas da POLOP e inaugurará, de fato, uma tradição teórica fundamental: a Teoria Marxista da Dependência.

Se estabilizar no Chile foi uma tarefa muito mais fácil. Ao chegar, como já possuía contatos anteriores, conseguiu rapidamente inscrever seu currículo no concurso para a vaga de professor titular no Instituto Central de Sociologia da Universidade de Concepción. Mesmo não tendo a mesma dinâmica de uma capital, Concepción era o lugar mais agitado e radicalizado do Chile. Com uma forte tradição industrial e mineira, a cidade que foi berço do Partido Comunista, era também o lugar de surgimento do MIR, em 1965.

Marini permaneceu ali por um ano até aceitar o convite para trabalhar no Centro de Estudos Socioeconômicos (CESO), vinculado à Universidade do Chile, com sede em Santiago. Apesar do fervor de Concepción e do reconhecimento que tinha dos alunos e

³⁸ Trata-se do sequestro do embaixador Charles Elbrick, coordenado pelo MR-8 e a ALN.

dirigentes do MIR, após a vitória de Allende e da Unidade Popular, era muito mais qualitativo para Marini estar próximo ao centro dos acontecimentos. No CESO é onde vai voltar a trabalhar com seus dois amigos e camaradas da UNB, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, e mais uma vez reencontra André Gunder Frank, além de outras figuras importantes que trabalhavam ali, como no caso dos chilenos Jaime Osório e Marta Harnecker, dos brasileiros Emir Sader e Marco Aurelio Garcia, dentre outros.

Nessa fase, que considera a mais produtiva de sua vida, Marini reúne os elementos e a disposição para escrever um texto, *A Dialética da dependência*, que surge da necessidade de se desenvolver uma análise da integração da América Latina a partir da teoria marxista. Esse livro que será referência obrigatória nos estudos sobre a TMD tem sua discussão em patamar mais elevado de abstração. Como o próprio Marini alerta para esse fato expondo que, pelo tipo de ensaio, as notas de rodapé com referências históricas ficaram de lado. Terminado em 1972, mas com versões incompletas que já circulavam em revistas, mais uma vez o texto de Marini percorreu a América Latina e o mundo. Logo as primeiras críticas vieram. A mais pesada e ácida vinda de Fernando Henrique Cardoso, em um primeiro momento, e alguns anos depois debruçados ainda sobre essa polêmica, ele e José Serra partem para o ataque frontal às formulações de Marini.

No decorrer do capítulo voltarei a esses episódios, pois dentro desses acontecimentos podemos encontrar pistas para fundamentar algumas premissas sobre a ausência de Marini e Sachs no debate após a chamada redemocratização.

Logo no ano seguinte, a estadia de Marini e de todos os marxistas no Chile se encerrou. Com o golpe militar liderado por Pinochet, o ambiente político se inverteu e foi inaugurada uma das mais violentas ditaduras militares do Cone Sul. Mais uma vez Marini tem que partir para o exílio sem documentos, com o risco de ser preso novamente e com a sua vida em jogo. Ficará três meses no Panamá, um ponto de transição para os exilados, e volta para o México, dessa vez, no entanto, com toda uma companhia atrás, principalmente Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos. É ali onde dá luz ao seu escrito *Reformismo e contrarrevolução*, derivado de uma série de artigos em que analisa o caráter do governo da Unidade Popular e o caráter do golpe, desmitificando as teses sobre a culpa do MIR ou sobre o caráter fascista do processo golpista. Vai permanecer no país até os fins de 1984, quando retorna definitivamente para o Brasil.

Essa breve descrição da trajetória de Marini e Sachs no “bendito exílio” tem como propósito demonstrar que, mesmo diante do real risco de vida que corriam, não deixaram a intransigência revolucionária escapar de suas produções teóricas e de suas atividades

militantes. O caminho de Marini, evidentemente, foi muito mais agitado do que o de Sachs, que já estava tratando sua diabetes, o que debilitou muito sua saúde. Outro aspecto que distingue o exílio desses revolucionários, é o ambiente em que estiveram inseridos durante esse tempo. Enquanto Marini permaneceu na América Latina, rodeado de militantes que dividiram trincheiras com ele no Brasil e muito mais próximo da luta contra as ditaduras militares que se espalharam pelo continente, Sachs se abrigou na Alemanha, onde o clima do movimento operário era outro e a própria ausência do clima tropical lhe impactou, pois já fazia vinte anos que era um brasileiro.

Quando voltaram para o Brasil, no início da década de 1980, seus caminhos não se cruzaram mais, dado que já havia algumas diferenças marcantes no pensamento político de cada um, mas que por conta da configuração deste trabalho e do objetivo proposto, não irei adentrar nessa polêmica³⁹. Contudo, aquele caráter fundamental presente em suas formulações, a defesa da revolução socialista no Brasil como necessidade histórica já colocada na atualidade e a centralidade da perspectiva do trabalho, permaneceu em ambos. É justamente essa característica que fez ao voltarem para o país encontrarem um ambiente diferente. Com as transformações ocorridas ao longo da década de 1970, criaram-se no Brasil muitas coisas supostamente novas, ou seja, um novo movimento operário, um novo tipo de sindicalismo e uma nova esquerda. A própria configuração dos espaços públicos de discussão se alterou substancialmente, e o espaço para esses autores estava praticamente cerrado.

Do final da década de 1960 até 1973, o Brasil viveu sob a égide do chamado “milagre econômico”. De modo geral, foi um período marcado por um alto endividamento externo com o objetivo de aumentar as taxas de acumulação do país, tendo a indústria automobilística como o ponto central. Apesar das altas taxas de crescimento anual, o “milagre” foi sustentado por uma intensificação da superexploração da força do trabalho e da consolidação dos monopólios na economia brasileira, como aponta Marini em seu prefácio à quinta edição de *Subdesenvolvimento e revolução* (MARINI, 2017). Mas logo essa aparente força da economia brasileira se esgotou, pela própria dinâmica do tipo de acumulação. A liquidez financeira dos países centrais se tornou escassa a partir da crise internacional marcada pelos choques do petróleo em 1973. Como de costume, quem pagou os “pecados” pelo fim do “milagre” foi a classe trabalhadora.

³⁹ A crítica de Sachs direcionada a Marini encontra-se no texto *Liquidar o passado para destruir o futuro?*, disponível em: SACHS, Érico. **Textos Escolhidos**. Rio de Janeiro: Centro Victor Meyer, 2023. v. 1, p. 84-95.

Um dos mecanismos que a ditadura encontrou para mascarar o processo inflacionário, foi falsear o índice de inflação referente ao ano de 1973, para, assim, não realizar a reposição salarial equivalente. Nesse mesmo ano, começam algumas movimentações operárias no estado de São Paulo, mais identificadas nas manifestações dos trabalhadores da Volkswagen contra as extenuantes jornadas de trabalho por meio das horas extras. Vendo a situação começando a se agravar e os insucessos dos dois Planos Nacionais de Desenvolvimento, o regime ditatorial iniciado em 1964 inicia um processo de abertura, mas de modo lento, gradual e seguro.

Nessa linha, o fato mais importante é a reestruturação do movimento sindical, que, após ensaiar formas limitadas de greve, a partir de 1973, se mobiliza de maneira mais ampla nos primeiros anos do governo Geisel, com base na denúncia do próprio governo de que os índices de preços de 1973 haviam sido adulterados para limitar os aumentos dos salários. A mobilização pela reposição salarial reforça os sindicatos e, em 1978, depois de dez anos, tem lugar a primeira grande greve metalúrgica na zona mais industrializada do país — o conjunto de municípios da Grande São Paulo denominado ABC — a qual, recorrendo inclusive à ocupação branca das fábricas, obtém êxito.⁴⁰

Mesmo diante desse processo de abertura política, o aparato repressivo continuou agindo segundo sua cartilha tradicional. Em 1976, ocorre a Chacina da Lapa, uma operação militar contra o PCdoB que assassinou três dirigentes do partido: João Batista Drumond, sob tortura, Ângelo Arroyo e Pedro Pomar, com mais de cinquenta tiros. Daí em diante o Brasil será marcado por uma intensa mobilização e movimentação da classe trabalhadora sem precedentes na história do país. As greves operárias de 1978 a 1980, as famosas greves do ABC, irão alterar significativamente o quadro político do país. Diante dessa forte pressão da classe operária o Ato Institucional nº 5 é revogado, e em 1979, é decretada a Lei da Anistia, permitindo a volta de todos os revolucionários exilados. Será nesse momento histórico que alterou significativamente o quadro político do país, e dentro do caldo ideológico formado nesse processo é que Marini e Sachs terão de navegar contra a corrente para procurar colocar os pés em terras firmes brasileiras.

3.2 O velho morreu e o “novo” conseguiu nascer

A partir daqui adentrarei especificamente na hipótese proposta e desenvolvida ao longo do processo de pesquisa desse trabalho. Uma ressalva importante deve ser feita de antemão para que fique clara a forma como conduzirei as críticas a referenciais teóricos

⁴⁰ MARINI, Ruy Mauro. Brasil: da Ditadura à Democracia, 1964-1990. 1991. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marini/1991/03/brasil.htm>

de tamanha envergadura como será exposto. Estou partindo de um pressuposto fundamental dos textos marxianos, tendo Lukács como maior referência, de que não existe filosofia inocente. Consequentemente, não há visão de mundo inocente. Como o próprio pensador húngaro pontua: “a tomada de posição a favor ou contra a razão é decisiva” (LUKÁCS, 2020, p. 10). O que quero evidenciar com essa consideração é que, por mais que por dentro da intencionalidade honesta e progressista que um conjunto teórico possa pretender, esse caráter só é revelado no conjunto das condições históricas em que esse arcabouço se insere e qual função social cumpre na luta de classes. Mais uma vez recorrendo a Lukács, o que define a razão é o próprio desenvolvimento social, refletindo a racionalidade ou irracionalidade concreta do tempo histórico e “ao lhe dar clareza, promove ou retarda esse desenvolvimento.” (LUKÁCS, 2020, p.11).

Retomando o fio da meada, notou-se que, do momento em que os autores saíram do país, até os primeiros esforços de difusão de suas obras, a configuração da esquerda brasileira e seu referencial teórico se alterou de modo substancial. Desapareceu do debate a perspectiva de uma revolução brasileira, qualquer que fosse o seu caráter; as categorias marxistas foram sendo substituídas por novas expressões teórico-ideológicas que não incomodassem tanto a classe dominante; a importância da defesa da vanguarda dos trabalhadores perdeu espaço para a suposta organização autônoma de “personagens” que iam surgindo na cena dos conflitos sociais. É evidente que isso não é obra do acaso. O contexto mundial apontava para uma crise das experiências do chamado “socialismo real” do leste europeu, redundando na queda do Muro de Berlim, em 1989, e a dissolução da União Soviética, em 1991. Na concepção de diversos autores, esse momento abriu uma crise de paradigmas. Estaria o marxismo caduco para dar conta dos problemas do nosso tempo?

Dado o exposto, levanto a hipótese de que o que contribuiu para que o pensamento político de Ruy Mauro Marini e Érico Sachs permanecesse no exílio, mesmo após a volta desses autores ao Brasil, não foi apenas a repressão e a censura imposta pela ditadura militar que, como já foi visto, destruiu e queimou exemplares de livros de Marini, mas que uma parcela de uma “nova esquerda”, buscando “ressignificar” e revisar a influência do marxismo e seu impacto no país, praticou uma desqualificação das formulações e experiências de uma suposta “velha esquerda” que atuou anteriormente ao golpe. Em uma tentativa de superar os limites dos chamados governos populistas e dos impasses da política reboquista do PCB, esse conjunto de intelectuais, ao tentarem jogar a água do banho fora, não se furtaram a jogar a criança junto.

Para fundamentar essa hipótese recorro à análise desenvolvida por José Chasin em seu *A sucessão da crise e a crise na esquerda*, no qual, para desvendar esse processo que marca o interior da “miséria brasileira”, apresenta sua análise crítica daquilo que chamou de “quadrilátero teórico”. A investigação desse conjunto “interessa compreender a resultante prática da larga teorização efetuada, que deslocou uma questão de esquerda para uma solução *na esquerda*, e de uma forma radicalmente insatisfatória e problemática” (CHASIN, 1989, p. 74, grifo meu). Os quatro lados desse quadrilátero, segundo Chasin, são: a teoria da dependência⁴¹, a teoria do populismo, a teoria do autoritarismo e a teoria da marginalidade. Durante essa pesquisa, identifiquei que a proposta de Angélica Lovatto sobre um desdobramento desse quadro, ou seja, um possível pentágono, enquadra-se nesse quebra-cabeças que estou procurando estudar, com vistas aos indicativos de seu desmonte. Em um artigo intitulado *A corrente autonomista no Brasil e a classe operária*, Lovatto observa que o autonomismo não se tornou de fato uma corrente ideológica ativa no interior do movimento operário, mas a forma organizativa prática principal do movimento dos trabalhadores, com um substrato ideológico defendido por intelectuais que propunham a revisão do marxismo, e que impactou diretamente na concepção e recepção que os operários tinham sobre a ideia de partido e vanguarda. Em resumo,

Assim, o chamado autonomismo não se constituiu exatamente num grupo ou coisa do gênero. Era muito mais um setor que ao invés de defender algumas coisas, estava contra outras. Exemplo: era contra as vanguardas, contra o populismo do pré-64, contra o comunismo em geral e contra o PCB em particular. (LOVATTO, 2016, p. 290)

Partindo desse pressuposto, irei centrar minha atenção em quatro dessas cinco teorias brevemente citadas, sendo elas a teoria da dependência associada, a do populismo, a do autoritarismo e as teorias autonomistas. Nessa investigação, parto do exame do conjunto de autores considerados como os referenciais exemplares⁴² correspondentes a cada uma dessas teorias. Ao longo dessa tematização, não irei estabelecer uma ordem hierárquica em minha exposição, no sentido de privilegiar a análise de uma tese em detrimento de outra. O que será destacado é o grau de impacto que tais teorias tiveram sobre o pensamento político de Marini e Sachs e no debate sobre a revolução brasileira em geral. Por último, ressalto que a linha que irei desenvolver nesse raciocínio tenderá a

⁴¹ Quando escrevo apenas teoria da dependência, ou teoria da dependência associada, não me refiro à obra de Ruy Mauro Marini ou de outros teóricos da TMD.

⁴² Segundo a denominação de Engels e Kautsky em *O socialismo jurídico*. ENGELS, Friedrich; KAUTSKY, Karl. **O socialismo jurídico**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

acompanhar uma linha cronológica dos acontecimentos, no sentido de constatar a transformação do ambiente do debate nas esquerdas brasileiras e na trajetória dos intelectuais que serão referenciados.

3.2.1 O caminho final de Raul Villa e a inédita trajetória de Eder Sader

A primeira das teorias que irei mencionar sinteticamente é a teoria do autonomismo, identificada especialmente na produção de Eder Sader. Ao leitor poderá parecer curioso que essa figura já amplamente citada no decorrer do trabalho como uma das pessoas chaves da POLOP tenha se tornado um dos expoentes que contribuíram para a revisão e desqualificação das experiências organizativas desse tipo. Portanto, antes mesmo de navegar pelas águas tortuosas de sua nova posição teórico-prática, é preciso revelar os caminhos que o antigo revolucionário Raul Villa tomou até chegar no auge de sua produção intelectual ao final dos anos 1980.

Foi dito anteriormente que, ao longo dos processos de cisões que marcaram a Política Operária desde o golpe militar de 1964, os dois quadros centrais da organização eram justamente Érico Sachs e Eder Sader. Mesmo após o exílio, esses dois aguerridos militantes permaneceram contribuindo para que essa experiência única iniciada em 1961 pudesse continuar existindo por maior tempo possível. Entretanto, a partir de meados da década de 1970, as coisas entre Ernesto Martins e Raul Villa começam a se estranhar. A cada passo ficavam mais distante geográfica e ideologicamente.

Nessa altura, ambos estavam exilados na Europa. Sader após o golpe no Chile se refugia na França e Sachs permanecia na Alemanha. Em território francês, Eder Sader fez parte do corpo editorial da revista *Brasil Socialista*, editada por militantes exilados da Política Operária, MR-8⁴³ e APML⁴⁴. A OCML-PO continuava a editar a revista *Marxismo Militante*, que vinha sendo publicada desde a época do POC e contava com uma versão “nacional”, e uma que era organizada no exterior. Na primeira edição de *Marxismo Militante – Exterior* e quarto número da edição nacional, é onde o caloroso e extenso debate entre Sachs e Sader vem a público. Na verdade, o texto *Como aprender, com quem aprender*, publicado em 1975 nessa revista, é uma espécie de tréplica direcionada a Sader.

⁴³ O Movimento Revolucionário – 8 de Outubro, se originou a partir da dissidência de universitários vinculados ao PCB no Rio de Janeiro ao final da década de 1960.

⁴⁴ A Ação Popular Marxista Leninista, é a denominação que a antiga Ação Popular utiliza ao abandonar a esquerda cristã e se aproximar cada vez mais do marxismo, sobretudo do maoísmo.

A discussão se iniciou a partir de uma carta de Érico direcionada a Eder Sader em agosto de 1974. Contudo, ao invés de responder a carta no âmbito privado, Sader optou por fazer uma resposta pública aos questionamentos de Sachs acerca de suas críticas e questionamentos à linha política do MIR. Infelizmente, esse texto de Sader não pôde ser encontrado ao longo dessa pesquisa. Tive de me contentar a compreender suas colocações a partir da reprodução integral de trechos citados no texto de Sachs. Evidentemente que por conta disso, esse primeiro conflito em específico pode gerar ao leitor desconfiança nas críticas direcionadas a Sader, porém, asseguro que esse extenso debate não se limitou a esses textos. A continuidade dessa polêmica tem seus materiais mais amplamente divulgados.

O texto resposta de Sachs vem acompanhado de um subtítulo: *Sobre as considerações de Raul Villa a respeito da luta por “Direitos Democráticos”*. Esse subtítulo é esclarecedor; ao longo do debate Sachs apresenta os equívocos da análise e da linha estratégica conduzida pelo MIR no enfrentamento à ditadura. Os argumentos iniciais desenvolvidos por Sachs correspondem ao caráter do governo da Unidade Popular. Segundo a citação de um documento do MIR, a organização considerava que o governo da UP constituía um governo “pequeno burguês de esquerda”, representando a aliança entre o reformismo operário e o velho bloco histórico burguês, identificado no Partido Radical. Entretanto, Sachs contrapõe essa visão ao pontuar que, no momento do estabelecimento do governo da UP, a representação burguesa estava vinculada com a Democracia Cristã, e para fundamentar e refutar Eder Sader, recorre a um texto⁴⁵ dele onde o próprio Sader afirma que no governo da UP, o Partido Radical figurava como uma força secundária. Para Sachs, o governo da UP em sua primeira fase,

se aproxima do tipo de Governo de Transição, que na Internacional Leninista foi caracterizado como “Governo Operário e Camponês”, isto é, um governo formado contra a vontade da classe dominante, sustentado pela classe operária e seus aliados, que, todavia, ainda não deram o passo decisivo para a conquista do poder e a consequente transformação qualitativa da sociedade. (SACHS, 2023, p. 265)

Em seguida, a discussão adentra no papel do governo UP-generais. De um lado o MIR e Sader afirmando que a exigência para que se incorporasse esse setor militar no governo, foi uma reivindicação da DC para segurar o governo por dentro e impedir o processo de criação de um duplo poder. De outro lado, Sachs afirma categoricamente que

⁴⁵ Erico Sachs faz referência ao texto *Chile entra a legalidade burguesa e a revolução socialista*, escrito por Eder Sader em 1971. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/sader/1971/mes/chile.htm>

a entrada dos generais no governo é resultado do “Pare de outubro”⁴⁶, e vai mais a fundo ao esclarecer que o duplo poder nesse processo se expressa justamente como consequência das movimentações derivadas do boicote, onde passaram a existir como resposta os movimentos dos cordões industriais e dos comandos de bairros.

Em dado momento do texto, Sachs ironiza as posições de Sader ao dizer que a “superação do doutrinário” passou a constituir o “grito de guerra mais recente do companheiro RV” (SACHS, 2023, p. 271). Essa crítica em tom irônico é reveladora do caminho que Eder Sader começava a traçar para se diferenciar da trajetória revolucionária que o vinha acompanhando há mais de uma década. No suceder dos episódios ficará mais claro esse anti-doutrinário de Sader. Por ora, devo me ater ainda na parte dessa primeira discussão pública naquilo que se refere à confusão tática desenvolvida pelo MIR.

Sobre essa questão, Sachs começa por desmitificar alguns dos apontamentos feitos contra ele no texto de Sader. Quando redigiu sua primeira carta direcionada a ele, Sachs afirmava que a questão de separar as “tarefas democráticas” das “tarefas socialistas”, só podem existir em formações sociais onde a efetivação de uma revolução burguesa se faz necessária. Para elucidar o caso, Sachs recorre à situação russa, onde, lembrando as *Teses de Abril*, a cisão entre essas duas tarefas fazia sentido até fevereiro. Ao mesmo tempo, Sachs ressalta que o chamamento por uma Assembleia Constituinte é uma reivindicação da revolução burguesa contra regimes absolutistas. Contudo, na sua resposta, afirma Sachs, Eder Sader distorce essas duas posições suas ao explicar que Sachs reduzia a uma simples tática burguesa a palavra de ordem pela Assembleia Constituinte, e que sua afirmação sobre as tarefas democráticas e socialistas, era puramente questão de princípio (SACHS, 2023).

Nota-se que, para justificar suas posições, Eder Sader passa a utilizar-se de um artifício teórico de acusar qualquer defesa do marxismo-leninismo como doutrinário ou mesmo principismo, isso quando não rumam para uma crítica à ortodoxia marxista, buscando um Marx supostamente heterodoxo e amplo. Os renovadores do marxismo, recorrem ao revolucionário italiano Antônio Gramsci, como faz Sader, para justificar a política de alianças defendida pelo MIR. Há duas questões a serem esclarecidas, a primeira no que diz respeito a uma implícita acusação de sectarismo por parte de Sader, como se ao longo do caminho percorrido pela Política Operária ela não houvesse realizado e buscado alianças com outros setores da esquerda e de outras camadas do

⁴⁶ Como ficou conhecido a greve de caminhoneiros sustentada pela burguesia chilena para boicotar o governo da Unidade Popular de Salvador Allende.

proletariado. E em segundo, o uso do autor da Sardenha para fundamentar a linha política de Sader, não corresponde diretamente com as proposições que o próprio Gramsci realiza ao tematizar a questão das alianças proletárias em suas referências às classes subalternas. Não poderei aprofundar essa questão da obra de Gramsci devido ao objeto e aos limites de um trabalho deste tipo, mas reforço que me parece equivocado recorrer a este autor para embasar uma tática política, que conclame para fazer parte uma ampla camada do povo e com a participação de todas correntes políticas, sem que realizar uma nítida distinção de classe.

Essa tática proposta pelo MIR se refere a quais deveriam ser os componentes e representantes de uma Assembleia Constituinte. Disso derivam dois aspectos fundamentais, segundo Sachs: a luta pelo fim da ditadura se torna apenas a luta pelo reestabelecimento da democracia burguesa, como a convocação de uma ampla camada do povo, e descarta logo de início os objetivos específicos do proletariado junto à possibilidade de colocação de uma democracia revolucionária no sentido de um regime de transição (SACHS, 2023).

Mas será um ano mais tarde, na edição de número sete da revista *Brasil Socialista*, que Eder Sader publicará o texto definitivo que irrompe na cena da esquerda brasileira e contribui como o passo inicial da formação do que veio a se denominar uma nova esquerda no país. Isso pode ser atestado na homenagem póstuma de Marco Aurélio Garcia a Eder Sader:

Mas ele contribuiu, igualmente, para a análise específica da esquerda, destacando-se o artigo que assinou com seu tradicional pseudônimo de Raul Villa, "Para um balanço da Polop", escrito em Paris, em 1976, e publicado na revista *Brasil Socialista*. Esta (auto)crítica transformou-se rapidamente em um texto de referência para a esquerda brasileira que recém começava a cicatrizar as feridas provocadas por uma derrota acachapante. Mais adiante passaria a ser uma fonte obrigatória para o estudo da política revolucionária no Brasil nos anos 60.⁴⁷

No seu “Balanço da POLOP”, Eder Sader declara que pretende realizar a autocrítica que a organização nunca soube fazer, ao mesmo tempo em que, apesar de não ser o foco de sua empreitada, proceder uma autocrítica própria. O documento é dividido em três partes principais: na primeira, Sader faz um balanço da linha do tempo da POLOP, desde sua fundação até o momento em que estava redigindo sua crítica; em segundo lugar, parte para as considerações teóricas globais; e então, finaliza com uma proposição de

⁴⁷ GARCIA, Marco Aurelio. Eder Sader – O futuro sem este homem. Revista Teoria e debate, 1988. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/1988/09/01/eder-sader-o-futuro-sem-este-homem/>

superar esse legado marcado, em suas palavras, pelo discurso classista, para uma prática classista.

Há que se pontuar que, no decorrer da análise desse capítulo da história do movimento comunista brasileiro, não pretendo fazer uma apologia à POLOP ou a seus militantes. Entretanto, ao longo da pesquisa sobre essa problemática, encontrei elementos que me garantem expor contradições na declaração de Sader e que demonstram as primeiras expressões teóricas de sua virada em direção ao autonomismo.

O objeto de seu “Balanço”, consiste na crítica ao teorismo doutrinário da organização e sua incapacidade de se fazer sentir e liderar o movimento de massas. Na sua descrição da primeira fase da POLOP, Sader lamenta que a organização se limitou à crítica ao reformismo dos partidos de esquerda, mas que isso nunca lhe rendeu frutos nas posições-chaves do movimento operário. Ora, parece que Sader passa a não defender aquele ponto crucial que caracterizava a organização no período, o da formação de quadros.

Como dito anteriormente, do momento de sua fundação até o golpe militar, a Política Operária compreendia que era um momento de dar um passo para trás, antes de dar o salto qualitativo de dois passos à frente no sentido da constituição do exército revolucionário. Estava bem claro, pelo menos nos documentos e declarações da POLOP, que o objetivo não era conquistar de imediato posições destacadas no seio do movimento operário, mas que seu papel se enquadrava na função da disputa ideológica contra o reformismo pequeno-burguês dominante, que marcava o PCB, partido do qual a classe operária estava vinculada. Já foi citado que nas apreciações da obra de Sachs, para a organização, o momento inicial era de fazer avançar suas posições dentro dos partidos hegemônicos, de disputar sua militância para que levasse o partido à esquerda.

Entretanto, sobre esse ponto, Sader retorna com mais incisividade nas outras seções de sua crítica. Ele dedica várias de suas linhas à questão do foquismo e do papel da guerrilha em geral nas concepções da Política Operária. Sobre a chamada “Guerrilha de Copacabana”, Sader declara:

Avaliando hoje as condições daquele projeto de guerrilha, podemos ver que lhe guiava a típica ingenuidade voluntarista do foquismo, que espera o desenvolvimento espontâneo das massas, teleguiado por sua vanguarda iluminada. (VILLA, 1976, p.8)

Não pretendo adentrar aqui na complexidade do processo que levou à formação do núcleo de resistência que ganhou esse irônico nome, mas me parece estranho a severa desaprovação de Sader dessa experiência, pois a penetração da POLOP nas camadas dos

soldados e marinheiros era um dos poucos setores não teoricistas em que a organização possuía alguma expressão. Também me parece estranho declarar que tal iniciativa de acolhimento desses setores do exército, perseguidos pelos golpistas, configure uma concessão ao foquismo, muito menos que essa tenha sido a marca da organização durante a primeira fase da ditadura militar. Aos leitores atentos que acompanharem as análises políticas de Sachs e de Marini, ou mesmo dos documentos da organização, podem notar que considerar o foco guerrilheiro como uma “peça-chave na arquitetura teórica” (Ibid.) de sua estratégia, é desconsiderar o conjunto da obra e se furtar a selecionar trechos, onde há elementos que possam embasar uma apologética ao foquismo. Na verdade, não apenas o foquismo, mas a própria guerrilha ocupava uma posição secundária, se é que posso falar nestes termos, pois se assim não fosse, qual sentido teria a cisão de 1967, quando da aprovação do Programa Socialista para o Brasil?

Na última seção do Programa, a questão do foco guerrilheiro é colocada quando observam que “a internacionalização da luta no Brasil, com a notória aliança entre o imperialismo ianque e as burguesias nativas da América Latina para enfrentar a revolução aberta ou latente, dará um caráter prolongado à fase armada da revolução brasileira”. Nesse sentido, a luta de guerrilhas pode servir como forma de combate à ditadura, visto que desgasta seu aparelho de repressão, mas que pode preencher de fato esse papel “quando desencadeada em uma fase e em condições em que a sua ação acelera o surgimento de uma situação revolucionária”⁴⁸. Contudo, para isso, a guerrilha deve apelar “às classes revolucionárias do país”, no caso, o proletariado e seus aliados em potencial, pois desse modo, a guerrilha “potencializará a voz da vanguarda clandestina em todo o país, preparando o reagrupamento das forças das classes revolucionárias para a luta final.”⁴⁹.

Então, podemos afirmar que a questão do foco guerrilheiro ocupa um papel de suporte no momento em que o movimento da classe operária já se faz sentir na cena histórica. Afirmar qualquer coisa ao contrário disso, é jogar contra os fatores objetivos que definiam as posições da Política Operária.

Em seguida, Sader parte para sua acusação de que, na POLOP, as questões relacionadas à tática eram praticamente escamoteadas, e para exemplificar tal ponto, utiliza de pano de fundo a problemática em torno da palavra de ordem pela Assembleia

⁴⁸ Programa Socialista para o Brasil [1967]. In: POLOP: Uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil. Salvador: CVM, 2009, p. 128.

⁴⁹ Ibid.

Constituinte, da qual a organização se opunha como uma expressão da luta pela redemocratização do ponto de vista burguês. Oposto a isso, o CN da organização apontava uma estratégia socialista, mas como diz Raul Villa, sem levar em consideração as mediações táticas. Todavia, ignora as considerações feitas por Sachs em *Mais uma vez a pequena burguesia*, onde há uma contundente crítica à diluição das lutas específicas do proletariado em nome da luta geral pelas liberdades democráticas. Para não me prender muito nessa questão, faço referência a outro texto de Sachs, que corrobora para o entendimento de como procede Eder Sader em seu “Balanço”. Como em sua *Carta a um “Revolucionário que se preza”*, Sachs questiona por que Eder Sader escolhe como fundamento para essas acusações a respeito da ausência de observações sobre a tática, ou da prova do teorismo da organização, textos como *Aonde vamos?*, em que o debate se dá já entre comunistas, ao invés de recorrer aos textos de agitação e propaganda do jornal ou mesmo da revista (SACHS, 2023).

Mais à frente de seu texto, quando faz um balanço das greves de 1968 e da formação do POC, Eder Sader parece contradizer sua própria acusação sobre a questão da tática. Ele considera que, mesmo que de forma vacilante, a organização esteve atuante na greve de Osasco, chegando a crescer em diversas oposições sindicais. A luta, naquele momento, tinha como base as reivindicações imediatas, como a agitação contra o arrocho salarial e a defesa as liberdades sindicais; em suma, as tão aclamadas mediações táticas para a luta que Sader tanto questionava. Mas para caber no seu balanço crítico ele simplesmente resume essa prática como mais uma expressão do voluntarismo da luta operária, chegando a dizer que na verdade essa prática escondia uma concepção gradualista da organização.

No fundo daquele voluntarismo da luta operária «contra o arrocho e a ditadura dos patrões», repousava uma indisfarçável concepção gradualista: essa reanimação do movimento operário se somaria à dos trabalhadores do campo, a O. se reforçaria, incapaz de resolver seus problemas de fundo a ditadura seguiria instável, passaríamos das greves à guerrilha até a insurreição. (VILLA, 1976, p.11)

Preciso ressaltar que existia uma grande parcela de voluntarismo dentro da organização. Os próprios membros da POLOP que nunca romperam com ela admitem isso. Não é muito difícil compreender que essa prática se deve aos setores de que a maior parte dos membros da organização eram extraídos. Advindos especialmente do movimento estudantil e da intelectualidade universitária, era comum que os elementos ideológicos pequeno-burgueses comuns a essa extração, penetrassem e se fizessem sentir

na organização. Entretanto, como diz Sachs, essa tendência voluntarista podia ser anulada, “em grande parte, por discussões internas – discussões ‘doutrinárias’, como o companheiro diria – e pela experiência prática que companheiros adquiriam em contato com direto com a classe” (SACHS, 2023, p. 383).

O tão famigerado doutrinismo que tanto preocupa Sader, segundo seu “Balanço”, foi cancelado, por um momento, por uma prática obreirista, “ao impulsionar a O. no sentido de uma política fundada na dinâmica objetiva da classe e do enfrentamento profissional das tarefas.” (VILLA, 1976, p. 13). É curioso notar que esse período obreirista acusado por Sader, corresponde, segundo a avaliação do CN da organização, no momento de maior distanciamento da classe operária e de um tal vanguardismo que era incapaz de acompanhar a dinâmica objetiva da classe.

A O. estava presente em concentrações operárias e integrou quadros na produção, mas a linha política era de um tal vanguardismo que jamais se poderia dizer que estávamos acompanhando a “dinâmica objetiva da classe”. Numa época de profunda dispersão do MO, visávamos mobilizar o proletariado como classe e construir o partido. As campanhas de agitação sucediam-se, tão frequentes quanto voluntaristas e artificiais. Começávamos então a nos distanciar dos referenciais políticos e do método materialista da velha PO, iniciando o desarmamento teórico, político e ideológico, que mais tarde chegaria a pontos críticos.⁵⁰

No trecho em que Sader pretende compreender o “doutrinismo revisitado” da organização, em meados da década de 1970, o autor pontua que frente a um ascenso das lutas de massas, permeadas pela questão democrática, a Política Operária promoveu um “sectarismo doutrinário” ao rechaçar essa forma de luta como lutas burguesas ao invés de disputar a hegemonia do movimento. Essa postura seria uma forma de defender-se do movimento real, já que a capacidade de interferir nele não era possível. Sobre essa questão vários elementos poderiam ser levantados, como por exemplo recorrer aos documentos específicos desse período e analisar como se processou a atuação da organização. Mas me limito a questionar alguns pontos trazidos por Raul Villa. A própria prática de propagar a denúncia do caráter de classe burguês dessa luta meramente democrática, não constitui uma forma de intervenção na realidade? Ou, para Sader, apenas as ações diretas constituem uma expressão da atuação prática?

⁵⁰ Sobre o documento “Por um balanço da PO”. 1976. p.4. Disponível em: <https://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2014/01/Sobre-o-documento-Por-um-balan%C3%A7o-da-PO.pdf>

Em seguida, Sader irá buscar em Lenin os fundamentos para sua crítica ao que ele chama de “propagandismo” marcante da POLOP. Ele cita o Lenin de 1917 para comprovar que essas formas de denúncia só ganharam força na medida em que os setores proletários adotaram a plataforma dos bolcheviques no decorrer da revolução. Ele não está equivocado ao afirmar que ao impulsionar praticamente essas lutas, o caráter reacionário era esclarecido de fato à classe. Mas mais uma vez, para encaixar no esquema de seu “Balanço”, escolhe ocultar toda a história anterior à fase revolucionária russa para fundamentar suas discordâncias. Recorre ao Lenin do *Estado e a Revolução*, mas se esquece do Lenin de *O que fazer?*.

Para não me prender a esse longo debate que decretou seu rompimento com a Política Operária, pois ainda há muito do que se considerar de sua produção posterior a esse período, devo pontuar, em resumo, que Eder Sader empreende sua luta contra o “doutrinarismo” e a contra as “vanguardas políticas” não no sentido de contribuir para aquilo que Marini alertou sobre a relação dialética entre vanguarda e classe, mas sim no sentido de propor de maneira indireta, que a vanguarda se submeta a uma espécie de rebaixamento aos limites da consciência imediata adquirida pela classe operária em suas expressões de lutas espontâneas. Ou seja, a vanguarda, ao invés de contribuir para a elevação da consciência de classe “em si” para uma consciência “para si”, deve se reduzir a uma espécie de mero acompanhamento do momento atual da luta política.

Seguindo as pistas de Angélica Lovatto, a crise de paradigmas que impactou o Brasil na década de 1980, seguia a tendência das Ciências Sociais de propor uma revisão do marxismo desde os fins dos anos 1960. Partindo da compreensão de que haveria lacunas na teoria das classes sociais marxista, essas novas teses “impunham uma nova compreensão do que se entendia por atores coletivos plurais”, ou seja, para poder preencher essa lacuna, seria necessário que se ampliasse a visão de mundo para dar espaço ao “‘imaginário coletivo’, à compreensão desses fenômenos pluridimensionais.” (LOVATTO, 2016, p. 12). Esses novos sujeitos plurais deveriam ocupar o espaço central da luta de classes antes ocupado pela centralidade operária. Derivado do caldo das manifestações do Maio de 1968, que trazia consigo uma crítica à lógica capitalista, assim como esboçava o esgotamento do chamado socialismo real, não propunha uma saída à esquerda, resgatando justamente a centralidade da perspectiva do trabalho que havia sido perdida pelas revoluções socialistas até aquele momento.

A própria noção de sujeito passa a ser alterada dentro dessa perspectiva, como coloca Sader: “a autonomia presente nos movimentos corroeu algumas das características

que constituem a noção de sujeito”, pois ao mesmo tempo em que sua pluralidade deslocou a ideia de um centro estruturante, e consequentemente, “conspira contra a ideia de um ‘sujeito histórico’ capaz de ordenar a diversidade e atribuir racionalidade aos fatos”, seu permanente caráter de mudança, seja em sua forma organizativa ou de lutas travadas, “conspira contra a sedimentação de identidades coletivas” (SADER, 1988, p.53). Dessa forma, o campo privilegiado do marxismo, as relações de produção, são suplantadas pela descoberta do cotidiano, como o espaço em que ocorre de fato a “reprodução da dominação ou a resistência contra ela”, o que passou a gerar uma “politização do social”. Assim, a estratégia da tomada do poder pela classe trabalhadora “teria caducado e deveria forçosamente ceder lugar à contestação imediata e cotidiana de cada relação de dominação” (LOVATTO, 2016, p. 12).

3.2.2 O berço paulista da “nova esquerda”

É combatendo essa “crise de paradigma” que José Chasin formula a sua teoria contra o “quadrilátero teórico”, sem perder de vista a crítica radical das experiências do socialismo até aquele momento. Para ele, colocar a centralidade do trabalho e da revolução social na ordem do dia passava indubitavelmente pela superação da “crítica complacente ao pós-capitalismo”, pois sua tolerância corrobora para uma acomodação de ambiguidades e para uma nostalgia conformista. Assim, “o culto sofrido de uma derrota inconfessa e o desengano recalcado de esperanças e devoções: ou seja, a crítica complacente do pseudo-socialismo é uma ideologia voltada para o passado” (CHASIN, 1989, p. 25).

O aborto da necessidade da revolução social após a revolução política⁵¹ praticada pelo chamado socialismo real, trabalhou em favor do deslocamento da contradição entre capital e trabalho para a contradição entre Estado e sociedade civil, isto é, a emancipação humana foi censurada pela limitação à emancipação política burguesa. Trata-se de compreender o postulado fundamental sobre essa questão, esboçado primeiro em *Sobre a questão judaica*, para desvendar o real significado da política e de seus limites. Como coloca Chasin, a liberdade política constitui “apenas uma forma do processo geral da libertação humana”, e corresponde à forma mais acabada dessa liberdade “de um dado

⁵¹ Aqui, faço referência analítica e metodológica ao artigo *Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”*. De um prussiano, escrito por Karl Marx em 1844. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1844/08/07.htm>

mundo, o universo do capital” (CHASIN, 1989, p. 33). É preciso que se conheça essa determinação negativa da política para saber que a liberdade só é possível para além do capital, pois

A emancipação do homem, a construção humana do homem exige, pois, a ultrapassagem do capital e da política. A humanidade social ou a sociedade humana é a sociabilidade livre do capital e da política. A emancipação humana é a regência humana do homem, ou seja, o homem desvencilhado da sociedade civil - pletora das mônadas vergadas sobre si mesmas, o espaço da exclusão da comunidade, e desvencilhado também necessariamente da sociedade política - perímetro da comunidade abstrata. (CHASIN, 1989, p. 34).

O que essas “novas” teorias acabam propondo ao trabalhar por uma “politização do social”, é recolocar as lutas sociais no limite da concepção burguesa de liberdade. Mesmo que postulem por uma autonomia organizativa e ideológica desses “novos personagens”, acabam por realizar uma apologia indireta da própria política burguesa. Já que a tomada do poder não está mais na ordem do dia, as pequenas lutas do cotidiano devem servir para encontrar um melhor espaço de integração na cidadania concedida pelo Estado burguês. Desse modo, a questão da democracia adquire a maior importância.

A democracia, para esses teóricos, é entendida como a liberdade por excelência, isto é, a liberdade política como a forma mais acabada da própria liberdade. Nesse sentido, Chasin afirma que a crítica ao socialismo real de adeptos ou inimigos do socialismo se resume a injetar mais democracia no socialismo (CHASIN, 1989). Do mesmo modo, seguindo esse referencial de análise, afirma Lovatto, ao notar que no discurso autonomista, é dada uma grande importância para a democracia como “momento fundamental da eventual luta e conquista do socialismo” (LOVATTO, 2016, p. 15). Para Marilena Chauí, no prefácio ao livro de Eder Sader, a emergência desses “novos personagens” em cena, e sua luta autônoma cria as condições para o exercício da democracia efetiva (CHAUÍ, 1988). Daí a crítica de Chasin, quando afirma:

Em verdade, encarna o abandono da questão crucial da liberdade, pois, do prisma politicista em que é posta, toda a teoria e toda a prática se resumem em melhorar e multiplicar formas de organização, representação e procedimento, de modo que os laços da cidadania, isto é, da individualidade desencarnada com a comunidade ilusória sejam o mais perfeitamente estabelecidos. (CHASIN, 1989, p. 36)

Poder-se-ia argumentar contra isso que essa questão democrática adquire maiores contornos no sentido da luta contra a recém-saída ditadura militar, mas creio não ser necessário passar mais uma vez pelo entendimento que os revolucionários marxistas possuem sobre as lutas democráticas. Em resumo, a luta democrática não pode ser

considerada de forma dissociável da luta pela revolução socialista, isto é, não pode se resumir à transição da ditadura aberta da burguesia para a ditadura velada, mas sim pela transição ao socialismo, como pontuado por Marini e Sachs.

Essa supervalorização da liberdade política e da democracia em abstrato, só pode ser entendida a partir da forma como se desenvolveu a esquerda em uma formação social capitalista dependente, ou nas palavras de Chasin, em uma “via colonial de objetivação do capitalismo”. Diferentemente dos casos clássicos de revolução burguesa, onde a esquerda pegou a bandeira revolucionária caída das mãos da burguesia e as elevaram, nos países de capitalismo dependente a fraseologia revolucionária burguesa nunca encontrou seu espaço. Portanto, a esquerda brasileira “não nasceu contra a cabeça e o corpo de um antigo revolucionário”, chocou-se diretamente com uma obra que não é sua e não poderia nunca concluir o processo de democratização. Ela surge no “limbo, entre o inacabamento de classe do capital e o imperativo meramente abstrato de dar início ao processo de integralização categorial dos trabalhadores” (CHASIN, 1989, p. 59 apud CHASIN, 1985).

Revela-se, assim, a política caudatária propositada pela esquerda hegemônica do período anterior do golpe militar de 1964. A “nova esquerda” que pretende superar essa mesma política, acaba caindo duas vezes no mesmo “limbo”. Ao propor-se “evitar os erros do passado”, não se formula nada consequente para colocar no lugar, limita-se a uma “recusa impressionista da prática vencida, o que não esclarece, nem protege contra o perigo de repetição de equívocos”. Essa “revisão epidérmica do passado”, recai na não distinção já elencada entre capital e trabalho, pois, em sua própria gênese, cede espaço para o “militante antimarxismo e do politicismo mais rústico” (CHASIN, 1989, p. 59).

Configurada, portanto, a partir do processo de abertura política concedida entre 1978 e 1979, é que a teoria do autonomismo, da dependência associada, do populismo e do autoritarismo encontram espaço para se colocar como resposta ao problema sucessório da esquerda brasileira. Resta agora demonstrar o significado específico de cada uma dessas teorias e como seu conjunto colocou a esquerda em posição de “quadrúpede” em relação às necessidades burguesas, resgatando a ironia utilizada por José Chasin.⁵²

⁵² Com essa ressalva, que pretende evitar melindres e a réplica escapista que converte questões teóricas e políticas em problemas pessoais, permitindo-me a ironia áspera de afirmar que o resumo da elaboração intelectual referida é o quadrúpede teórico formado pelas teorias da dependência, populismo, autoritarismo e marginalidade. (CHASIN, 1989, p. 74)

Como já foi dito, essas teorias, que pretendiam ser um “retrato de corpo inteiro da problemática brasileira” (CHASIN, 1989, p. 73), objetivavam superar todo um passado marcado pelas derrotas do PCB, dos chamados governos populistas e das concepções de vanguarda. Até aqui, boa parte do arcabouço autonomista foi exposto, contudo, ainda há elementos para serem esclarecidos. Entretanto, dedicarei as próximas páginas para evidenciar como três daquelas quatro teorias elencadas por Chasin, contribuíram não apenas para o silenciamento e a desqualificação de autores como Ruy Mauro Marini e Érico Sachs, como colocaram o movimento operário sob a tutela de uma perspectiva reformista.

Trilhando a mesma rota expositiva feita por José Chasin, nos deparamos com a teoria da dependência. Após realizar uma consideração sobre o debate acerca da dependência no período anterior a 1964, onde seu caráter era definido como uma relação entre país dominante e país dominado, sendo o último apenas polo receptor e passivo ao processo, desaparecendo, assim, as mediações da formação social subordinada, a “nova” teoria da dependência, segundo o autor, “operava uma mágica de dar sumiço à irradiação das formas subordinantes e ao próprio nexo problemático da relação desigual entre as formações” (CHASIN, 1989, p. 75). Isso significa excluir o imperialismo e suas relações de dominação da análise proposta.

O que essa teoria realiza, na verdade, é uma inversão do entendimento comum até aquele momento do fenômeno da dependência. Por mais defasadas que pudessem ser as noções precárias dessa problemática, anterior a abordagem feita pela TMD, na década de 1960, ainda encontravam nessa situação a mazela que enquadrava o país na condição de subdesenvolvido. A proposta então era de fazer valer o polo industrial, entendido como o propulsor do desenvolvimento, em oposição aos correspondentes internos a serviço do imperialismo. Sobre essa questão, já tomei muitas páginas procurando demonstrar seus equívocos, principalmente a partir da análise da formação social brasileira hegemônica no período.

A teoria da dependência associada partia do suposto de que o país dependente deveria aproveitar da própria relação de dependência para consumir o seu desenvolvimento, ou seja, usar da afluência de capitais advindos dos países centrais para construir e elevar sua economia. Como Chasin afirma, se aproximam da tese vulgar do superimperialismo por meio da “civilização racional do capital em dueto com a perfectibilização dos processos representativos e operacionais do estado” (CHASIN, 1989, p. 75).

Diante disso, a produção de Fernando Henrique Cardoso, mais expressamente em seu livro em conjunto com Enzo Faletto, *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, configura a melhor e mais acabada expressão dessa teoria. Na proposta de analisar o processo a partir de uma perspectiva sociológica, primando pela politização das relações econômicas, explicam que “são justamente os fatores político-sociais internos” e sua vinculação “como é natural, à dinâmica dos centros hegemônicos” (CARDOSO; FALETTTO, 1970, p. 28-29), o que possibilita as decisões políticas, que quando bem aproveitadas podem se utilizar das novas oportunidades para seu desenvolvimento econômico. Ou seja, objetivam compreender a dependência a partir dos determinantes políticos, que quando bem aproveitados, encontram uma melhor posição na integração aos países centrais do capitalismo.

Ao longo do texto, os autores vão demonstrar que, dependendo da forma como a política econômica da burguesia é aplicada, ainda lhes resta um espaço para contribuir para a superação da condição de subdesenvolvido. Por exemplo, no período de substituição de importações, a atuação da burguesia brasileira permitiu que os ditames da relação dependente fossem modificados em seu favor. Dessa forma, procuram revelar “a autonomia relativa, as contradições e as possibilidades de convergência entre o sistema econômico e o processo político” (CARDOSO; FALETTTO, 1970, p. 141).

Quando é afirmado que a teoria da dependência desses autores constitui uma teoria da dependência associada, corresponde ao sentido que dão ao processo de exportação de capitais. Enquanto para a teoria marxista da dependência essa prática condiz ao ponto crucial do imperialismo e que a posição da burguesia interna contribui para aprofundar cada vez mais essa lógica, no sentido de manter ou aumentar sua taxa de lucro, relegando, assim, a classe trabalhadora a uma superexploração da força de trabalho, Cardoso e Faletto creditam a essa relação como a única oportunidade encontrada e possível para o desenvolvimento econômico e social. Isso fica mais claro no seguinte trecho:

Salientamos que a situação atual do desenvolvimento dependente não só supera a oposição tradicional entre os termos desenvolvimento e dependência, permitindo incrementar o desenvolvimento e manter, redefinindo-os, os laços de dependência, como se apoia politicamente em um sistema de alianças distintos daquele que no passado assegurava a hegemonia externa. (CARDOSO; FALETTTO, 1970, p. 141).

As ligações entre centro e periferia não se restringiriam mais à dinâmica importação-exportação. Agora, o que conferiria sentido a essa vinculação é o próprio investimento externo na industrialização dos países dependentes, na busca por novos

mercados para realizar o ciclo de seu capital que transbordava da economia central (CARDOSO; FALETTTO, 1970). Essas considerações sustentam a alusão de Chasin da proximidade entre essa teoria e a do superimperialismo, que sobrevaloriza a expansão das relações de dominação capitalista até o atingimento de um estado de coesão entre os capitalistas.

Para os que se aventurarem mais profundamente naquilo que poderíamos chamar de tortuosas páginas do texto de Cardoso e Faletto, será possível observar que essas menções à agência das relações políticas, redundam na exclusão da noção de contradições de classe e são resumidos apenas a conflitos, ou melhor, são consideradas como “figuras isoladas que por seus interesses particulares entram em choque, embora sempre passíveis de ajustamento e coordenação pela via das regras públicas de convivência” (CHASIN, 1989, p. 76). Se há dúvida quanto a isso, nas conclusões do texto os autores afirmam que a industrialização possibilitada pela integração das economias da periferia do sistema capitalista, não só “minimiza os efeitos da exploração tipicamente colonialista”, como também contribui para a “busca de solidariedades não só nas classes dominantes, mas no conjunto dos grupos sociais ligados à produção capitalista moderna” (CARDOSO; FALETTTO, 1970, p. 142).

Porém, o que significam essas afirmações para a sustentação que essa teoria de Fernando Henrique Cardoso tenha contribuído para o apagamento do debate da perspectiva da revolução brasileira? E ainda mais, como trabalhou contra a propagação da teoria marxista da dependência do debate brasileiro? Em primeiro lugar, diferentemente da prisão e exílio forçado que os autores da corrente marxista sofreram durante a ditadura militar, tendo seus livros queimados e censurados, as obras de Fernando Henrique e seus correligionários, puderam circular livremente no país durante o período, tanto que a publicação da edição aqui utilizada data do ano de 1970. O que não é de se surpreender pelo tom ameno que concedem às atitudes das classes dominantes e o completo abandono do marxismo, enquanto arcabouço teórico-metodológico. Mas para não ficar nesse argumento de briga de torcida, vamos aos fatos.

No mesmo período de redação de *Desenvolvimento e dependência*, Marini estava elaborando seu *Subdesenvolvimento e revolução*. Entretanto, alguns anos mais tarde, mais especificamente em 1973, é publicada a *Dialética da dependência*. É a partir desse texto que será centrado o debate entre Ruy Mauro Marini, Fernando Henrique Cardoso e José Serra. O texto do futuro presidente da república e do futuro governador de São Paulo, foi publicado em 1978 na revista *Estudos Cebrap*, com o título *As desventuras da dialética*

da dependência, onde deixavam claro na introdução que suas análises poderiam recair numa “destruição eventual de alguns ou mesmo de todos os principais supostos das teorias de Marini”, mas que isso não implicava na “inviabilidade do socialismo” (CARDOSO; SERRA, 1978, p. 37). Poderíamos afirmar aqui que é curioso o caso do autor que fundamenta toda a sua teoria justamente em uma apologia ao modo de produção capitalista, querer ancorar sua crítica numa certa perspectiva de depurar o caminho para o socialismo.

O que ocorre de fato é uma tentativa de superar uma suposta tese estagnacionista atribuída à Marini, mas que recai em uma defesa do próprio sistema capitalista. Ao longo de sua crítica, Cardoso e Serra confundem estagnação com crise. Isso fica nítido no embaraço conceitual feito por eles para rechaçar justamente a alternativa socialista apresentada por Marini. Afirmam que, autores como Marini, confundiram a “inviabilidade do projeto nacional desenvolvimentista com frustração do desenvolvimento capitalista”. Portanto, superado esse projeto, “a alternativa imediata que se colocava para as classes exploradas era a de elas mesmas tomarem em suas mãos a tarefa de promover o desenvolvimento” (CARDOSO; SERRA, 1978, p. 40). Quando, na verdade, o que Marini e toda a TMD vão considerar, não é que a falha do projeto reformista em desenvolver um capitalismo autônomo redundava em uma estagnação completa da economia, mas, pelo contrário, a própria tese do subimperialismo negava uma imputação estagnacionista, pois essa categoria aparece justamente para explicar um momento de avanço na industrialização do país, que produz uma quantidade de capital que ultrapasse as fronteiras do país e passe a buscar sua realização terreno nos países dependentes vizinhos.

Entretanto, não foi somente pela suposta “destruição” das categorias de Marini que Cardoso e Serra conseguiram reduzir a grande influência que Marini tinha em toda a América Latina a praticamente zero no Brasil. Em suas memórias, Ruy Mauro Marini relata o caso dessa polêmica que teve grande repercussão no exterior, mas que a desqualificação de sua obra nesses espaços não atingiu à proporção que chegou ao seu país de origem. Na *Revista Mexicana de Sociologia*, da UNAM, veio a público a polêmica entre os autores. No seu número 3 do ano de 1978, a revista começava justamente com o texto crítico de Cardoso e Serra, seguido da resposta de Marini. Até aí estava tudo conforme fora estabelecido entre as partes. Porém, na *Estudos Cebrap* número 23, a publicação contou apenas com o escrito de Cardoso e Serra, uma clara prática de censura a Marini.

As vias de circulação das ideias da Teoria Marxista da Dependência estavam obstruídas tanto pela repressão militar, quanto pela desqualificação e censura de parte de um novo grupo que se propunha renovar a esquerda. O próprio Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, o Cebrap, que tinha entre seus formuladores Fernando Henrique Cardoso, constituiu o polo irradiador das ideias dessa nova esquerda, como será apresentado mais à frente.

A teoria do populismo, aponta José Chasin, conforma a mais antiga e efetiva desse quadrilátero teórico analisado. Com o intento de resgatar uma radicalidade proletária, a teoria do populismo propôs uma interpretação da transformação da economia agroexportadora para uma sociedade industrial, partindo da concepção de uma “política de massas” aplicada pela burguesia industrial (CHASIN, 1989). O período inaugurado pela chegada de Getúlio Vargas e a Aliança Liberal ao poder até a derrubada de João Goulart pelos militares, corresponde ao início desse processo, onde essas massas passariam a exercer funções políticas, vinculadas ao bloco de convivência no poder entre a burguesia industrial vitoriosa e os setores burgueses latifundiários que ela derrotou.

Reduzida à noção de “democracia populista”, esse momento histórico é compreendido como “uma forma de dominação no contexto de um vazio de poder”, o que significaria que “nenhuma das classes em presença é capaz de efetivar sua hegemonia” (CHASIN, 1989, p. 80). Devido a isso, na visão populista, o papel do partido, da democracia e do líder trabalhariam em favor de vincular as massas aos setores dominantes, recaindo sobre elas a sustentação dessa suposta incapacidade de afirmação de hegemonia. Essas afirmações que Chasin atribui à teoria do populismo, são encontradas ao longo da obra de um de seus principais reprodutores, Francisco Weffort, com o qual estabelecerei minha interlocução.

Na coletânea de textos intitulada *O populismo na política brasileira*, Weffort reúne uma série de artigos que explicam os significados e o impacto que essa prática política legou à realidade brasileira. Segundo o autor, o período inaugurado em 1930 configura uma situação singular onde “todos os grupos, inclusive as massas populares mobilizadas, participam direta ou indiretamente do poder”. Contudo, como nenhum desses grupos é capaz de exercer sua hegemonia, veem no Estado “uma entidade superior, do qual esperam a solução de todos os problemas” (WEFFORT, 2003, p. 62). Dessa forma, estaria configurado o sentido político do populismo, decorrente da crise da dominação oligárquica do Estado, as necessidades de mudança “só são possíveis por meio de um complexo sistema de alianças entre grupos ou setores de classes diferentes”

(WEFFORT, 2003, p.113), isto é, a aliança entre distintas classes sociais para a sustentação e imposição desse *status quo*.

O conceito de “Estado de compromisso” aparece para viabilizar a explicação dessa prática de alianças. Mas que fique claro, essa noção não guarda nenhum significado com o uso do mesmo termo por Ruy Mauro Marini. Enquanto para Marini o compromisso firmado a partir de 1937 representava o acordo e complementariedade entre a burguesia industrial e os setores arcaicos latifundiários, para que a burguesia, enquanto classe, pudesse afirmar sua dominação, mas sem perder de vista que há contradições entre a própria classe dominante, Weffort utiliza essa ideia para afirmar o contrário, que esse período representava um “vazio de poder” e que como nenhuma classe podia impor sua hegemonia, firmava-se esse acordo. Dito de outro modo, para um marxista como Marini, a ideia de um vácuo no poder não se sustenta, justamente porque o Estado em si já constitui um órgão de dominação de classe. Por outro lado, em Weffort, apesar de ter a intenção de se posicionar no mesmo campo, é abstraído de sua apreciação o conteúdo de classe próprio do Estado burguês, resumido apenas a um aparelho em disputa pelo monopólio da violência e da representação econômica, em uma inspiração típico-ideal weberiana. Essa ideia é decorrente da própria noção de democracia para o autor, considerada como um fim em si mesma, que recai no politicismo de fazer coincidir “a emancipação pública específica de uma dada forma de sociabilidade com a noção de liberdade propulsão para a atmosfera de sua universalidade indeterminada” (CHASIN, 1989, p. 81).

Em suma, o populismo corresponderia à artimanha da classe burguesa industrial ascendente que, ao não conseguir permanecer sozinha no poder, estabelece uma política de alianças com as massas para atrelá-las ao poder do Estado e dar sustentação à sua dominação política. Nas palavras de Weffort, usam da manipulação das massas para suprir sua incapacidade de “legitimar por si próprios a dominação que exercem”, sendo assim, necessitam “recorrer a intermediários – primeiro Vargas, depois, os líderes populistas da etapa democrática – que estabeleçam alianças com os setores urbanos das classes dominadas” (WEFFORT, 2003, p. 79).

É preciso ressaltar a outra confusão realizada pela teoria do populismo ao correlacionar a política reboquista do PCB às concepções táticas de frente política. A sua denúncia acaba por colocar de forma indistinta toda a esquerda do período anterior ao golpe militar. Isso fica mais claro, por exemplo, quando Weffort passa a analisar o que chama de “populismo nacionalista” como uma face mais ideológica do próprio

populismo. Para ele, nenhuma forma de luta política ou movimento popular desse período conseguia manter uma posição de independência à tutela das políticas governamentais (WEFFORT, 2003). Cita Francisco Julião para demonstrar a dupla incapacidade dele, de Brizola e de Arraes em se converterem em líderes populistas, limitados pela própria característica ideológica do nacionalismo, e pelo desestímulo que promovem a organização do povo de forma independente do Estado. Mas nenhuma palavra é dita sobre a atuação das Ligas Camponesas em defesa da reforma agrária durante todo um período em que ainda nem o único líder populista que chegou a propô-la, pensava em apresentar essa alternativa.

A teoria do populismo, ao analisar e fixar toda a esquerda daquele período no mesmo quadro, acaba por recair na mesma tentação que ela mesma procura questionar, do reducionismo da particularidade de classe do proletariado na ideia abstrata e amorfa de povo. Assim como limita as formas organizativas e mediações táticas da esquerda à aceitação passiva das práticas demagógicas do populismo. E ela precisa fazer isso para limpar todo o terreno acidentado da velha esquerda, para a “nova” esquerda poder nascer e pisar em um terreno virgem. Na legítima intenção de querer resgatar uma independência de classe, que por muito é confundida com autonomia, Weffort acaba por recusar tudo que foi feito até ali, e ao final, não propõe nada no lugar.

Numa palavra, o que é reclamado, não sem razão, é o caminho próprio da esquerda, mas na desrazão do mero pressuposto genérico de que a revolução é possível. Tanto que até hoje, passados trinta anos, a teoria do populismo não arriscou se estender por uma teoria da revolução brasileira, nem há a menor possibilidade de que o faça de futuro, pois hoje é peça naturalmente integrada à atmosfera “pós-revolucionária” em vigor. (CHASIN, 1989, p. 81)

Ao lado da teoria do populismo, partindo da mesma conceituação de democracia, figura a teoria do autoritarismo, que de acordo com Chasin, produz uma separação do “círculo político do entrelaçado de todos os outros circuitos que amalgamam a existência societária, em especial e radicalmente da malha fundante da produção e reprodução”, quer dizer, separa a esfera das relações e operações políticas da esfera das próprias relações materiais, principalmente a relação capital e trabalho. Unifica nessa mesma processualidade ideal-abstrata um sistema classificatório, tendo como cerne o paradigma da democracia, colocando o autoritarismo como “a voz abstrata que domina os quadros em geral de carência democrática, a falta decisiva, ainda que parcial, de franquias públicas” (CHASIN, 1989, p. 78).

Passemos agora à recepção do conceito de autoritarismo no Brasil, que faz parte daquele conjunto de quatro teorias analisadas por Chasin para identificar o afastamento da chamada nova esquerda em relação à centralidade do trabalho. A filósofa Marilena Chauí, em sua extensa e competente produção, demonstra suas preocupações com o autoritarismo, entendendo que não se trata apenas de uma forma de Estado, mas que a própria sociedade brasileira é uma sociedade autoritária. Seu texto, *Cultura Popular e autoritarismo*, servirá como fundamento da exposição a seguir. A escolha desse texto, no lugar de produções mais densas como seu competente estudo sobre o integralismo⁵³, será explicada ao longo da discussão.

Propondo-se a compreender as formas de resistência popular às expressões do autoritarismo no seio da sociedade, a autora define que uma sociedade autoritária significa que todas as “diferenças e assimetrias sociais e pessoais são imediatamente transformadas em desigualdades, e estas, em relação de hierarquia, mando e obediência”, onde as formas de relação “tomam a forma da dependência, da tutela, da concessão, da autoridade e do favor, fazendo da violência simbólica a regra da vida social e cultural” (CHAUI, 2023, p. 262). Nesse tipo de sociedade, considera a autora, nem mesmo as formas de representação política podem existir, ainda que nos setores da esquerda revolucionária, pois o que temos é o vanguardismo que toma para si uma prática de tutela pedagógica, reproduzindo essa relação de dominação (CHAUI, 2023). A única possibilidade de se escapar das chagas do autoritarismo seria a partir das lutas populares, expressas nos diversos movimentos sociais que pipocavam ao final da década de 1970.

Como aponta Chauí, essas lutas sociais não se restringiam à defesa de direitos, mas na batalha pelo direito à cidadania. Ela está se referindo “não as ações deliberadas de resistência, mas a práticas dotadas de uma lógica que as transforma em atos de resistência” (CHAUI, 2023, p. 269). Está claro, a partir dessa afirmação, que o que importa para a autora, não é o conteúdo de classe da luta política desses setores oprimidos, que capacita o avanço da superação da sociabilidade capitalista, pelo contrário, o que lhe é caro é como essas expressões populares tomam o sentido de inclui-las dentro da própria sociedade capitalista. Dito de outro modo, Chauí não está interessada em saber como essas formas organizativas de luta podem contribuir para a transformação da consciência popular em consciência de classe em si, mas se limita na transformação desses “subalternos” em cidadãos.

⁵³ Me refiro ao texto *Apontamentos para a crítica da Ação Integralista Brasileira*, publicado por Chauí em 1978.

Ao longo do texto, a filósofa irá exemplificar as formas dessa resistência da Cultura Popular a partir de depoimentos dos próprios participantes desses movimentos. Não nos interessa aqui entender o significado de cada manifestação exposta dessa Cultura Popular, mas evidenciar que, a partir da compreensão de que “o essencial é o desejo de mudança da ordem total do mundo a busca da justiça e a utopia do ‘todo mundo unido’, ou ainda melhor, como essa manifestação “suscita a rebelião imaginária” (CHAUÍ, 2023, p.282), recai tal qual os outros membros citados do “quadrilátero teórico”, na lógica do politicismo “cujo critério de verdade deixa de ser a radicalidade imanente dos trabalhadores, passando a se mover pelo arquétipo da democracia” (CHASIN, 1989, p. 84).

Além disso, é preciso considerar o mal-estar que Chauí sente em relação às expressões ligadas ao nacional-popular (cf. Lovatto, 2016). Por conta desse aspecto, o texto em questão foi o objeto dessa análise. A expressão mais acabada dessa postura está nos seminários conduzidos pela autora, produzidos pela Funarte na década de 1980. O objeto da crítica de Chauí são os *Cadernos do povo brasileiro* e os Centros Populares de Cultura, o CPC da UNE.

No final da década de 1970 constituiu-se uma opinião bastante crítica às experiências do movimento nacional, democrático e popular, hegemonizado pelos comunistas e nacionalistas, no início da década de 1960. Tudo, ou quase tudo, que foi produzido foi taxado de populismo. Nada escapou à devastadora onda crítica: ISEB, CPC, PCB, sindicatos etc. O centro desta nova produção foi, sem dúvida, a Universidade de São Paulo (USP). (LOVATTO, 2016, p. 20 apud BOUNICORE, 2004).

O que quero registrar com isso não é uma defesa da alternativa nacional-popular que constituía a estratégia hegemônica de uma esquerda revolucionária daquele período, mas apontar como toda forma proposta de superação da situação dependente da formação social brasileira é descartada por esses autores, que em uma pretensa crítica radical para superar seus limites, acabam por abandonar por completo a perspectiva da revolução brasileira. Apesar de fazerem uma defesa formal do socialismo, ao fim e ao cabo essas teorias que sustentam a chamada nova esquerda, não apresentam nenhuma novidade, ao invés disso, ainda recuam da ideia etapista da revolução democrático-burguesa – que subentendia a necessidade da superação desse momento pela etapa da revolução socialista –, ou seja, essas teorias absorvem competentemente todo o potencial revolucionário da esquerda brasileira e o circunscrevem à própria radicalidade burguesa.

Mas antes de partir para as considerações finais sobre o tema, há que se resgatar aqui as implicações da teoria autonomista, que, embora já enunciada, há apontamentos

importantes a serem feitos. Conforme colocado acima, Eder Sader figura como o referencial exemplar desse conjunto teórico, marcado pela publicação de seu livro *Quando novos personagens entraram em cena*. Com o objetivo de conhecer as novas particularidades que as “experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo” que marcaram as décadas de 1970 e 1980, Sader parte da afirmação de que, durante esse processo um novo sujeito coletivo, os movimentos sociais populares, nos quais em seu interior os indivíduos, que como diz Chauí em seu prefácio estavam “até então dispersos e privatizados, passam a definir-se, a reconhecer-se mutuamente, a decidir e agir em conjunto e a redefinir-se a cada efeito resultante das decisões e atividades realizada” (CHAUI, 1988, p. 10).

Segundo Sader, os anos entre 1978 e 1985 marcam um período de transição, que não se restringiu à alteração do sistema político, mas promoveu uma ruptura na forma como o movimento operário e os movimentos sociais se colocam na luta. A própria nomenclatura “tradicional” passa a ser questionada, pois essas novas expressões não se acomodariam mais nas denominações clássicas. Na verdade, a própria categoria de classe social passa a ser questionada, pelo impacto da “emergência de novas identidades coletivas”, que até então, estavam “ofuscadas pelas modalidades dominantes de sua representação” (SADER, 1988, p. 26-27).

Diante dessa situação, as formas organizativas e de representação dos setores oprimidos da sociedade também não teriam mais a mesma validade. Dessa forma, a reivindicação pela autonomia desses movimentos deveria ser a máxima defendida. Para desobstruir a passagem desses novos personagens, Eder Sader explica que a autonomia não se limita àquela autonomia do Estado, colocada perante o entendimento da existência de uma contradição entre as necessidades de existência do trabalhador e os interesses do Estado. Essa limitação a ideia da autonomia, não garante nenhum “sentido de um papel criativo na história”, ou seja, não explica como esses sujeitos em luta expressam seus próprios interesses, justamente porque a própria compreensão das necessidades sociais deve ser revista. Recapitulando Marx,

as condições necessárias à reprodução da força de trabalho são definidas historicamente, correspondendo a um nível instituído socialmente (pelas lutas de classe, pela cultura). Assim, como, são necessidades sociais se são necessariamente não satisfeitas? Onde estão instituídas enquanto necessidades? (SADER, 1988, p. 42).

Na verdade, o que Eder Sader faz é deslocar seu referencial teórico para questionar a própria viabilidade do marxismo enquanto ferramenta de compreensão da

realidade concreta. Prossegue afirmando que pressupor uma percepção de necessidades concretas que impulsionam os sujeitos sociais em luta, aparta da interpretação as mediações simbólicas. Ou, nas palavras do autor, a tradicional interpretação marxista no que concerne aos interesses de classe ao não efetuar uma “análise específica de seus imaginários próprios irá perder aquilo que os singulariza” (SADER, 1988, p. 42). Em suma, Sader quer deixar claro que a preocupação principal das ciências sociais não deve ser mais a busca pelo universal, isto é, a capacidade explicativa de mundo que possibilita a sua transformação, e sim, entender o chamado imaginário desses novos personagens, como se estabelece aquele conjunto de ideias derivadas da própria experiência que estariam amalgamando uma série de “significações” na consciência.

Ao dizer que procurou analisar as modificações na atividade coletiva dos trabalhadores “como reelaboração do imaginário constituído”, Sader nos parece recair na recusa da décima primeira tese sobre Feuerbach, ao delimitar seu estudo na mera contemplação de como as experiências dos movimentos sociais engendra uma interpretação sobre a própria realidade, ao invés de buscar entendê-las enquanto atividade capaz de dotar o sujeito de transformar radicalmente o mundo.

Prosseguindo em sua identificação desses “novos sujeitos”, a forma como se apresentam na dinâmica dos movimentos sociais, apesar de se dar dentro da situação de classe proletária, esse contorno classista estaria diluído em uma outra identidade social, não mais acompanhada de um projeto definido advindo de fora. A autonomia desses personagens implicaria que a elaboração da identidade e dos projetos coletivos não se dão a partir da concepção marxista de um “sujeito de cuja posição se pudesse captar o sentido de toda a sociedade e de toda a história”, e sim seriam resultantes de “uma pluralidade de sujeitos, cujas identidades são resultado de suas interações em processos de reconhecimentos recíprocos, e cujas composições são mutáveis e intercambiáveis” (SADER, 1989, p. 55).

Ainda nesse aspecto, Sader caminha para evidenciar a importância do discurso enquanto constituidor das identidades desses sujeitos. Devido a limitação desse trabalho não poderei adentrar na particularidade dessa questão, nem mesmo percorrer as trilhas dos referenciais utilizados pelo autor para delinear esse assunto, como o caso de Hannah Arendt e Merleau-Ponty. Todavia, deixo registrado que, ao privilegiar o discurso como materialização de uma carência virtual, o autor procede o deslocamento de jogar luz na forma como se manifesta as demandas de seus personagens, ao invés do conteúdo que a práxis confere a esses seus interesses de classe e possibilita sua realização.

Se fosse possível levar às últimas consequências os seus pressupostos, a autonomia preconizava a possibilidade de um processo concreto de quebra da divisão entre dirigentes e executantes, entre cultos e incultos, competentes e incompetentes, gerando uma redefinição da democracia cultural (como direito de produzir cultura) e da desmontagem do laço que une competência técnico--científica e direito ao poder. Sem dúvida um discurso que exercia grande sedução, em meio à falência das expectativas do capitalismo e do socialismo real. (LOVATTO, 2016, p. 18-19)

Esses quatro conjuntos teóricos que procurei identificar e compreender o impacto que deixaram no momento da chamada redemocratização, não se deu de forma espontânea e desordenada, pelo contrário, estavam organizados na formação do Partido dos Trabalhadores, no caso de Chauí, Sader e Weffort, mas muito mais influentes e coordenados em suas atuações no já mencionado Cebrap e no Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, o Cedec.

Sobre o papel do Cebrap, diz Rodrigo Castelo, corresponde ao projeto de “erigir uma instituição de estudos fora dos moldes universitários do conhecimento fragmentado e departamentos especializados” (CASTELO, 2019, p. 56). Esse novo centro de pesquisas, fundado por FHC, Paul Singer, Arthur Gianotti, dentre outros, se estruturou por meio de financiamentos públicos e privados, tendo destaque o investimento da Fundação Ford⁵⁴. A existência dessa relação com uma das maiores representantes do capital imperialista, gerava uma certa desconfiança, mas que era justificada pela possibilidade que se abria para a produção de pesquisas com a perspectiva de solucionar os problemas sociais. Quando, na verdade, a real intenção desses investimentos é “garantir a estabilidade contra o apelo revolucionário”, ao propagar a formulação de pesquisas fundamentadas por “conceitos e perspectivas alternativas ao marxismo” (CASTELO, 2019, p. 57 apud MOTTA, 2014).

As duas formas de difusão das pesquisas produzidas pelo Cebrap, eram a sua revista *Estudos Cebrap*, onde fora publicado o texto de Cardoso e Serra contra Marini, e o chamado “mesão”, iniciativa que visava abrir as portas do centro de pesquisa para novos intelectuais e para o próprio público. O nome “mesão” faz alusão à forma como as discussões acaloradas se configuravam. Aos poucos o Cebrap foi se constituindo como a maior referência no debate intelectual e na resistência contra a ditadura. A relevância

⁵⁴ A Fundação Ford, criada em 1936, tem como objetivo financiar programas que promovam os valores democráticos e a cooperação internacional. Para isso ela financia diversas ONGs e movimentos sociais pelo mundo e possui uma forte influência no Brasil.

desse centro de pesquisas foi tamanha que, nas eleições de 1974, Ulysses Guimarães solicitou aos seus pesquisadores que formulassem o programa de governo do MDB.

O Cebrap contribuiu para que, paulatinamente, o tema da revolução brasileira e a classe operária fossem “exorcizados como fantasmas”, dando lugar para as discussões sobre “democracia, sociedade civil e novos movimentos sociais que se tornaram hegemônicos na esquerda brasileira nos anos 1980” (CASTELO, 2019, p. 73). Rodrigo Castelo ainda pontua sobre a íntima relação entre o Cebrap e a Escola de Campinas⁵⁵, que, em seu conjunto, atuaram como as bases da formulação da estratégia democrático-popular, que passou a ser a concepção estratégica orientadora da nova esquerda brasileira no processo de constituição de sua hegemonia. Não cabe aqui entender as particularidades e o significado dessa nova estratégia, por conta do recorte proposto por esse trabalho, por isso faço referência a Castelo quando afirma que:

Do mesão do Cebrap, com decisivo apoio das formulações da Escola de Campinas, observamos a concretização de uma teoria crítica aos modelos de desenvolvimento concentradores de renda e dependentes e ao autoritarismo-burocratismo. Esta teoria, contudo, não questionava a superexploração da força de trabalho no país, a dominação imperialista e seus elos com nossas classes dominantes. A porta de saída não era a revolução socialista, mas o aprofundamento da democracia no país via políticas institucionais e os movimentos sociais. (CASTELO, 2019, p. 77)

Em 1976 foi fundado o Cedec com a ativa participação de Francisco Weffort recém-saído do Cebrap. Com a mesma proposta de privilegiar suas pesquisas nas novas manifestações sociais e econômicas que surgiam ao final da década de 1970, o Cedec buscava dar mais atenção à dinâmica dos movimentos sociais e sindicais. Tanto que uma das práticas do Cedec foi de prestar assessoria a essas organizações populares e de trabalhadores, ao promover uma aproximação da realidade de seus pesquisadores nesses espaços, participando de suas assembleias e procurando integrar sindicalistas em suas pesquisas (SANTOS, 2021).

Foi a partir do Cedec que se formou um coletivo de intelectuais autonomistas, do qual fizeram parte Eder Sader e Marilena Chauí. Desse coletivo surgiu a revista *Desvios* 9 que pretendia “desviar, a todo custo, o movimento operário de qualquer espécie de concepção de vanguarda” (LOVATTO, 2016, p. 13). No primeiro número da revista, publicaram as suas “11 teses sobre autonomia”, com redação atribuída a Eder Sader,

⁵⁵ Como é conhecida a tradição teórica do Departamento de Economia e Planejamento Econômico da Universidade de Campinas.

fundamentada em teses heterodoxas, queriam superar as limitações ideológicas da esquerda tradicional e opor seu respectivo vanguardismo voluntarista à autonomia.

Afirmavam que essa reflexão sobre a prática autonomista procurava estabelecer um novo projeto socialista de sociedade, novas concepções sobre o processo revolucionário e novas relações entre partidos e massas⁵⁶. Não poderei discorrer a respeito de cada uma das teses, mas destacarei aspectos fundamentais que conformam o conjunto do autonomista.

A questão do partido aparece na segunda tese questionando a “vanguardista e messiânica” concepção de Lenin, ao afirmar que a ideia de a doutrina socialista ser levada para a classe pelo partido, alija as bases reais da premissa revolucionária e configura uma ideia de partido que se propõe revolucionário independente de seu enraizamento nas massas. Daí que, em sua quarta tese, eles apresentam as condições da autonomia: os movimentos sociais devem se articular em um projeto que “impeça que seus sacrifícios pela libertação sejam utilizados para a subida ao poder de novas minorias”⁵⁷ e que, por conta disso, devem levar em consideração suas próprias forças e “abandonar a confiança ingênua em países e partidos ‘guias’”⁵⁸. Assim, defender a autonomia, afirma a sexta tese, significa a participação dos indivíduos em comunidades na “luta por um desenvolvimento alternativo, baseado nas necessidades sociais e que concebe um processo de libertação social a partir do espaço local”⁵⁹.

Apesar disso, ainda fundamentam na oitava tese que esse novo movimento popular autônomo deve se constituir no seio da afirmação da hegemonia operária por constituir o pilar fundamental da sociedade capitalista. É intrigante analisar essa afirmação após conhecer a obra de um de seus principais redatores, que como expomos anteriormente, foi categórico ao dizer que não existe mais esse centro estruturante dotado de transformação completa da realidade devido sua posição de classe. Para utilizar o ditado popular, me parece que querem firmar seus pés em duas canoas, como uma forma de utilizar essa ambiguidade para atrair ao mesmo tempo setores refratários ao processo revolucionário, e aqueles que, apesar de ainda convictos na perspectiva do socialismo, se encontravam desiludidos com os rumos do chamado socialismo real.

⁵⁶ Onze teses sobre a autonomia. Revista Desvios, São Paulo, n.2, novembro de 1982.

⁵⁷ Ibid., p. 11.

⁵⁸ Ibid., p. 10.

⁵⁹ Ibid., p. 14.

Em síntese, esses conjuntos teóricos ratificados dentro da hegemonia intelectual paulista, contribuíram de forma decisiva para o apartamento do debate público da perspectiva de uma revolução brasileira, propondo, no lugar, a perspectiva de democratização burguesa, que como se sabe não pode ser completada dentro dos marcos da sociabilidade capitalista dependente. Dessa forma, deslocam de sua análise a perspectiva de classe do trabalho, colocando em foco não a contradição fundamental que sustenta a sociedade burguesa e sim as pequenas lutas cotidianas, e a forma como a consciência espontânea das camadas exploradas propulsionam uma forma de resistência. Já que concluem a crise do paradigma marxista, a possibilidade de conhecimento universal do mundo é abandonada e ao mesmo passo é deixada de lado a tomada do poder, reduzindo as formas de luta à realização da cidadania burguesa como pauta máxima possível.

Antes de partir para as considerações finais, retomo aqui o ponto fundamental levantado por Marini e por Sachs, pela Política Operária como um todo, para que pudessem chegar a uma teoria da revolução brasileira capaz de evidenciar o seu caminho e seu caráter. Esse ponto é a análise da formação social brasileira, sem a qual não seria possível que a estratégia e a tática proposta correspondam as reais necessidades da classe trabalhadora brasileira. Por conta desse aspecto primordial, ao mesmo tempo que recusavam as elaborações hegemônicas sobre a própria formação social e sobre as etapas da revolução brasileira, podiam apresentar uma alternativa no lugar. Como observa Lovatto e Corrêa,

Daí que uma das tarefas primordiais que a POLOP colocava para si era a formulação autóctone de uma teoria capaz de explicar, com base no método materialista histórico e dialético, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a fim de extrair dela uma estratégia e tática consequentes para a atuação nacional dos revolucionários. (LOVATTO; CORRÊA, 2024, p. 30)

Dessa forma, o que procurei apresentar neste capítulo é justamente como esse conjunto de teorias que buscaram deslocar o debate da revolução brasileira da ordem dia, fizeram o caminho oposto. Ao recusarem tudo que estava sendo realizado até ali e ao renunciar a uma perspectiva que busque explicar a totalidade dos fenômenos em transformação de um determinado período, essas teorias que estavam incessantemente na busca do “novo” para combater o “velho”, como procurei explicitar, não apresentou nenhuma proposta no lugar, no sentido de fazer avançar aquele movimento. Pois, na

verdade, a função que cumpriram foi de afastar a perspectiva e o horizonte revolucionário possível da classe trabalhadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esforço deste trabalho em buscar compreender as determinações próprias do pensamento político de Ruy Mauro Marini e de Érico Sachs, para assim, analisar a particularidade apresentada por esses autores ao formularem uma teoria da revolução brasileira, não se dá por encerrado. Partindo do propósito de contribuir no resgate desses intelectuais, meu objetivo foi justamente encontrar elementos que apontassem para uma possível explicação dos motivos que fizeram com que suas ideias ficassem em baixa circulação no debate político brasileiro e nas ciências sociais como um todo. Essa pesquisa se soma a um conjunto de esforços de alguns grupos de pesquisa, sejam eles vinculados ou não à universidade, que procuram em Marini e Sachs não apenas respostas para a situação atual da classe trabalhadora, mas, principalmente, ferramentas de análise da formação social brasileira. Sendo assim, esta minha pesquisa está vinculada a um

desses grupos de pesquisa, a saber, o Grupo de Pesquisa (CNPq) Pensamento Político Brasileiro e Latino-Americano, da UNESP.

Como foi visto, os escritos desses intelectuais militantes estão há 60 anos de distância de nosso tempo histórico. Contudo, assim como Marx, Engels e Lenin, dentre outros, não estão superados pelo tempo, apesar de frequentemente tentarem enterrá-los, o mesmo vale – consideradas as devidas proporções, em termos do pensamento brasileiro – para Marini e Sachs. O que gostaria de destacar aqui é que, enquanto a lógica do capital for aquela que dita a sociabilidade humana, esses autores continuarão a auxiliar aqueles que se colocarem à disposição de conhecer a particularidade da realidade concreta na qual estão inseridos, ainda mais em uma formação social como a brasileira, que não trilhou o caminho clássico de desenvolvimento do capitalismo. Sua situação dependente lhe confere um caráter singular que, sem as mediações trazidas pelas teorias de um Ruy Mauro Marini e de um Érico Sachs, não poderiam ser apreendidas em sua totalidade.

Nesse sentido, esse trabalho caminhou com a intenção de demonstrar a função social que o pensamento político de Marini e de Sachs cumpriu em seu momento histórico e como podem cumprir ainda hoje, a partir de seu resgate. Por isso, ao longo do trabalho, antes mesmo de entrar diretamente no pensamento político desses autores, realizei uma exposição de como as questões candentes do período anterior ao contexto de Marini e Sachs eram respondidas. Ainda que com as insuficiências e equívocos das formulações, como apontaram os autores objetos dessa pesquisa, aquele conjunto de intelectuais e militantes se apresentava com o propósito de desvendar as mazelas da realidade de um capitalismo subdesenvolvido e propunha uma alternativa socialista radical a essa situação. E foi exatamente na interlocução com esses outros setores do movimento comunista e da esquerda em geral, que Marini e Sachs iniciaram sua trajetória.

A relevância de começar por esses fatos consiste em saber que, sem conhecer a gênese de uma determinada ideologia, não é possível compreendê-la em sua particularidade e em sua totalidade. Desse modo, ao mesmo passo que foram expostos os primeiros debates travados por eles, foi necessário trilhar o caminho que percorreram no sentido de suas organizações políticas. Pois o surgimento da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária não se deu de um dia para outro, como procurei demonstrar. Seu nascimento ocorre em um contexto de reoxigenação do movimento comunista em nível internacional.

Por conta disso, quando alcancei propriamente o momento de apresentar o conteúdo fundamental de suas ideias evidenciadas em *Subdesenvolvimento e revolução* e

em *Caminho e caráter da revolução brasileira*, espero ter podido constatar a motivação pela escolha desses autores e por essa abordagem realizada. Recuperando o que já foi dito ao longo desse texto, a novidade trazida por Marini e por Sachs foi pensar a formação social brasileira dentro da perspectiva do desenvolvimento capitalista mundial, num momento em que a esquerda revolucionária brasileira não estava tão atenta ao processo de desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo. Escapando de análises que colocavam as causas de nossa situação dependente como problemas exógenos ou endógenos, recolocaram na centralidade do tema a dialética da relação entre capital e trabalho, e como o desenvolvimento dessas relações se efetivaram dentro de uma integração e subordinação à lógica da expansão imperialista. Assim, puderam colocar na ordem do dia a revolução brasileira e seu caráter socialista como a única solução possível para esses problemas.

Como consequência, vimos que, a partir do momento em que foi efetivado o golpe militar no Brasil, e posteriormente, quando as diversas ditaduras militares foram sendo instauradas no Cone Sul, tanto Marini quanto Sachs, e outros vários intelectuais que tinham o compromisso de pensar no sentido de retirar a América Latina de sua situação subdesenvolvida e dependente, passaram a sofrer as mais duras repressões, e o exílio forçado (e na maioria das vezes o exílio decretado pelo Estado) foi uma das alternativas encontradas para permanecerem vivos e pensando. O “bendito exílio”, como usei para referenciar esse período em alguns momentos, resgatando a forma que frequentemente esses intelectuais revolucionários se referiam a esse momento doloroso, apesar da situação de terror, permitiu que estivessem reunidas, no mesmo local, mentes brilhantes, e que mesmo longe de suas casas, não cessavam de lutar e pensar formas de acabar com aquela repressão dentro de um projeto de transição socialista.

Ao longo do desenvolvimento dessa pesquisa, foi observado que essa atitude intempestiva (aos olhos do capital) e a escolha por não se resignar à ordem vigente, ou mesmo rebaixarem seus discursos e suas posições em nome de um pacto de conciliação para retornar ao ambiente democrático burguês, renderam-lhes uma censura e, muitas vezes, uma certa desqualificação teórica, não apenas pela direita reacionária, como era de se esperar. Mas, também, por um setor progressista, que preferindo redirecionar suas convicções e deslocar o marxismo de seu sentido revolucionário – para poderem acessar os espaços que estavam se abrindo com a chamada redemocratização –, efetuaram um real silenciamento em relação àqueles que seguiam firmes na defesa da revolução brasileira e de seu caráter socialista.

Foi a partir da constatação dessa problemática que surgiu a hipótese proposta para responder à pergunta do porquê o pensamento de Marini e de Sachs só veio a ser conhecido muitos anos depois de sua volta física para o Brasil, enquanto, em outros países do continente latino-americano, essas ideias continuaram a circular. Desse modo, a partir das hipóteses apresentadas por José Chasin em sua obra e que continuam a ser desdobradas em escritos de Angélica Lovatto sobre as teorias da dependência, do autoritarismo, do populismo e do autonomismo, pude encontrar elementos que sustentassem a minha tentativa de resposta.

Dado o que foi exposto, foi possível constatar, a partir do esforço da análise desse arsenal teórico e de seus referenciais exemplares, que assim como proposto pela hipótese dessa pesquisa, houve, por parte de uma certa esquerda progressista – que viria a se tornar hegemônica no período da chamada redemocratização e sua consolidação enquanto postulado principal das ciências sociais brasileiras –, uma prática de desqualificação da alternativa revolucionária e de toda a sua experiência organizativa, como ficou muito claro no papel exercido por Sader e Chauí. Da mesma forma, outro meio utilizado foi o do silenciamento desses intelectuais vinculados a uma esquerda revolucionária, ao trabalharem ativamente para o impedimento da circulação de suas obras, como se verificou na atitude de Fernando Henrique Cardoso e José Serra contra Ruy Mauro Marini. Foram eficazes em seu projeto de apresentarem-se como algo novo, para ao fim e ao cabo proporem o projeto apresentado pela burguesia em sua revolução.

A partir dessas considerações finais, espero ter realizado o projeto intencionado de contribuir na recuperação do pensamento político de Ruy Mauro Marini e Érico Sachs, como também auxiliar no esforço de recolocar a questão da revolução brasileira na ordem do dia. Pois, sigo entendendo e procurando desenvolver as formulações teóricas da formação brasileira a partir da afirmação de Lenin de que “sem teoria revolucionária, não pode haver movimento revolucionário” (LENIN, 2020, p. 39).

REFERÊNCIAS

- BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. 4. ed. Florianópolis: Insular, 2019.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O caminho da revolução brasileira**. Florianópolis: Editora Insular, 2021.
- BRANDÃO, Octávio. Agrarismo e Industrialismo. In: PERICÁS, Luiz Bernardo (Org.). **Caminhos da revolução brasileira**. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2019, v. 1, p. 93-109.
- CARONE, Edgar. **O PCB – 1922-1943**. Vol. 1. São Paulo: Difel, 1982a.
- CARONE, Edgar. **O PCB – 1943-1964**. Vol. 2. São Paulo: Difel, 1982b.
- CARDOSO, Fernando Henrique. FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
- CARDOSO, Fernando Henrique. SERRA, José. As desventuras da dialética da dependência. **Estudos Cebrap**. São Paulo, n.23, 1978.
- CASTELO, Rodrigo. O Mesão, a Escola e o Partido: em busca das origens da estratégia democrático-popular. In: IASI, Mauro; MANSUR, Isabel Figueredo; NEVES, Victor (Orgs). **A estratégia democrático-popular**: um inventário crítico. 1ed. Marília: Lutas Anticapital, 2019.
- CHAUI, Marilena. Cultura Popular e autoritarismo. In: CHAUI, Marilena. ROCHA, André (Org). **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2023.
- CHASIN, José. A sucessão na crise e a crise na esquerda. In: **Revista Ensaio**, nº 17/18, São Paulo: Ensaio, 1989.
- CHASIN, José. Marx – Estatuto ontológico e resolução metodológica. In: TEIXAEIRA, Francisco José Soares. **Pensando com Marx**: uma leitura crítico-comentada de O Capital. São Paulo: Ensaio, 1995.
- CHASIN, José. **O Integralismo de Plínio Salgado**: forma de regressividade no capitalismo híper-tardio. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1978.
- Curso básico da ORM-PO**. Salvador: CVM, 2010.
- ENGELS, Friedrich; KAUTSKY, Karl. **O socialismo jurídico**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2012.
- GAIDO, Daniel. Los orígenes del Programa de Transición en la Internacional Comunista. **Izquierdas**, Santiago, n. 23, abril 2015. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-50492015000200009.

GARCIA, Marco Aurelio. Eder Sader – O futuro sem este homem. **Revista Teoria e debate**, 1988. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/1988/09/01/eder-sader-o-futuro-sem-este-homem/>

LEAL, Leovegildo Pereira. **História da Polop: da fundação à aprovação do Programa Socialista para o Brasil**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Virtual Books, 2011.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio popular**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a revolução: a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução** 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O que fazer?: questões candentes do nosso movimento** 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

LOVATTO, Angélica. A corrente autonomista no Brasil e a classe operária: apontamentos críticos sobre a revisão do marxismo nos anos 1980. **Lutas Sociais**. São Paulo, vol.20 n.37, p. 10-22, julho/dezembro, 2016.

LOVATTO, Angélica. **Os Cadernos do povo brasileiro e o debate nacionalista nos anos 1960: um projeto de revolução brasileira**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2010.

LOVATTO, Angélica; CORRÊA, Rômulo. A estratégia da revolução brasileira em Érico Sachs. In: SACHS, Érico. **Caminho e caráter da revolução brasileira**. Marília: Editora Lutas Anticapital. 2024.

LUKÁCS, Georg. **A destruição da razão**. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.

LUKÁCS, Georg. **Conversando com Lukács: entrevista a Léo Kofler, Wolfgang Abendroth e Hans Heinz Holz**. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

LUKÁCS, György. **Existencialismo ou marxismo?** 2.ed. São Paulo: Livraria Editora de Ciências Humanas, 1979.

LUKÁCS, Georg. **Introdução a uma estética marxista**. São Paulo: Instituto Lukács, 2018.

LUKÁCS, Gyorg. **Lênin: um estudo sobre a unidade de seu pensamento**. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, Georg. **Para uma ontologia do ser social**. vol.14. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

MARINI, Ruy Mauro. **Brasil: da Ditadura à Democracia, 1964-1990**. 1991. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marini/1991/03/brasil.htm>

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: **Ruy Mauro Marini: Dialética da dependência e outros escritos**. Stedile/Traspadini (Org.). 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

MARINI, Ruy Mauro. **O reformismo e a contrarrevolução**: estudos sobre o Chile. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. 6 ed. Florianópolis: Insular, 2017.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. In: BARSOTTI, Paulo; PERICÁS, Luiz Bernardo. *América Latina: história, ideias e revolução*. São Paulo: Xamã, 1998.

MARINI, Ruy Mauro. Memória. In: **Ruy Mauro Marini: Dialética da dependência e outros escritos**. Stedile/Traspadini (Org.). 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

MARINI, Ruy Mauro. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (orgs). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARINI, Ruy Mauro. Verso e reverso do desenvolvimento. **Revista Movimento Socialista**. Rio de Janeiro, n. 1, julho de 1959. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/revistas/movimento-socialista/pdf/01.pdf>

MARINI, Ruy Mauro. Atualidade do Manifesto Comunista. **Revista Movimento Socialista**. Rio de Janeiro, n. 2, dezembro de 1959. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/revistas/movimento-socialista/pdf/02.pdf>

MARINI, Ruy Mauro. Prólogo. In: BAMBIRRA, Vânia. **A revolução cubana**: uma reinterpretação. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2024.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. As lutas de classes na França de 1848 a 1850. In: MARX, Karl. **A revolução antes da revolução**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O 18 de brumário de Luis Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política – livro 1: o processo de produção do capital. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **Cadernos de Paris; Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”. De um prussiano**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1844/08/07.htm>

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NOBERTO, L. **Nova senda socialista: a história da Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (ORM-PO)**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, p.652.2021

Nossa Política: Prestes Aponta Aos Brasileiros o Caminho da Libertação, disponível em <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1950/08/01.htm>

OLIVEIRA, Franklin de. **Que é a revolução brasileira?**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

Oliveira, Joelma. **Polop as origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista (1961-1967)**. Dissertação (Sociologia) – Universidade Estadual Paulista – Campus de Araraquara. 2007.

PRESTES, Anita. **Duas táticas e uma mesma estratégia: do ‘Manifesto de Agosto de 1950’ à ‘Declaração de Março de 1958**. Disponível em: <https://lavrpalavra.com/2017/07/03/duas-taticas-e-uma-mesma-estrategia-do-manifesto-de-agosto-de-1950-a-declaracao-de-marco-de-1958/>

Programa Socialista para o Brasil [1967]. In: **POLOP: Uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil**. Salvador: CVM, 2009. p. 97-128.

Programa do Governo Popular Nacional Revolucionário (1935) in: LÖWY, Michael (org). **O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**. São Paulo: Expressão Popular, 2016, p. 132

SADER, Eder; BUCCI, Eugênio. Antonio Candido: a militância por dever de consciência. **Teoria e Debate**, [S. l.], n. 2, 29 mar. 2006. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/1988/03/01/a-militancia-por-dever-deconsciencia/>. Acesso em: 7 ago, 2024

SADER, Eder. **Marxismo e teoria da revolução proletária**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

SADER, Eder et.al. Onze teses sobre a autonomia. **Revista Desvios**, São Paulo, n.2, novembro de 1982.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980**. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SACHS, Érico. **Caminho e caráter da revolução brasileira**. Marília: Editora Lutas Anticapital. 2024.

SACHS, Érico. Convocatória para o 1º Congresso da POLOP. In: MIRANDA, Orlando; FALCÓN, Pery (org.). **Polop: uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil**. 2. ed. Salvador: Centro Victor Meyer, 2010. p. 21-32.

SACHS, Érico. Mais uma vez a pequena burguesia. In: MIRANDA, Orlando; FALCÓN, Pery (org.). **Polop: uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil**. 2. ed. Salvador: Centro Victor Meyer, 2010. p. 47-72.

SACHS, Érico. Classe e Estado, democracia e ditadura. In: MIRANDA, Orlando; FALCÓN, Pery (org.). **Polop: uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil**. 2. ed. Salvador: Centro Victor Meyer, 2010. p. 73-86.

SACHS, Érico. Formar a vanguarda proletária: a linha estratégica da organização. In: MIRANDA, Orlando; FALCÓN, Pery (org.). **Polop: uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil**. 2. ed. Salvador: Centro Victor Meyer, 2010. p. 87-97

SACHS, Érico. Carta a um “revolucionário que se preza”. In: SACHS, Érico. **Textos Escolhidos**. Rio de Janeiro: Centro Victor Meyer, 2023. v. 1, p. 377-401.

SACHS, Érico. Como aprender, com quem aprender. In: SACHS, Érico. **Textos Escolhidos**. Rio de Janeiro: Centro Victor Meyer, 2023. v. 1, p. 262-307.

SACHS, Érico. Jânio Quadros define o caráter de seu governo. In: SACHS, Érico. **Textos Escolhidos**. Rio de Janeiro: Centro Victor Meyer, 2023. v. 1, p. 84-95.

SACHS, Érico. Marxismo ou apologética nacionalista?. In: SACHS, Érico. **Textos Escolhidos**. Rio de Janeiro: Centro Victor Meyer, 2023. v. 1, p. 53-83.

SACHS, Érico. O comunismo nacional nas democracias populares. In: SACHS, Érico. **Textos Escolhidos**. Rio de Janeiro: Centro Victor Meyer, 2023. v. 1, p. 31-38.

SACHS, Érico. O movimento revolucionário brasileiro na encruzilhada. In: SACHS, Érico. **Textos Escolhidos**. Rio de Janeiro: Centro Victor Meyer, 2023. v. 1, p. 39-52.

SACHS, Érico. Por uma Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo. In: SACHS, Érico. **Textos Escolhidos**. Rio de Janeiro: Centro Victor Meyer, 2023. v. 1, p. 96-102.

SACHS, Érico. **Luís Carlos Prestes e seus aliados**. Revista Movimento Socialista. Rio de Janeiro, n.2, dezembro de 1959. Disponível em:
<https://www.marxists.org/portugues/tematica/revistas/movimento-socialista/pdf/02.pdf>

SACHS, Érico. **Tendências da Política Internacional**. Revista Movimento Socialista. Rio de Janeiro, n.2, dezembro de 1959. Disponível em:
<https://www.marxists.org/portugues/tematica/revistas/movimento-socialista/pdf/02.pdf>

SEGATTO, José Antônio. **Breve História do PCB**. 2.ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Quem é o povo no Brasil?**. 1.ed. Marília: Lutas anticapital, 2019.

Sobre o documento “Por um balanço da PO”. 1976. Disponível em: <https://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2014/01/Sobre-o-documento-Por-um-balan%C3%A7o-da-PO.pdf>

THALHEIMER, August. **Linhas e conceitos básicos da Política Internacional após a II Guerra Mundial**. Salvador: EGBA, 2013.

THALHEIMER, August. Sobre el programa comunista. In: GAIDO, Daniel. Los orígenes del Programa de Transición en la Internacional Comunista. **Izquierdas**, Santiago, n. 23, abril 2015.

TROTSKY, Leon. **História da revolução russa**. 1.ed. São Paulo: Sundermann, 2007. v.1.

VILLA, Raul. Para um balanço da PO. **Revista Brasil Socialista**, n.7, outubro de 1976. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/sader/1976/10/40.pdf>

ULIÁNOV, Vladimir Ilitch. Discutam sobre tática, mas forneçam palavras de ordem claras! In: ULIÁNOV, Vladimir Ilitch. **Estratégia e tática da hegemonia proletária**. São Paulo: LavraPalavra, 2023, p. 130-132.

ULIÁNOV, Vladimir Ilitch. As tarefas dos social-democratas russos. In: ULIÁNOV, Vladimir Ilitch. **Estratégia e tática da hegemonia proletária**. 1.ed. São Paulo: LavraPalavra, 2023. p.25-48.

ULIÁNOV, Vladimir Ilitch. O marxismo e a insurreição. In: ULIÁNOV, Vladimir Ilitch. **Estratégia e tática da hegemonia proletária**. 1.ed. São Paulo: LavraPalavra, 2023. p.415-420

VAISMAN, Ester. A ideologia e sua determinação ideológica. In: **Revista Ensaio**, nº 17/18, São Paulo: Ensaio, 1989.

VIANNA, Marly. **A Primeira Conferência Comunista Latino Americana Buenos Aires, junho de 1929**. Novos Rumos. Marília, v. 57, n. 1, p. 91-108, janeiro-junho, 2020.

WASSERMAN, Claudia. **A teoria da dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

WEFFORT, Francisco Corrêa. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.